

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 2025

NÚMERO 22.826 • PÁGINAS • R\$ 5,00

Após mortes e denúncias, clínicas são fechadas



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

As três unidades da Comunidade Terapêutica Liberte-se foram desativadas ontem, por ordem da Justiça do DF. Os centros de reabilitação começaram a ser investigados pela Polícia Civil e pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa após um incêndio numa das casas do grupo, em agosto, no Paranoá, ter provocado a morte de cinco pessoas. Houve denúncias de maus-tratos, tortura e cárcere privado. Três pessoas foram presas, mas liberadas. No Lago Oeste (foto), mais de 100 internos terão que deixar o centro.

PÁGINA 13

Câmara aprova urgência para proposta de anistia a golpistas

Num dia de reviravoltas na Câmara, o Plenário aprovou ontem, por 311 votos a favor e 163 contra, a tramitação em forma acelerada de um projeto para anistiar crimes políticos cometidos entre outubro de 2022 e 8 de janeiro de 2023 — a proposta contemplaria

também o ex-presidente Bolsonaro e mais sete condenados pelo STF. Por acordo, o PL avaliado nesta quarta-feira não vai tramitar, mas haverá um substitutivo elaborado por relator a ser definido pela presidência da Casa. Há previsão de redução de

penas, mas sem perdão amplo e irrestrito. Mais cedo, numa manobra que derrubou parte da votação da PEC da Blindagem, ocorrida na terça, os deputados garantiram que processos contra parlamentares só poderão ser abertos em votação secreta.

Bolsonaro recebe alta. Exame atesta câncer de pele

PÁGINA 2 A 4. COLUNAS NAS ENTRELINHASE E BRASÍLIA-DF



O processo da prisão de condenados

STF considerou culpados Bolsonaro e mais sete pessoas por tentativa de golpe de Estado. A pena do ex-presidente foi de 27 anos, mas a detenção ainda depende de alguns trâmites.

Artigo

Acesso e equilíbrio

O advogado Luis Carlos Alcoforado analisa o direito à informação e a imposição do sigilo a documentos públicos.

Data Venia

Sem verba para celular

Justiça atende pedido do MP e suspende verba extra do TCDF para conselheiros comprarem telefones.

BC decide manter juros em 15%

PÁGINA 7

Preso suspeito de horror em Rio Verde

Rildo dos Santos, de 33 anos, é investigado por três feminicídios, um latrocínio e pelo desaparecimento de duas mulheres na região da cidade goiana. Polícia Civil do estado avalia que ele é um serial killer: se vestia de garçom para andar livremente pelas ruas de madrugada e abordar as vítimas — todas as mortes seguiram um padrão. Rildo pode ser condenado a mais de 200 anos de cadeia. PÁGINA 6



Divulgação/PCGO

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Equilíbrio ameaçado

Crescimento das áreas urbanas afeta os habitats e ameaça a fauna silvestre. Para a veterinária Kadije Brandão (acima), a criação de corredores para conectar áreas de vegetação seria uma forma de proteção. PÁGINA 15

Libertadores

Palmeiras bate River na Argentina

Time paulista ganha por 2 x 1, em Buenos Aires, e larga na frente das quartas de final do torneio continental. PÁGINA 19

58º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro

Reencontro com Belmonte

Com *Assalto à brasileira*, José Eduardo Belmonte volta a disputar a mostra competitiva. "Estar na seleção de Brasília é como jogar na Bombonera", festeja o cineasta. PÁGINAS 18 E 22

Guilherme Felix/CB/D.A Press



Arrecadação — Ao *CB.Poder*, o vice-presidente da Febrafit e presidente da Aafit, Rubens Roriz, e o auditor Rossini Dias, explicaram as vantagens, para o DF, da reforma tributária e da unificação de impostos. PÁGINA 14





PODER

Câmara avança para anistiar golpistas

Deputados aprovam a urgência para projeto que beneficia o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros condenados no STF por atentar contra a democracia. Não há consenso, porém, sobre o texto a ser analisado e a data da apreciação do mérito

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

O plenário da Câmara aprovou, ontem, por 311 a 163 — além de sete abstenções —, a urgência de proposta que anistia os golpistas do 8 de Janeiro e inclui o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais sete aliados, condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por atentar contra a democracia. A medida garante que seja acelerada a tramitação do projeto, de autoria do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ). Mas não está definido, ainda, qual texto será, de fato, analisado e a data de apreciação do mérito.

Momento antes da votação da urgência, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), pronunciou-se nas redes sociais para justificar a colocação da urgência na pauta da Casa. Segundo o deputado, o Brasil “precisa de pacificação e de um futuro construído em bases de diálogo e respeito”.

“O país precisa andar. Temos na Casa visões distintas e interesses divergentes sobre os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023. Cabe ao plenário, soberano, decidir. Portanto, vamos hoje (ontem) pautar a urgência de um projeto de lei do deputado Marcelo Crivella para discutir o tema”, ressaltou. “Se for aprovada, um relator será nomeado para que possamos chegar, o mais rápido possível, a um texto substitutivo que encontre o apoio da maioria ampla da Casa.” Ele acrescentou que, como presidente da Câmara, sua missão é conduzir o debate com equilíbrio.

As negociações em torno da votação da urgência da anistia, entretanto, aconteceram às escuras, sem revelações sobre onde seria realizado o encontro de Motta com a oposição. A informação sobre a indefinição de local foi dada pelo próprio líder do PL, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), no momento em que estava de saída para o encontro. Mesmo antes do acordo, ele já tinha confirmado que a urgência da anistia entraria em votação.

“Vamos votar a urgência e aprovar, acabou. Depois, o texto vai se construir quando ele nomear o



O Brasil precisa de pacificação e de um futuro construído em bases de diálogo e respeito. O país precisa andar. Temos na Casa visões distintas e interesses divergentes sobre os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023. Cabe ao plenário, soberano, decidir”

Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara

relator. Aí vamos sentar e conversar. Isso (a urgência) vai ser aprovado hoje”, cravou o parlamentar, pontuando que ainda não há um desenho da proposta que deverá ser acordada juntamente com os demais líderes da Casa para a eventual aprovação em plenário.

Segundo o vice-presidente da Câmara, Elmar Nascimento (União-BA), a discussão sobre a anistia envolve atualmente três blocos de apoio: o governo, que defende “não aprovar nada”; a oposição, que defende “uma anistia geral e recente”; e um grupo de centro, “menos orgânico”, que apoia a redução de penas. “Não tem maioria para a redução de pena, tem maioria para aprovar isso”, explicou.

O deputado Zucco (PL-RS), líder da oposição, disse que a urgência é uma vitória para o grupo político. Não há, no entanto, um prazo para a votação do mérito do texto. “A gente acredita que a data é muito importante. Já tentávamos pautar a anistia desde o início do ano. Hoje, nós estamos avançando em uma urgência. O texto, na verdade, será trabalhado com o relator ainda a ser escolhido”, destacou. (Colaborou Israel Medeiros)

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Em sessão tumultuada, a Câmara dos Deputados aprovou a urgência do projeto de anistia aos golpistas por 311 a 163 — houve sete abstenções

Saiba mais

O que diz o projeto de Crivella

O projeto escolhido para ter a urgência votada prevê anistia ampla a todos os crimes vinculados a manifestações ocorridas a partir de outubro de 2022. O texto do deputado Marcelo Crivella também perdoo multas aplicadas pela Justiça Eleitoral.

O parlamentar justificou a proposta, apresentada em abril de 2023, dizendo que se trata de uma “resposta apaziguadora, de arrefecimento de espíritos e congraçamento dos contrários por meio do perdão soberano”.

Governistas protestam

A sessão que votou a urgência para o projeto de perdão aos golpistas foi bastante tumultuada, com cânticos mobilizados por governistas e opositores sobre a anistia. De um lado, apoiadores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva cantaram “sem anistia”, enquanto bolsonaristas entoaram o lema “anistia já”. “O que está sendo feito aqui hoje é um absurdo, um esculacho, um sarcasmo”, afirmou Pastor Henrique Vieira (PSol-RJ).

Antes dele, o líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), criticou a votação da proposta. “Lamentável o que está acontecendo no dia de hoje. A instituições, num dia como este, não podem se acovardar.

Ao pautar a urgência de um projeto de anistia do deputado Marcelo Crivella, é uma anistia ampla, geral e irrestrita”, afirmou. “Os deputados do Centrão estão abrindo a porteira para que, com maioria simples, eles aprovem o texto. Alguém aqui acredita que eles querem pacificar alguma coisa?”, completou.

Ao falar em nome do MDB, o deputado Isnaldo Bulhões Junior (AL), defendeu que seria melhor ajustar o texto para uma proposta que apenas reduzisse o tamanho das penas aplicadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas sem anistia. “É lamentável que a pauta que ora apreciamos, a urgência a um projeto de lei que textualmente

trata da anistia a uma tentativa de golpe virou um debate político eleitoral”, disse o alagoano.

Bolsonaristas afirmaram que acordaram com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Blindagem, que dificulta a abertura de processos e a autorização de prisão de parlamentares, em troca da aprovação da urgência da anistia.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem dito a aliados que é favorável a um acordo com o Centrão para uma “anistia light”, que reduziria a pena dos condenados pelos ataques golpistas do 8 de Janeiro, mas sem que o benefício alcance o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Alcolumbre dispara contra Eduardo Bolsonaro

Jonas Pereira/Agência Senado



Alcolumbre diz que filho do ex-presidente instiga EUA contra o Brasil

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), criticou, ontem, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e disse que o parlamentar instiga os Estados Unidos contra o Brasil. “Não dá para eu ver, todos os dias, um deputado federal, do Brasil, eleito pelo povo de São Paulo, lá nos Estados Unidos, instigando um país contra o meu país. Nunca falei sobre isso, mas está na hora de começar a falar. Não dá para aceitar todas essas agressões calado”, afirmou em discurso no plenário.

Alcolumbre disse que os Estados Unidos “ofendem o Brasil” todos os dias. As declarações vieram depois de senadores de oposição comentarem caso envolvendo o historiador Eduardo Bueno, que integra conselho do Senado e publicou vídeo comemorando a morte do influenciador americano Charlie Kirk. Alcolumbre disse que queria ele mesmo ter demitido Bueno.

O senador aproveitou a fala para criticar a polarização da direita e da esquerda e ressaltou que “todo



Não dá para eu ver, todos os dias, um deputado federal, do Brasil, eleito pelo povo de São Paulo, lá nos Estados Unidos, instigando um país contra o meu país. Nunca falei sobre isso, mas está na hora de começar a falar. Não dá para aceitar todas essas agressões calado”

Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do Congresso

mundo está passando um pouco dos limites adequados à boa convivência”. “Fica um de um lado falando que o Brasil é dos brasileiros e, do outro lado, fica um nos Estados Unidos dizendo que o Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, vai enviar novas sanções ao Brasil, ao Parlamento, às autoridades, ao Judiciário, ao Executivo, colocar tarifa, cobrando e atrapalhando o Brasil”, comentou.

Ele ainda se defendeu da ausência do Senado na terça-feira, quando alegou ter tido uma indisposição estomacal. Segundo Alcolumbre, outros parlamentares o acusaram de não ir para fugir de questionamentos sobre projetos defendidos pela oposição. “Ontem, uma autoridade importante questionou minha ausência no plenário do Senado: ‘Porque tinha alguns dias que o presidente Davi

estava com medo com as manifestações populares da rua’. E estou o tempo todo pedindo calma, ponderação, equilíbrio. Não preciso avisar todo mundo, porque eu estava doente”, declarou.

Ofensas e agressões

O parlamentar também destacou que, todos os dias, aparecem pessoas com problemas, ofensas e agressões e que essa situação dificulta o andamento da pauta da Casa. Citou a ocupação da Mesa do Senado, promovida por senadores de oposição, e a defesa de um projeto de anistia.

“Na volta do recesso parlamentar, encontrei senadores acorrentados na Mesa do Senado. Estamos com muitos problemas ao mesmo tempo, daqueles que falam que vão obstruir 24h por dia para não votar nada, daqueles que não querem votar legislação, porque ficam se atendo aos debates, seja do Judiciário, seja de impatches de ministro do Supremo, seja de anistia”, criticou.

PODER

No Senado, críticas à manobra de Motta

No discurso, senadores falam em resistência à PEC da Blindagem, aprovada pela Câmara

» ISRAEL MEDEIROS
» ALÍCIA BERNARDES

Depois de uma manobra criticada por deputados governistas e também por parlamentares de oposição, a Câmara aprovou, em uma só votação, a manutenção na PEC da Blindagem de dois trechos controversos: um garante que as decisões sobre prisões de congressistas se darão por voto secreto; outro inclui os presidentes de partidos com representação no Congresso no foro privilegiado. Na prática, esses caciques só poderão ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por crimes cometidos no exercício do mandato. O texto chegou, ainda ontem, ao Senado, onde o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), anunciou, em nota, o encaminhamento para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O presidente do colegiado, senador Otto Alencar (PSD-BA), descartou, no entanto, a possibilidade de aprovação da PEC. “Não passa de jeito nenhum. Não tem 49 votos no Senado”, sustentou, lembrando que uma proposta de emenda à Constituição exige o apoio de três quintos dos parlamentares. “É um desgaste desnecessário em um momento em que todos vão buscar reeleição”, acrescentou, em referência ao fato de que, em 2026, dois terços do Senado passarão por renovação.

Outro senador, ouvido reservadamente, foi categórico: “Não tem a menor possibilidade de isso passar aqui. A lei é para todos. Como a população vê o Legislativo, ultimamente ninguém legisla para o povo. Não vamos aprovar isso nesta Casa”.

O placar da aprovação na Câmara foi de 314 votos a favor e 168 contra. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), rejeitou diversos pedidos de revisão do procedimento e de votação nominal feitos por deputados de PT, PSol, Novo, PSB e União Brasil (embora a maioria dos deputados tenha sido a favor do texto). Ele anunciou o resultado sob protestos no plenário.

Os dois destaques (quando parlamentares apreciam trechos da proposta em separado) restantes da proposta de emenda à Constituição (PEC) foram incluídos em uma emenda aglutinativa pelo relator da proposta, Claudio Cajado (PP-BA), com a bênção de Motta. Ao ser questionado sobre o motivo da manobra, disse que a votação do segundo turno da PEC “não correspondeu à vontade do plenário”. Cajado argumentou que, como a votação em segundo turno se deu depois da meia-noite, alguns deputados dormiram durante a votação.

“O que houve ontem (terça-feira) foi que votamos, por ampla maioria no primeiro turno, um texto com o voto secreto, com o foro para os presidentes de partidos e pela permanência do texto apresentado por mim como relator. Isso

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



Motta rejeitou diversos pedidos de revisão do procedimento. Ele anunciou o resultado sob protestos no plenário



Quando o plenário decide que não quer voto secreto nesta PEC e os senhores decidem, e o senhor, presidente Hugo Motta, decide votar de novo o que o plenário derrubou, estão ferindo de morte a democracia. Isso desmoraliza Vossa Excelência”

Talíria Petrone (RJ), deputada, líder do PSol

ficou claro. Não houve dúvida com relação à vontade do plenário. No segundo turno, após a meia-noite, muitos deputados deixaram de votar. Alguns, inclusive, procuraram-me, dizendo ‘rapaz, eu acabei dormindo’, afirmou a jornalista. A justificativa também tinha sido dada no plenário da Câmara, quando a manobra foi questionada por alguns parlamentares ao microfone.

Ele negou, ainda, que tenha havido pressão para avaliar a proposta ou que o texto tenha como objetivo dar privilégios aos parlamentares. Argumentou que os deputados e senadores querem um “regramento claro” para proteger a função parlamentar contra abusos e “pressões externas”. Também refutou que a apreciação da pauta tenha prejudicado a votação de matérias de interesse da população em geral, como

» Legislar em causa própria

O Instituto Não Aceito Corrupção (Inac) divulgou nota, na terça-feira, criticando a aprovação da PEC da Blindagem e enfatizando que a iniciativa trata-se de “legislar em causa própria”. “A pretensão é óbvia de se obter impunidade assegurada pelo ordenamento jurídico. O que se propõe a partir desta ignominiosa iniciativa é a criação de uma verdadeira casta com alcunha jocosa de prerrogativa parlamentar para um nobre grupo de intocáveis, de pessoas acima do bem e do mal, afrontando-se também o princípio da isonomia constitucional, outra cláusula pétrea da nossa Carta Magna que remonta aos tempos da ditadura militar”, diz a entidade.

têm dito parlamentares governistas. “Nós estamos tentando limpar a pauta, com essa questão, com a questão da anistia, para que possamos avançar, como temos avançado numa pauta econômica”, frisou.

Ao longo da votação, parlamentares governistas repetiram o discurso do Planalto de que há pautas mais importantes a serem apreciadas pelo Congresso, em linha com o que disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Motta na conversa da última segunda-feira.

Ontem, a conta oficial do governo brasileiro nas redes sociais chegou a publicar uma arte imitando uma promoção de feira logo antes da votação da PEC da Blindagem. “Promoção só depende do Congresso. R\$ 0,00 no Imposto de Renda para 86,2% dos trabalhadores formais. Ganhe um Brasil mais justo”, afirmava o post.

Gustavo Moreno



Dino cobrou de AGU e TCU cronograma para fiscalizar repasses

OTCU identificou 148 planos de trabalho com status “não cadastrado” que, ainda assim, receberam R\$ 85,4 milhões em transferências.

Escândalo

Durante toda a votação, o PSol e o Novo, partidos de espectros políticos diferentes, tentaram evitar, como já ocorreu em outras situações, que os trechos sobre o voto secreto e o foro para presidentes de partidos fossem reincluídos no texto. A deputada Talíria Petrone (RJ), líder do PSol, destacou que o partido pretende acionar a Justiça contra a manobra capitaneada por Motta.

“Quando o plenário decide que não quer voto secreto nesta PEC e os senhores decidem, e o senhor com a responsabilidade de presidente sentado nesta cadeira, presidente Hugo Motta, decide votar de novo o que o plenário derrubou, estão ferindo de morte a democracia”, protestou Talíria. “Isso é imoral, é inconstitucional, é um escândalo, que abre um precedente absurdo e desmoraliza este Parlamento. Isso desmoraliza Vossa Excelência (referindo-se a Motta). Nosso partido vai entrar na Justiça contra a ilegalidade que está sendo cometida aqui”, continuou.

O deputado Alberto Fraga (PL-DF) rebateu. “Vergonha é o parlamentar não se valorizar. Vergonha é o parlamentar se envergonhar do seu bôton, quando desce no aeroporto e tira o bôton para não ser reconhecido. Vergonha é o parlamentar não ter como explicar na rua por que o Supremo Tribunal Federal está decidindo as coisas que votamos (...) É uma matéria que a gente já vem pleiteando há muito tempo, e a verdade é que a esquerda não precisa desse tipo de proteção, porque já é protegida pelos amigos no Supremo”, disparou. E arrematou: “Nós vamos ganhar de lapada dessa vez”. No caso do PL, partido do parlamentar, todos os deputados votaram a favor da emenda aglutinativa, embora alguns tenham se manifestado ao microfone, no dia anterior, contra o voto secreto.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Caio Gomez / CB/D.A Press

Câmara aprova voto secreto para blindar parlamentares contra o Supremo

A Câmara dos Deputados decidiu restabelecer o voto secreto para analisar a abertura de processos contra parlamentares pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Cerca de 70 congressistas estão sendo investigados por desvio de recursos de emendas parlamentares. A decisão é um retrocesso político, que visa a perpetuar várias práticas de autoproteção da atual “elite” política do Congresso.

Tal decisão, com tanta desfaçatez, fragiliza a democracia e desmoraliza uma de suas principais instituições. Quando havia essa prerrogativa, de 250 deputados investigados, somente um foi punido. Querem ressuscitar a regra porque os deputados dispõem de tantos recursos provenientes dessas emendas, em média R\$ 50 milhões cada, que podem dar as costas à sociedade e comprar os votos necessários para sua reeleição, em evidente disparidade de armas em relação aos demais candidatos.

Essa decisão não pode ser lida apenas como uma manobra regimental, mas como a recidiva de velhas e perversas estruturas sociais, herdadas do período colonial e do regime escravocrata, e da emergência de relações mafiosas na política, muitas vezes associada ao crime organizado dos grandes centros. Em *Os Donos do Poder* (Biblioteca Azul), Raymundo Faoro descreveu como o Estado brasileiro foi moldado pelo patrimonialismo, herdado da tradição portuguesa, em que a linha entre público e privado se dissolve. O que se vê hoje é justamente a continuidade desse modelo: deputados e senadores agindo como donos do poder, transformando a coisa pública em instrumento de defesa corporativa e formando patrimônio com recursos públicos.

A PEC da Blindagem restabelece o que vigorou entre 1988 e 2001: a necessidade de aval do Congresso para processar parlamentares criminalmente. O resultado é previsível. A volta desse sistema, agora com voto secreto, é a blindagem perfeita para a impunidade. Se Faoro nos ajuda a compreender o caráter patrimonialista dessa decisão, Victor Nunes Leal ilumina outro aspecto, como descreveu em *Coronelismo, Enxada e Voto* (Companhia das Letras): a opressão e o clientelismo nas bases eleitorais desses parlamentares, para as quais são destinadas as emendas parlamentares.

O voto aberto, sem sigilo, servia para submeter o eleitor ao coronel pela intimidação; hoje, o voto é comprado às vésperas das eleições, assim como apoio de prefeitos, vereadores e empresários, com dinheiro desviado das emendas parlamentares destinadas às prefeituras e organizações sociais. O eleitor continua sem voz, enquanto os parlamentares se escondem atrás do lusco-fusco dos processos administrativos sem transparência. É uma síntese perversa: o patrimonialismo garante a apropriação privada do Estado; o coronelismo inspira a manipulação do voto; juntos, produzem um sistema fechado, que esvazia o conteúdo democrático da representação parlamentar.

De volta para o passado

A Câmara age como se pudesse reinventar o passado, repetindo mecanismos que sempre serviram para garantir a impunidade dos poderosos. No centro desse processo está Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Casa. Jovem, 35 anos, deputado desde 2011, filho de uma família tradicional da política paraibana, Motta parecia representar uma nova geração. Mas, ao assumir a presidência, mostrou-se herdeiro fiel do velho patriarcado associado ao pragmatismo do Centrão. Liberou votação semipresencial, conduziu negociações de bastidor, patrocinou a manobra regimental que ressuscitou o voto secreto. Não hesitou em rejeitar questionamentos da oposição, impondo a blindagem com vitória pessoal. Agora, articula a anistia para os golpistas de 8 de janeiro.

Motta construiu sua carreira nos bastidores da Câmara, foi relator de CPIs e ocupou cargos estratégicos. Agora, como presidente, escolheu usar essa habilidade de bom articulador para aprofundar o fosso entre representantes e representados. Seu gesto revela mais continuidade do que renovação: é a política da autopreservação, reciclada sob nova embalagem geracional. Seu recado é claro. Não vê o Parlamento como instituição a serviço da sociedade, mas como corporação voltada para proteger a si mesma. É uma mistura de transformismo político, daí a adesão de parlamentares que não representam velhas oligarquias, e o cretinismo parlamentar, que ignora os interesses da sociedade que deveriam estar representados.

Como diz o ditado popular, passarinho que come pedra sabe o fiofó que tem. Quando ameaçada pelo avanço das investigações do STF e pela exigência de transparência, a Câmara fecha as portas e apaga as luzes. O voto secreto é a escuridão que esconde a responsabilidade. Não apenas dos que já foram pegos com a boca na botija, mas também de parte daqueles que por terem adotado as mesmas práticas resolveram zerar os riscos de serem identificados, porque sabem que os recursos desviados serão rastreados se houver investigação.

A sociedade, no entanto, não é a mesma da República Velha. Nem pode aceitar passivamente que seus representantes atuem como coronéis modernos ou como herdeiros de um estamento patrimonialista. O Brasil de hoje exige mais transparência, mais responsabilidade e mais democracia. A História mostra que esses mecanismos não são eternos. Desabam quando a sociedade decide que já não aceita ser tutelada. O grande desafio é transformar a indignação em resistência e mobilização, para que o voto secreto para proteger falcatruas não se converta em símbolo definitivo da desconexão entre política e cidadania.

Como sempre acontece em arranjos concebidos nas madrugadas e aprovados a fórceps, a PEC da Blindagem tem, ao menos, duas inconstitucionalidades, passíveis de anulação pelo Supremo: desrespeita a regra regimental de o mesmo texto da emenda ser aprovado duas vezes; a prerrogativa de foro privilegiado não se aplica aos presidentes de partidos, porque se destina a agentes públicos, e os partidos são entes privados.

Controle sobre emendas Pix

» WAL LIMA

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, que a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentem, em até 15 dias, um cronograma detalhado de fiscalização das chamadas emendas Pix.

Segundo a determinação, o plano deverá estabelecer etapas e prazos para análise, apreciação e eventual julgamento dos relatórios de gestão referentes ao período de 2020 a 2024. A medida reforça a cobrança do Supremo por maior controle e transparência sobre o uso desses recursos.

A decisão foi tomada um dia após a Câmara aprovar a chamada PEC da Blindagem, que restringe processos judiciais e prisão de parlamentares.

Dino ressaltou, no despacho, que a prestação de contas é uma obrigação constitucional, sobretudo diante dos montantes envolvidos.

“Trata-se de dezenas de bilhões de reais do Orçamento Geral da União, que não podem permanecer em zonas de indefinição quanto à aferição da idônea e eficiente aplicação”, escreveu o ministro.

A determinação se soma a outras medidas recentes do STF sobre o tema. Na última segunda-feira, Dino suspendeu repasses de emendas a nove municípios, citando “indícios de crimes”, como desvio de verbas, superfaturamento e contratação de empresas sem qualificação. Os casos foram encaminhados à Polícia Federal. O magistrado também apontou irregularidades no chamado “novo orçamento secreto”.

A suspeita é de crimes como peculato, corrupção e uso irregular de verbas. Esses casos também deverão ser apurados pela PF.

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Por que a pressa da blindagem?

O que moveu os parlamentares a correrem com a PEC das Prerrogativas (ou Blindagem) é o receio daquilo que pode vir nas investigações relacionadas às emendas parlamentares. Tem muita gente com medo de ser indiciado e ter que passar a campanha explicando que virou réu no Supremo Tribunal Federal (STF).

Onde mora o perigo

Com a PEC aprovada na Câmara, existe ainda o receio de que comecem a aparecer pedaços das investigações em curso, com uma enxurrada de denúncias contra parlamentares.

Só loucura

Parlamentares experientes, que acompanham à distância a forma como as coisas se processam na Câmara, dizem que a Casa está ampliando as arestas com a população ao aprovar essa PEC das Prerrogativas (ou da blindagem). Já tem gente com medo de manifestações iguais às aquelas de 2013, que acabaram levando ao impeachment da presidente Dilma Rousseff. O problema é que, agora, será em cima do Congresso.

Precedente

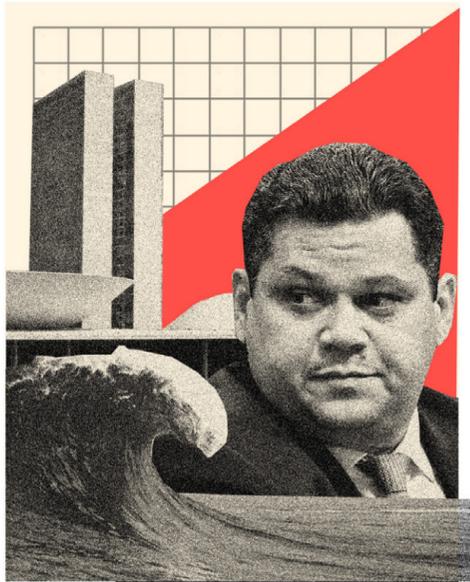
Deputados mais antigos na Casa lembravam da última vez em que a Câmara modificou o texto de uma PEC com uma emenda de mérito em segundo turno. Foi em agosto de 2015, na votação da PEC de Redução da Maioridade Penal, quando o presidente era Eduardo Cunha, na época do MDB. O texto não foi para frente.

"Vocês vão ter que me ajudar. Não vou segurar isso sozinho"

Pressionado por todos os lados e com vários temas polêmicos para decidir, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), chamou um grupo de senadores para avaliar como resolver as peças mal encaixadas que vão chegar da Câmara. Quanto à anistia aos condenados pelo 8 de Janeiro, que ainda vai demorar, ele já avocou para si a elaboração de um projeto alternativo. O problema, agora, é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) das Prerrogativas, também conhecida como "PEC da Blindagem", que pretende deixar sob a tutela do Parlamento as autorizações para que deputados sejam indiciados (transformados em réus) em ações judiciais.

"Essa PEC não passa. Não é nem da blindagem, nem das prerrogativas. É a PEC da impunidade", disse à coluna o senador Laercio Oliveira (PP-SE). Alcolumbre está irritado em ter que cuidar dessas pautas, que estão diretamente relacionadas ao Poder Judiciário, colocando os Poderes em desarmonia e deixando de lado temas que tratam da vida da população.

Muito desgaste/ Com as eleições logo ali, não é pequeno o grupo de senadores disposto a enterrar essa PEC. Para completar, muita gente no Senado ficou estupefata com o fato de, no segundo turno de votação, a Mesa Diretora da Câmara ter aceitado uma modificação no mérito do texto e, assim, garantir o voto secreto para dizer sim ou não ao indiciamento dos parlamentares. Mudanças de mérito no segundo turno de votação das PECs não são permitidas, segundo o Regimento Interno. Em segundo turno, só é válida alguma correção redacional e retiradas de parte do texto, conforme explicam especialistas da própria Câmara que alertam: a confusão está armada.



CURTIDAS

"Caiu a ficha"/ A expressão era usada no tempo do telefone público (o popular "orelhão"), em que se colocavam fichas para realizar uma ligação e um dispositivo acionava seu recolhimento, dentro do aparelho, assim que o destinatário atendia. Agora, aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro daqueles tempos usam a expressão para dizer que ele está ciente de que sua carreira política acabou. Dia desses, caiu no choro, ao lado da mulher, Michelle Bolsonaro.

Debilidado/ A tensão só tem afetado ainda mais o estado de saúde de Bolsonaro. Além dos soluços, há muitos episódios de falta de ar e crises de ansiedade.

Resta um/ Das autoridades que pediram visto para os Estados Unidos, falta apenas o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Mas, como restam alguns dias, e por ser para um evento das Nações Unidas, ainda há esperança de que ele consiga. Do Ministério das Relações Exteriores, todos já foram expedidos.

Vinícius Loures/Câmara dos Deputados



Só com muita reza/ Em meio a tantas confusões, a Câmara conseguiu votar o alívio na conta de luz das pessoas de baixa renda e o Senado aprovou a proposta da deputada Simone Marquette (MDB-SP, foto), que fixa 29 de Setembro como Dia de São Miguel Arcanjo. Quem sabe orações ajudem a baixar a poeira da política.

PODER

Volta para casa após mal-estar

Na internação, Bolsonaro recebe diagnóstico de câncer de pele. Oncologista diz que lesões não são graves, mas é preciso acompanhá-las

» GIOVANNA SFAL SIN
» RAFAELA BOMFIM*

Internado depois de um mal-estar na terça-feira, Jair Bolsonaro foi diagnosticado, ontem, com câncer de pele em fase inicial. Exames realizados nas oito lesões, retiradas no domingo, apontaram que duas eram carcinomas de células escamosas "in situ" — ou seja, um tipo de tumor maligno, mas que não se espalhou para os tecidos vizinhos. O resultado foi confirmado pelo médico Cláudio Birolini, chefe da equipe cirúrgica responsável pelo acompanhamento do ex-presidente, em coletiva realizada em frente ao hospital DF Star, na Asa Sul.

Segundo o especialista, as lesões estavam localizadas no tórax e no braço. "Não é um câncer nem muito sério, nem muito grave, é intermediário. São lesões em fase precoce, que demandam apenas acompanhamento clínico", explicou. Ele ressaltou ainda, que o quadro não tem relação com a facada no abdômen sofrida em 2018, em Juiz de Fora (MG), durante a campanha eleitoral.

No início da semana, Bolsonaro foi internado depois de sentir mal-estar em casa, incluindo tontura, queda de pressão, taquicardia, pré-síncope e vômito. De acordo com o boletim médico, divulgado após a alta hospitalar, no fim da manhã de ontem, o quadro estava ligado a desidratação, alteração da função renal e elevação dos níveis de creatinina. Uma ressonância do crânio foi realizada devido à queixa de tontura e falta de equilíbrio, mas o resultado não apresentou alterações.

Estágio inicial

O médico detalhou que, por tratar-se de um câncer em estágio inicial, não será necessário tratamento imediato. "Ele tem outras lesões de pele, mas não dá para

tirar tudo porque são muitas. São queratoses que precisam ser mantidas em vigilância. Como foram retiradas, basta o acompanhamento periódico", disse Birolini.

As alterações cutâneas já haviam sido identificadas em abril, quando passou pela nona cirurgia devido ao episódio da facada. O ex-presidente permanecerá com pontos e curativos por cerca de duas semanas, mas o procedimento de retirada poderá ser feito em casa, sem necessidade de retorno ao hospital.

O carcinoma de células escamosas é um dos três tipos mais comuns de câncer de pele. O oncologista Márcio Almeida, ouvido pelo **Correio**, explica que o estágio "in situ" é considerado precoce, restrito à camada mais superficial da pele (epiderme), sem risco de metástase. "Se não for tratado, pode evoluir para a forma invasiva, que pode dar metástase, embora em menor frequência do que outros tipos de câncer. Mas, quando diagnosticado nessa fase inicial, o tratamento é simples e eficaz", garante.

Segundo o oncologista, a retirada completa das lesões assegura altas chances de cura, embora novas lesões possam surgir em outras áreas da pele, devido ao acúmulo de dano solar. "Por isso, o seguimento clínico é parte essencial do tratamento, com consultas regulares, dermatoscopia e orientação de uso do protetor solar diário", acrescenta.

O dermatologista Rodrigo Goulart acrescenta que esse tipo de câncer costuma aparecer em áreas mais expostas ao sol, como rosto, couro cabeludo, braços e colo. "As queratoses actínicas, também presentes em Bolsonaro, não são câncer, mas podem evoluir para carcinoma de pele se não acompanhadas. É fundamental a vigilância dermatológica e o cuidado preventivo", frisa.

Wilton Junior/Estadão Conteúdo



Bolsonaro deixa o hospital com a ex-primeira-dama Michelle. Internação foi devido a um quadro de desidratação



Ele (Bolsonaro) tem outras lesões de pele, mas não dá para tirar tudo porque são muitas. São queratoses que precisam ser mantidas em vigilância. Como foram retiradas, basta o acompanhamento periódico"

Cláudio Birolini, chefe da equipe cirúrgica responsável por acompanhar o ex-presidente

Hipótese de continuar em prisão domiciliar

O ex-presidente Jair Bolsonaro foi condenado, na sexta-feira passada, pelo Supremo Tribunal Federal, a 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe de Estado e mais outros quatro crimes contra o Estado Democrático de Direito. Além disso, cumpre prisão domiciliar determinada pelo ministro Alexandre Moraes, do STF, em 4 de agosto, por desrespeitar determinação de não utilizar redes sociais.

A defesa do ex-presidente pode usar o diagnóstico de câncer de pele para solicitar a conversão

da pena em prisão domiciliar humanitária. A medida, no entanto, é considerada excepcional e depende de avaliação do relator, o ministro Moraes. "Essa possibilidade existe, mas só é aplicada quando a permanência em prisão se mostra incompatível com o estado de saúde do condenado", explica Oberdan Costa, advogado criminalista e especialista em processo penal.

Segundo a Lei de Execução Penal, a prisão domiciliar só é autorizada, em casos de pena

definitiva, quando há doença grave ou outras circunstâncias excepcionais, como idade avançada ou responsabilidades familiares específicas. "O câncer de pele em estágio inicial pode não ser suficiente por si só, mas a defesa pode apresentar laudos médicos e argumentar com base no princípio da dignidade da pessoa humana", afirma o advogado. O ministro ainda pode exigir perícia oficial para embasar a decisão.

Caso a prisão domiciliar humanitária seja concedida, a medida

não é definitiva. "Se o quadro clínico evoluir positivamente, e o motivo que justificou o benefício deixar de existir, o regime pode ser revertido a qualquer momento", completa o criminalista. A substituição da pena por restrição de direitos, por outro lado, está descartada, já que a pena imposta a Bolsonaro ultrapassa os quatro anos e envolve crimes com grave violação institucional. (GS e RB)

* **Estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi**

3º BRASÍLIA SUMMIT

LIDE – CORREIO BRAZILIENSE

30 DE SETEMBRO – 8h-12h

HOTEL BRASÍLIA PALACE
BRASÍLIA – DF

“INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E DATA CENTERS”



LUIS ROBERTO BARROSO

MINISTRO E PRESIDENTE DO STF - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DO BRASIL



IBANEIS ROCHA

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL



RONALDO CAIADO

GOVERNADOR DE GOIÁS



EDUARDO GOMES

SENADOR (PL-TO) TITULAR DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL



EUDÓCIA CALDAS

SENADORA (PL-AL) TITULAR DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA



JULIO LOPES

DEPUTADO FEDERAL (PP-RJ) TITULAR DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



VITOR LIPPI

DEPUTADO FEDERAL (PSDB-SP) TITULAR DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E COMISSÃO ESPECIAL SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



RICARDO BARROS

DEPUTADO FEDERAL (PP-PR) TITULAR DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



AGUINALDO RIBEIRO

DEPUTADO FEDERAL (PP-RN) TITULAR DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



LUISA CANZIANI

DEPUTADA FEDERAL (PSD-PR) TITULAR DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



ROBERTO FLORENTINO JR

PRESIDENTE DA X-VIA



PAULO HENRIQUE COSTA

PRESIDENTE DO BRB



MARCOS FERRARI

PRESIDENTE DA CONEXIS BRASIL DIGITAL



LAURA SCHERTEL

ADVOGADA ESPECIALISTA EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



LUDHMILLA HAJJAR

MÉDICA CARDIOLOGISTA DA REDE D'OR



PAULO OCTÁVIO

PRESIDENTE DO LIDE BRASÍLIA



GUILHERME MACHADO

PRESIDENTE DO CORREIO BRAZILIENSE



DENISE ROTHENBURG

COLUNISTA NO CORREIO BRAZILIENSE

PATROCÍNIO



APOIO



MÍDIA PARTNERS



FORNECEDORES OFICIAIS



INICIATIVA



Inscreva-se:
CONFIRME.LIDE.COM.BR

Encontro presencial
VAGAS LIMITADAS

VIOÊNCIA

Fuzilamento planejado com muita antecedência

Dois dos veículos utilizados na execução do delegado Ruy Ferraz foram furtados há meses, o que indica operação meticulosa

» FABIO GRECCHI
» IAGO MAC CORD*

A execução do ex-delegado-geral Ruy Ferraz Fontes, na noite de segunda-feira, em Praia Grande (SP), foi planejada com pelo menos cinco meses de antecipação. É o que indicam as investigações da Polícia Civil de São Paulo, por conta dos furtos de dois veículos utilizados no crime. A Toyota SW4 flagrada pelas câmeras de segurança na perseguição ao carro do policial aposentado tem uma comunicação de furto registrada em julho, enquanto que o Jeep Renegade usado na fuga foi levado em março. O grupo teria usado um terceiro carro para desaparecer — e que ainda não foi encontrado.

Além disso, as apurações indicam que a execução de Ferraz foi cometida por um bando possivelmente terceirizado pelo Primeiro Comando da Capital, mas especializado nesse tipo de operação. Isso porque, conforme registram as imagens, cada integrante tinha uma função específica na abordagem: o motorista em momento algum deixou o carro utilizado na fuga; um segundo homem parou o trânsito, ameaçando os motoristas; e os dois outros fizeram os disparos contra o delegado.

Além disso, os matadores utilizaram armas de vários (e grossos) calibres, além de estarem protegidos com coletes balísticos, o que indica estarem preparados para enfrentar uma troca de tiros com forças de segurança. A perícia contou 29 perfurações no Fiat Argo em que Ferraz estava, que pertencia à mulher do policial aposentado.

Na fuga, os bandidos incendiaram a Toyota, mas, por algum motivo, deixaram o Renegade intacto. Isso está sendo considerado a grande falha da operação e, por causa disso, as investigações estão tratando com reservas as provas recuperadas pela Polícia Científica, capazes de oferecer traços que identifiquem os

Reprodução



Atiradores retornam ao carro de fuga após executarem o delegado. É possível ver que usam coletes balísticos

assassinos. Mesmo assim, dois suspeitos foram identificados e a Justiça expediu oito mandados de busca e apreensão, cumpridos ontem.

Os investigadores tomaram os depoimentos de quatro pessoas ligadas aos possíveis envolvidos na execução de Ferraz, e afirmaram não saber onde estariam os supostos envolvidos. Um dos que é apontado como participante do assassinato, de 33 anos, tem passagens pela polícia por roubo, tráfico de drogas e é ligado ao PCC.

Nas diligências, as equipes dos departamentos de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) e Estadual de Investigações Criminais (DEIC) apreenderam objetos que serão periciados. A polícia também está analisando os celulares de Ferraz em busca de pistas que possam esclarecer se a motivação

do crime é recente — a polícia trabalha com a hipótese de que, como secretário de Administração de Praia Grande, ele tenha desagradado alguma empresa ligada ao PCC em licitação pública — ou se é uma vingança da facção — que combateu quando foi delegado-geral da Polícia Civil paulista, entre 2019 e 2022.

Jurado de morte

Relatórios do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do estado (MP-SP), registram que o Primeiro Comando da Capital planejava a morte de Ferraz desde o início dos anos 2000. Ele foi jurado de morte por Marcos Herbas Camacho, o Marcola, principal chefe da facção, que está preso no

presídio federal de Brasília.

A execução ocorreu depois de o delegado ser perseguido por criminosos, depois de deixar o prédio da Prefeitura do município. Imagens de segurança mostram que seu carro foi atingido por dezenas de disparos e colidiu com um ônibus antes de capotar. Ferraz não teve chance de defesa, pois sua pistola pessoal foi encontrada em uma bolsa.

Segundo o governo paulista, Ferraz não solicitou proteção do Estado depois que se aposentou. O delegado, inclusive, tinha um carro blindado, que utilizava quando tinha de ir à capital, mas costumava utilizar o Fiat Argo.

* Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

Reprodução



Toyota usada no crime (a da foto ao lado) foi encontrada queimada

» Assassino de gari tem bens bloqueados

A Justiça de Minas Gerais autorizou o bloqueio de bens do empresário Renê da Silva Nogueira Júnior — assassino confesso e réu pela morte do gari Laudemir de Souza Fernandes — e da mulher dele, a delegada Ana Paula Lamego Balbino Nogueira. A decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) bloqueia contas e aplicações financeiras no valor de até R\$ 611 mil, além de imóveis em nome do casal. O processo foi ajuizado pela filha do gari, que é menor de idade, e pede indenização por danos morais, pensão mensal e o pagamento de sessões de terapia. A viúva de Laudemir, Liliene França da Silva, também entrou com uma ação na Justiça de Contagem, Região Metropolitana de Belo Horizonte, com a solicitação de uma indenização por danos morais contra Renê e Ana Paula. O empresário e marido da delegada da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) confessou o assassinato, cometido em 11 de agosto, no bairro Vista Alegre, em Belo Horizonte. Ele atirou no gari em uma discussão no trânsito.

Divulgação/PCGO



Rildo usava uniforme de gari para cometer crimes e evitar suspeitas

Serial killer é preso em município goiano

» CARLOS SILVA

A Polícia Civil de Goiás prendeu o suspeito de ter cometido uma série de crimes em Rio Verde, no sudoeste do estado. Rildo Soares dos Santos, de 33 anos, é investigado por pelo menos seis ocorrências violentas: três feminicídios, um latrocínio e o desaparecimento de duas mulheres. As investigações apontam a possibilidade de tratar-se de um serial killer, por conta do padrão encontrado nas investigações.

Rildo agia de madrugada, vestido com um uniforme de gari, para circular sem levantar suspeitas. A maioria das vítimas era mulheres

em situação de rua, usuárias de drogas ou em condição de vulnerabilidade. Todas eram subjugadas, levadas a terrenos baldios, estupradas e mortas a pauladas, principalmente na região da cabeça, a ponto de ficarem desfiguradas. O criminoso ainda roubava objetos das vítimas como uma espécie de “troféu”, que foram encontrados na casa dele.

O crime que levou à prisão de Rildo foi o feminicídio de Elisângela da Silva Souza, de 26 anos, que desapareceu na madrugada de 11 de setembro, quando saía para trabalhar. Imagens de câmeras de segurança registraram a jovem acompanhada

do suspeito em direção a um terreno baldio no bairro Popular. No dia seguinte, a família registrou ocorrência de desaparecimento e iniciou buscas por conta própria.

Além de Elisângela, Rildo é apontado como responsável pelas mortes de Alexânia Hermógenes Carneiro, de 40 anos, e Monara Pires Gouveia, de 31 anos, ambas encontradas em terrenos baldios de Rio Verde. Ele admitiu ter tido contato com as vítimas, mas negou os crimes. O delegado destacou as semelhanças entre os assassinatos.

A polícia também investiga o desaparecimento de duas mulheres:

uma de 38 anos, usuária de drogas, vista pela última vez em 12 de setembro; e outra, de 42 anos, com transtornos mentais, sumida desde maio. A bolsa de uma delas foi encontrada na residência de Rildo, o que reforça as suspeitas de envolvimento.

O homem está detido preventivamente na Casa de Prisão Provisória de Rio Verde e responderá à Justiça por feminicídio, latrocínio e ocultação de cadáver no caso de Elisângela. Mas é investigado pelos outros assassinatos e desaparecimentos. As penas pelos crimes podem ultrapassar 200 anos de prisão.

ADULTIZAÇÃO

Lula sanciona lei que cria ECA Digital

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, a lei (PL) que estabelece o marco regulatório para proteger crianças e adolescentes no ambiente da internet — o chamado ECA Digital. A proposta estabelece regras para combater crimes contra menores de idade nas plataformas, que passam a ter responsabilidades específicas.

“É um equívoco acreditar que as big techs algum dia tomarão a iniciativa de se autorregular. Esse equívoco já custou a vida

de várias crianças e adolescentes. Não apenas pela prática de bullying ou promoção de desafios muitas vezes mortais, mas, também, pelos ataques contra escolas e creches estimulados em grupos de internet”, lembrou.

O presidente destacou, ainda, que o Brasil encaixa-se no grupo de países que têm leis de proteção às crianças e adolescentes no ambiente digital. “A partir de hoje, o Brasil tem a honra de se juntar a esse grupo de países”, salientou.

Uma das novidades da lei é a previsão de que a fiscalização

e punição sejam feitas por uma autoridade nacional autônoma. Essa entidade da administração pública será responsável por zelar, editar regulamentos e procedimentos e fiscalizar o cumprimento da nova legislação por parte das empresas de tecnologias digitais, incluindo redes sociais.

Por isso, Lula também assinou uma medida provisória (MP) que transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) em agência reguladora com novas competências para o

acompanhamento, a fiscalização e a sanção sobre as obrigações previstas no ECA Digital.

A matéria foi aprovada pelo Congresso em agosto e tinha de ser sancionada até ontem. O autor da proposta, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) — que participou da cerimônia que transformou o projeto em lei — frisou que o tema conseguiu unir parlamentares dos diversos espectros políticos representados no Legislativo, o que levou o PL à aprovação quase que por unanimidade nas duas Casas. (Com Agência Brasil)

Valter Campanato/Agência Brasil



Nova lei impõe às plataformas responsabilidades na proteção de menores



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 18 de setembro de 2025

Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,06% São Paulo	142.272 12/9 15/9 16/9 17/9	R\$ 5,301 (+ 0,06%)	11/setembro 5,392 12/setembro 5,354 15/setembro 5,321 16/setembro 5,298	R\$ 6,270	14,90%	14,90%	Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26 Agosto/2025 -0,11

JUROS / Em decisão unânime, Banco Central manteve a taxa Selic em 15% ao ano e ainda não descartou novo aumento dos juros básicos, se houver necessidade, surpreendendo analistas. Nos Estados Unidos, Fed reduziu a sua taxa em 0,25 ponto

BC mantém Selic e endurece discurso

» ROSANA HESSEL

Divulgação/BC



O Copom com Galípolo, que tem sete integrantes indicados por Lula, demonstra ser mais conservador do que nos tempos de Roberto Campos

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu, ontem, por unanimidade, manter a taxa básica da economia (Selic) em 15% ao ano, como esperado em mais uma “superquarta” para o mercado financeiro, quando há decisões do BC brasileiro e do Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos). Contudo, o tom mais duro do comunicado surpreendeu alguns analistas.

O texto da nota divulgada após a decisão do Comitê reforçou o cenário de cautela do BC e deixou uma janela aberta para um possível aumento de juros, caso necessário. Com isso, a atual diretoria do BC — composta por sete diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dois diretores indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) — está mais conservadora do que a do BC de Roberto Campos Neto, antecessor do atual presidente Gabriel Galípolo, que vem surpreendendo os analistas pelo conservadorismo.

“O Comitê enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso julgue apropriado”, destacou o documento, que reforça incertezas internas e também no cenário externo, especialmente por conta dos Estados Unidos.

Na avaliação do economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, o comunicado do BC deu a entender que Galípolo está mais ortodoxo do que Campos Neto — que foi alvo de críticas insistentes de Lula. “O comunicado soou mais ortodoxo na parte final, com

tons de preocupação ao longo de todo o texto, sem abrir espaço para dúvidas. Mesmo assim, o cenário segue sendo de queda das expectativas, o que deve fazer com que a taxa real siga alta, mas a nominal possa começar cair no ano que vem”, afirmou Vale.

O consenso do mercado é de uma redução gradual nos juros a partir do início de 2026, ano eleitoral, quando os governos devem aumentar os gastos. Com isso, as

pressões inflacionárias aumentam e dificultam o trabalho do BC para fazer a inflação convergir para meta, ou seja, limita uma queda mais forte da Selic.

De acordo com o comunicado do Copom, as projeções para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) seguem acima do centro da meta, de 3%. Neste ano, o indicador da inflação oficial deve subir 4,8%, acima do teto da meta, de 4,5%. Em 2026,

passará para 3,6%, e, no primeiro trimestre de 2027, para 3,4% — acima das projeções do mercado, de 3,2%, segundo o economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale.

O economista da XP destacou que essa projeção acima do mercado para o IPCA para os próximos 18 meses, o chamado horizonte relevante, e a sinalização de que uma alta de juros não foi descartada, foram os dois pontos

“um pouco mais duros do que a média do mercado esperava” no comunicado do BC.

Com a manutenção da taxa Selic no maior patamar dos últimos 21 anos desde julho deste ano, a decisão do Copom fez com que o Brasil continuasse na segunda colocação do ranking global de juros reais (descontada a inflação), atrás apenas da Turquia (12,34%), conforme levantamento da MoneYou e Lev Intelligence.



O Comitê enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso julgue apropriado”

Banco Central, em comunicado após a reunião do Copom

Setor produtivo

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) criticou a decisão do Banco Central e destacou que os juros elevados aprofundam os desafios enfrentados pela indústria nacional, “que acumula quatro meses consecutivos sem crescimento na produção”. “O atual patamar de juros revela uma preocupante e persistente falta de confiança na indústria brasileira, que já dura nove meses”, destacou a nota da entidade.

A Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) reforçou as críticas à decisão do BC e alertou que os juros no patamar de 15% “são uma barreira para o consumo, o investimento e a competitividade”. Contudo, reconheceu que “uma queda estrutural dos juros passa pelo equilíbrio das contas públicas e pela coordenação entre política fiscal e monetária, para contribuir para a queda dos juros”.

Divulgação/Fed



Powell, presidente do Fed, informou que decisão não foi unânime

Decisão do Fed anima mercado

O Ibovespa alcançou, ontem, um novo recorde, ao subir 1,06% aos 145.593,63 pontos. Foi o terceiro dia seguido em que o Ibovespa renova recordes de fechamento. O dólar chegou a cair a R\$ 5,2762, mas encerrou a sessão estável em 0,06% a R\$ 5,3012.

Boa parte do otimismo do mercado foi explicado pela decisão do Federal Reserve (Fed) — o banco central americano — de cortar os juros em 25 pontos-base, para a faixa entre 4% a 4,25% ao ano.

Em entrevista coletiva, o presidente do Fed, Jerome Powell, reforçou que não houve apoio generalizado para que o corte fosse maior e sinalizou que o ritmo dos novos cortes será moderado. “Fizemos aumentos e cortes muito grandes nos juros nos

últimos cinco anos, e tendemos a fazer isso quando sentimos que a política monetária está fora do lugar e precisa mudar rapidamente para um novo patamar”, afirmou.

No comunicado, o Fed reforçou que “indicadores recentes sugerem que o crescimento da atividade econômica moderou-se no primeiro semestre”. “O crescimento do emprego desacelerou e a taxa de desemprego subiu ligeiramente, mas permanece baixa. A inflação subiu e permanece relativamente elevada”, destacou o documento.

O Comitê busca atingir o máximo de emprego e inflação a uma taxa de 2% no longo prazo, mas a inflação segue pressionada em 2,9% no último mês. “A incerteza quanto às perspectivas econômicas permanece

elevada. O Comitê está atento aos riscos para ambos os lados de seu duplo mandato e avalia que os riscos negativos para o emprego aumentaram”, acrescentou a nota.

A decisão de corte era esperada pelo mercado e, agora, a expectativa dos analistas é de mais dois cortes nos juros básicos norte-americanos de mesma magnitude, para 3,75% a 4% ao ano até dezembro, lembrou Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos. “O Fed ainda sinalizou que pode realizar mais um corte no início de 2026, mas como temos visto que o banco central norte-americano tem mudado bastante ao longo deste ano, ainda poderá haver um corte a mais para os juros chegarem a 3% até 2027”, destacou.

Na avaliação de Cruz, nas próximas reuniões, provavelmente, haverá novos diretores como Stefan Miran, defendendo cortes maiores e as pressões podem aumentar. Para ele, o comunicado do Fed não apresentou grandes mudanças em relação às anteriores além das novas projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) e para o mercado de trabalho.

O economista da RB destacou também que o banco central norte-americano ainda manteve em 3% a previsão para a inflação deste ano e elevou a estimativa para o indicador no ano que vem de 2,4% para 2,6%. Para ele, vai ser desafortunado para o Fed manter o ciclo de corte de juros se a inflação persistir elevada. (RH)

COMÉRCIO EXTERIOR

Estímulos para a exportação

O mundo aguarda os micro e pequenos empreendedores. Essa parcela importante da economia brasileira tem a oportunidade de ingressar no mercado internacional — e há várias políticas públicas e ferramentas disponíveis para alcançar esses consumidores.

Essa foi a mensagem do vice-presidente e ministro da Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, no evento “Os Pequenos também exportam”, realizado na terça-feira, em Brasília.

“O Brasil tem um comércio exterior importante, mas a

exportação é muito concentrada em petróleo bruto, soja, minério de ferro, carnes, açúcar, celulose, café. É fundamental que a gente traga para a exportação as pequenas empresas, para que elas possam crescer mais depressa, ter escala. A Itália é um bom

exemplo de um país em que pequenas empresas exportam bastante”, disse Alckmin, na abertura do encontro.

O vice-presidente Alckmin elencou um conjunto de políticas públicas que contribuem para a inserção do micro e pequeno empreendedor no comércio global. Alckmin considera essencial avançar em acordos comerciais. Citou o acordo

Mercosul-Efta, assinado na terça-feira no Rio de Janeiro, o acordo Mercosul-União Europeia, e a ampliação das transações comerciais com o México. Mencionou o programa Acredita Exportação, voltado para as pequenas empresas se tornarem mais competitivas.

Em 2024, a Apex Brasil ajudou mais de 20,5 mil empresas a se inserirem no mercado internacional,

sendo 54,2% de micro e pequeno porte — um crescimento de 50% em relação ao ano anterior. A CNI, por sua vez, atua no apoio a empresários interessados em acessar mercados globais por meio das 27 federações de indústrias dos estados e do Distrito Federal.

Promovido pela CNI e pela Apex Brasil, o evento “Os Pequenos também exportam” teve transmissão do canal SBT News.

CORRUPÇÃO

PF mira mineração ilegal

Até diretores da ANM foram alvos da operação Rejeito, que investiga um sofisticado esquema de corrupção

» MATEUS PARREIRAS

Uma organização composta por empresários suspeitos de corromper funcionários públicos para mineração ilegal em Minas Gerais foi alvo, ontem, da Polícia Federal. A Operação Rejeito resultou na prisão de 15 dos 17 alvos com mandados expedidos e no cumprimento de 79 mandados de busca e apreensão na Grande BH e em Maceió. A ação dessa organização foi denunciada com exclusividade pela reportagem do Estado de Minas, em 5 de abril de 2025.

Participaram da operação a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Ministério Público Federal (MPF). A Justiça determinou o bloqueio de R\$ 1,5 bilhão em ativos e a suspensão das atividades das empresas supostamente envolvidas no esquema, com potencial para arrecadar R\$ 18 bilhões. Entre os presos, segundo a PF, estão empresários e até diretores da Agência Nacional de Mineração (ANM) investigados por participação no esquema.

Um dos presos é Alan Cavalcante do Nascimento, apontado pela polícia como o coordenador-geral e sócio de fato em diversas empresas do grupo, como a Fleurs Global Mineração Ltda. Ele foi detido em sua residência de luxo em Maceió, Alagoas.

A operação também resultou na prisão de servidores públicos. Na Agência Nacional de Mineração (ANM), Caio Mário Trivellato Seabra Filho, diretor desde 2020, é suspeito de receber R\$ 3 milhões em propina para alterar uma resolução da agência e beneficiar o grupo. Guilherme Santana Lopes Gomes, também diretor da ANM,

é investigado por aprovar licenças para a Gute Sicht em tempo recorde, durante um feriado. Leandro César Ferreira de Carvalho, gerente regional da agência, é suspeito de ter aceitado documentos falsificados no Projeto Rancho do Boi.

Rodrigo Melo Teixeira, ex-diretor da Polícia Federal em Minas e ex-presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), também foi preso na operação.

No Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema), Rodrigo Gonçalves Franco, que até o dia 13 era presidente da Feam, é investigado por suspeita de receber propina regularmente. A PF apurou que ele solicitou R\$ 500 mil pela "colaboração" no licenciamento da Mina Patrimônio.

Felipe Lombardi Martins é investigado como o suposto "homem da mala" e principal operador financeiro do grupo. Além dos presos, servidores foram afastados de suas funções por suspeita de participação.

O crime

O inquérito da PF classificou o grupo como uma "verdadeira organização criminosa", com o objetivo de obter licenças ambientais fraudulentas mediante o "pagamento de vantagens indevidas a servidores públicos".

Para "legitimar práticas delituosas", segundo a polícia, o esquema utilizava uma "robusta e complexa rede de empresas S/A". A estrutura com mais de 40 empresas usava "laranjas" e "testas de ferro" para dificultar as investigações.

A propina, que totalizou mais de R\$ 3 milhões identificados, era distribuída por meio de pagamentos em espécie ou depósitos bancários, movimentados em "três ou quatro

Jair Amaral/EM/DA Press



Após a operação, o governo de MG exonerou servidores da Secretaria de Meio Ambiente investigados



"O grupo investigado teria corrompido servidores públicos em diversos órgãos estaduais e federais de fiscalização e controle na área ambiental e de mineração"

Polícia Federal, em nota

camadas" de lavagem de dinheiro para ocultar sua origem.

As licenças supostamente fraudulentas seriam empregadas para a exploração irregular de minério de ferro em áreas de preservação, como a Serra do Curral, causando graves consequências ambientais e risco de desastres. A PF estima que as ações criminosas do grupo geraram um lucro de pelo menos R\$ 1,5 bilhão desde 2019, com um potencial econômico superior a R\$ 18 bilhões. A Fleurs Global Mineração, sozinha, teria movimentado R\$ 4,3 bilhões no período.

Os investigados podem responder por crimes ambientais, usurpação de bens da União, corrupção, organização criminosa

e lavagem de dinheiro. A partir de agora, as pessoas detidas por mandados de prisão preventiva permanecem à disposição do colegiado judicial, que avaliará a manutenção das prisões e de outras medidas restritivas.

O diretor de Amazônia e Meio Ambiente da PF, Humberto Freire de Barros, afirmou que se inicia agora a fase de "maturação" da operação, com a análise de todo o material apreendido. A operação busca "desestruturar a organização criminosa" e "fazer cessar as práticas delitivas", segundo a PF. O bloqueio de R\$ 1,04 bilhão dos alvos principais visa descapitalizar o grupo e impedir a continuidade das atividades.

TRIBUTAÇÃO

Comitê Gestor do IBS passa na CCJ

» ALÍCIA BERNARDES

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, ontem, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A medida faz parte da regulamentação da reforma tributária e prevê a instituição de um colegiado para cobrar, fiscalizar e distribuir o novo tributo.

O texto, que segue para apreciação do Plenário, prevê que o Comitê Gestor será composto por 54 conselheiros, indicados por estados e municípios, com mandatos de quatro anos. De acordo com o relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), os representantes deverão ter experiência comprovada na área tributária e reputação ilibada. Eles somente poderão ser afastados em casos de denúncia judicial, falta grave ou condenação criminal.

Entre as atribuições do órgão está a responsabilidade de garantir que a arrecadação do IBS seja distribuída de forma equilibrada entre estados e municípios. O imposto terá competência compartilhada, exigindo um mecanismo de fiscalização independente para evitar conflitos federativos e assegurar a execução uniforme das regras em todo o país.

O Comitê Gestor não estará subordinado hierarquicamente a nenhum outro órgão público. Seu modelo de prestação de contas seguirá o padrão de instituições como o Ministério Público e os três Poderes, mas adaptado às particularidades de sua função. Essa autonomia foi desenhada para assegurar neutralidade e independência nas decisões do colegiado.

Google
apresenta:

**BANCADA FEMININA
NA
COP30**

Festival de inovação por mais
mulheres nas decisões políticas e climáticas.

7 e 8 de outubro de 2025
Em Brasília no Festival Curicaca

Inscreva-se

Realização: **QUERO VOCÊ ELEITA** instituto **azmina**

Apoio: **CORREIO BRAZILIENSE**

VENEZUELA

Forças de Nicolás Maduro iniciam exercícios bélicos com contingente e aparato terrestre, aéreo e naval na ilha caribenha de La Orchila. Testes ocorrem em meio ao aumento de tensão com os EUA, que dizem ter afundado três barcos venezuelanos

Fotos: Telesur/Reprodução



Treinamento intitulado "Campanha Caribe Soberano 200" envolve mobilização militar no Mar do Caribe para fazer frente à pressão dos Estados Unidos na luta contra cartéis do narcotráfico

Manobras de guerra

» RODRIGO CRAVEIRO

A até amanhã, 12 navios de guerra, 22 aeronaves e 20 embarcações de menor porte da "Milícia especial naval", além de 2.500 militares da Venezuela participarão de uma série de manobras bélicas em La Orchila, ilha do Caribe ao norte da costa venezuelana. A Campanha Caribe Soberano 200, batizada pelo presidente Nicolás Maduro, coincide com o deslocamento à região, por parte dos Estados Unidos, de oito destróieres. Nos últimos dias, de acordo com o governo de Donald Trump, as embarcações norte-americanas bombardearam ao menos três lanchas rápidas supostamente utilizadas pelo narcotráfico e mataram pelo menos 11 pessoas a bordo.

"Levantou-se uma voz ameaçadora e vulgar contra nosso povo, contra nossas autoridades legítimas e contra nosso comandante em chefe, presidente Nicolás Maduro Moro. (...) Nessa conjuntura especial, temos que duplicar os esforços, elevar nossa prontidão operacional para um cenário de conflito armado no mar, e estamos fazendo isso", declarou Vladimir Padrino López, ministro da Defesa da Venezuela. "Vai haver deslocamentos da defesa aérea com drones armados, drones de vigilância e drones submarinos (...) Também implementaremos ações de guerra eletrônica", acrescentou. A emissora de televisão Telesur divulgou imagens de embarcações anfíbias e navios de guerra deslocados em La Orchila. Na ilha caribenha, funciona uma base da Marinha venezuelana.

De acordo com o jornal *El Nacional*, sediado em Caracas, as manobras da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) ocorrerão em um território de 43 quilômetros quadrados, que fica a 97 milhas náuticas (cerca de 179km) do estado de La Guaira. Perto dali, os Estados Unidos interceptaram uma embarcação pesqueira venezuelana e a mantiveram retida por oito horas, no último fim de semana. Segundo o jornal, a artilharia usada nos exercícios militares é de fabricação russa.

Wendys Olivo/Presidência da Venezuela/AFP



Padrino López: "Vai haver deslocamentos da defesa aérea com drones armados, drones de vigilância e drones submarinos"

Por sua vez, Diosdado Cabello, número dois do chavismo e ministro das Relações Exteriores, acusou a DEA — agência de repressão a drogas dos Estados Unidos — de montar uma operação de "falsa bandeira", uma encenação para associar a Venezuela ao narcotráfico. Ele afirmou que as forças de segurança de seu país apreenderam uma lancha com 3.680kg de cocaína e quatro tripulantes.

"Quem é o dono dessa droga? O operador da droga é um senhor que se chama Levi Enrique López Batis. Vou dizer isso com conhecimento de causa e que fique muito claro: Levi Enrique López

Batis é agente da DEA, um macrotraficante, e contra a Venezuela essa agência seria parte de uma operação de falsa bandeira", disse Cabello.

Ceticismo

Coronel do Exército da Venezuela e analista das áreas de segurança e defesa, Antonio Guevara afirmou ao *Correio* não acreditar que a mobilização dos oito destróieres norte-americanos, "ainda que excepcionais", se materialize em uma ação militar em território venezuelano, seja em águas territoriais ou no continente, no

estilo da ocorrida no Panamá em 1989. "À medida que o tempo passou, o presidente Trump acabou por complicar-se em âmbito doméstico. Além disso, organismos multilaterais encabeçados pela Organização das Nações Unidas (ONU) apontam graves violações dos direitos humanos, com as duas embarcações abatidas. Fundamentalmente, não se cumpriram os protocolos marítimos relacionados ao procedimento de detecção e identificação dos integrantes das embarcações. Entendo que há uma terceira lancha supostamente abatida, mas como temos poucas informações específicas, prefiro não abordá-la", comentou.

Para Guevara, o regime de Nicolás Maduro utiliza as manobras militares para construir uma narrativa da uma vitória categórica da Revolução Bolivariana sobre o imperialismo. "Com todo esse deslocamento de forças que acabam de fazer, se os Estados Unidos não executarem uma iniciativa operacional, isso pode ser interpretado pela opinião pública venezuelana como uma derrota de Washington", avaliou o coronel. "Vender essa ideia como um revés americano dentro do regime chavista significa afiançá-lo e consolidá-lo, além de dar-lhe mais consistência nas provocações."

Eu acho...



Arquivo pessoal

"O regime de Nicolás Maduro tem feito o seu trabalho: resistir. O pior que pode ocorrer é que os Estados Unidos iniciem uma operação de intervenção em território venezuelano. Mas creio que Maduro fez os seus cálculos e concluiu que isso não ocorrerá. Então, prepara a narrativa posterior, de vitória da Revolução Bolivariana sobre os EUA. A mobilização americana ocorreu há mais de um mês e tudo o que conseguiu, oficialmente, foi afundar duas ou três embarcações venezuelanas."

Antonio Guevara, coronel do Exército da Venezuela e analista das áreas de segurança e defesa

ORIENTE MÉDIO

Fuga em massa da Cidade de Gaza

Firas Diab tentou fugir da Cidade de Gaza, mas desistiu quando soube que teria de gastar o equivalente a US\$ 3 mil (quase R\$ 16 mil) para conseguir partir e levar os seus pertences em direção ao sul. "Prefiro ficar e enfrentar a morte", desabafou ao *Correio* o palestino, desempregado desde o início da guerra, em 7 de outubro de 2023. "Não há local seguro, nem barracas, nem nada. Para onde eu iria? Estou cercado por todos os lados."

No segundo dia da incursão terrestre israelense para tentar capturar a Cidade de Gaza e derrotar o movimento palestino Hamas, Diab classificou a situação como o "inferno". "Munições e mísseis caem por todos lados. Os tanques avançam. Casas estão sendo bombardeadas e pessoas, massacradas. É um verdadeiro genocídio", assegurou. Ele enviou duas fotos à reportagem: uma delas mostra quatro tanques estacionados no meio de uma avenida cercada de prédios em ruínas e com o asfalto rasgado ao meio; a outra flagrou uma grande explosão do lado de um acampamento de deslocados internos.

A pé, de bicicleta ou em veículos, os palestinos fogem em massa da Cidade de Gaza. Somente ontem, os bombardeios de Israel deixaram pelo menos 86 mortos. No fim do mês passado, cerca de

Eyad Baba/AFP



Palestinos se deslocam rumo ao sul, com medo da incursão terrestre israelense

1 milhão de pessoas moravam na cidade e em seu entorno. Mais de 350 mil moradores teriam partido.

Enquanto suas obras eram exibidas em uma exposição organizada pela Comissão Europeia e pelo Programa Mundial de Alimentos da ONU, em Bruxelas, o artista palestino Ahmed Muhanna apelava ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha para que o ajudasse a abandonar a Cidade

de Gaza. "A situação por aqui é catastrófica e piora a cada momento. Passamos pelas piores e mais destrutivas condições de vida", relatou Muhanna ao *Correio*, por meio do Instagram.

"Nós vivemos em uma grande prisão. Ninguém consegue sair daqui, exceto por meio da Cruz Vermelha. O barulho das explosões persiste. A situação é muito catastrófica", ressaltou o artista. "Estamos expostos aos bombardeios, ao extermínio e ao deslocamento forçado", concluiu Muhanna. Ontem, as Forças de Defesa de Israel (IDF) deram 48 horas para a população palestina deixar a Faixa de Gaza e anunciaram a abertura de uma rota de passagem temporária através da rodovia Salah Al-Din — a via cruza o centro do território ocupado, de norte a sul. A agência France-Press divulgou, no entanto, que o corredor ficará aberto apenas até o meio-dia de amanhã no horário local (6h em Brasília).

Sanções

A Comissão Europeia, órgão Executivo da União Europeia (UE), propôs aumentar os impostos sobre importações de Israel e impor sanções contra dois ministros de extrema-direita do governo de coalizão de Benjamin Netanyahu. (Rodrigo Craveiro)

Pompa da realeza britânica para Trump

Kirsty Wigglesworth/AFP



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, foi solenemente homenageado pela monarquia britânica no Castelo de Windsor, no primeiro dia de sua visita oficial ao Reino Unido, longe de Londres e dos protestos contra ele. Trump e sua esposa, Melania, que chegaram a Londres na noite de terça-feira, foram recebidos ao desembarcar do helicóptero que os transportou da capital pelo príncipe e princesa de Gales, William e Kate, e pelo rei Charles III e a rainha Camilla. Salvas de canhão, procissão de carruagens e uma cerimônia militar marcaram o início desta segunda visita de Estado do presidente americano, após a realizada em 2019, durante seu primeiro mandato. O americano inspecionou uma guarda de honra (foto) no pátio do castelo, em uma cerimônia militar inédita, com 1.300 membros do exército britânico. Além disso, Trump elogiou a beleza da princesa Kate, informaram jornalistas especializados na realeza, presentes em Windsor, onde o mandatário passará as duas últimas noites de sua visita, a 40km de Londres.

VISÃO DO CORREIO

Resposta à altura ao crime organizado

Considerado um dos maiores especialistas em facções criminosas no país, o ex-delegado-geral de São Paulo Ruy Ferraz Fontes foi assassinado a tiros, na última segunda-feira, em uma rua movimentada de Praia Grande, em horário de pico. Uma operação de alta complexidade tática e, provavelmente, meticulosamente arquitetada. As duas principais linhas de investigação indicam a participação do crime organizado na execução cometida sem qualquer tipo de pudor. Se confirmada, trata-se de uma demonstração de forças que merece uma resposta à altura do poder público, cuja capacidade de combater esses grupos criminosos tem sido cada vez mais questionada.

Semanas antes de ser assassinado, em entrevista ao grupo Globo, Ferraz Fontes queixou-se da falta de proteção depois que se aposentou da Polícia Civil. “Eu vivo sozinho na Praia Grande, que é no meio deles. Pra mim, é muito difícil. Se eu fosse um policial da ativa, eu tava pouco me importando, teria estrutura para me defender, hoje não tenho estrutura nenhuma”, desabafou. A região é conhecida como um dos redutos do Primeiro Comando da Capital (PCC), alvo de investigações conduzidas pelo ex-delegado, jurado de morte em razão disso. Foi ele, por exemplo, o responsável pelo indiciamento da cúpula da organização criminosa em 2006.

A outra frente apura se a execução tem ligação com o último trabalho de Ferraz Fontes, o de secretário municipal de Administração de Praia Grande. Ele cuidava de temas críticos na gestão da cidade litorânea, como fiscalizações e licitações, e sua atuação estaria desagradando criminosos infiltrados no setor imobiliário, de interesse do PCC. Certo é que os quase 30 tiros de fuzil deferidos contra o ex-policial escancararam, no mínimo, o desprezo dos grupos criminosos pelo Estado de Direito.

A afronta tem dimensões cada vez mais críticas. Basta lembrar da também execução,

em novembro, do delator do PCC Vinicius Grizbach, em plena luz do dia, no Aeroporto Internacional de São Paulo, o maior da América Latina. Ou do mês inteiro de ataques a ônibus e prédios de Fortaleza e região metropolitana, em 2019, coordenados por facções irritadas com medidas para combater o crime dentro dos presídios. Ou, ainda, do avolumado conjunto de pesquisas e levantamentos que tem alertado para a disseminação desses grupos criminosos pelo país, sobretudo em regiões remotas e fronteiriças.

Estudo divulgado, mês passado, pela Cambridge University Press mostra que 26% da população brasileira vive sob regras impostas por facções — o maior índice dos 18 países da América Latina analisados. Segundo os autores, de universidades estadunidenses, a realidade deve ser ainda pior em toda a região, considerando a dificuldade na coleta de dados em áreas dominadas pela chamada governança criminal.

Ao comentar o assassinato de Ferraz Fontes, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, traçou panorama semelhante. A execução “brutal” do ex-delegado, segundo ele, “mostra o nível de violência que, infelizmente, graça aqui no Brasil e também em outros países”. Mas é preciso fazer o dever de casa. Há um clamor por isso — a falta de segurança pública figura entre as principais preocupações dos brasileiros quando questionados sobre as mazelas que assolam o país.

Deflagrada no fim de agosto, a Operação Carbono Oculto evidenciou que o enfrentamento da questão é complexo — as facções diversificaram mercados, firmando um sofisticado esquema de lavagem de dinheiro com operações além-mar. Mas, também, está claro que não há outra resposta àqueles que tentam intimidar o poder público senão aquela baseada em inteligência, articulação de órgãos estaduais e federais, capacitação contínua dos profissionais envolvidos e a proteção permanente da sua integridade.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.

» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Blindagem 1

Como bem disse o general Charles De Gaulle, de fato, “o Brasil não é um país sério”. Isso se constata ao vermos o nosso parlamento aprovando uma lei que protege seus pares contra possíveis malfeitos perpetrados por eles, isentando-os de serem processados e julgados por nossa Justiça. Consideraram-se cidadãos acima de qualquer lei, numa falta de vergonha e mau-caratismo sem tamanho e sem nenhum respeito para com o eleitor, que, em última análise, é o dono do mandato que eles exercem aqui em Brasília. Que tristeza!

» **Paulo Molina Prates**

Asa Norte

Blindagem 2

Deputados federais chegaram ao fundo do poço em matéria de agressão ao bom senso. Um monumento recheado de privilégios imundos e nada republicanos. Aprovaram a excrecência chamada PEC da Blindagem. O parlamento legislativo já é tratado, com todo merecimento, pela população de “PEC da Bandidagem”. Pelo texto, os parlamentares não poderão mais ser denunciados nem punidos pela Justiça, por qualquer tipo de crime, por mais escabroso que seja, sem o consentimento da Câmara Federal. Mais uma vez, pautas de interesse da coletividade, que deveriam ser discutidas com rigorosa prioridade, são esquecidas em detrimento de pleitos pessoais que apequenam e envergonham mais ainda o Legislativo junto à opinião pública.

» **Vicente Limongi Neto**

Asa Sul

Reforma Administrativa

Em editorial do último domingo (14/09), o **Correio Braziliense** citou a reforma da administração pública: “Uma efetiva reforma administrativa só ocorrerá quando os Poderes constituídos estabelecerem um pacto para abolir práticas e privilégios que tornam o atual modelo insustentável”, diz o texto. Pois, então, cortaríamos na própria carne? O Judiciário, com seus altos salários, sobretudo penduricalhos e bonificações; o Legislativo, que recentemente, como citado no texto do jornal, “aprovou o aumento do número de deputados,

passando de 513 para 531 os representantes eleitos. Como ampliar o contingente de parlamentares, assessores, gabinetes e tudo o mais...”; o Executivo, com seus gastos acima das receitas provenientes de uma tabela de arrecadação desequilibrada, com aparelhamento político em toda a sua burocracia gerando também ineficiência estatal; o contingente militar — Exército, Marinha e Aeronáutica —, que muitos consideram como o quarto poder, com todos seus salários de alta patente, aposentadorias especiais e perpetuação de privilégios; cortaríamos na própria carne? Enfatizou o editorial: “É preciso que se entenda, de uma vez por todas, que as mudanças na máquina pública devem ocorrer para fortalecer o Estado, e não o contracheque de poucos”. Outro desafio: conjugar corte de despesas com modernização e eficiência no atendimento à população — o INSS, com sua fila interminável, é um grande exemplo disso.

» **Fábio Moreira da Silva**

Belo Horizonte

Pode se repetir

Hitler tornou-se líder da sociedade que mais havia ganhado prêmios Nobel até a década de 1930. Uma sociedade que havia produzido Hegel, Kant, Schopenhauer e tantos outros brilhantes pensadores. Outros “Hitleres” aparecerão? Infelizmente, sim. Se surgiu um tirano seduzindo uma sociedade inteligentíssima, não há nenhum impedimento para seduzir outras sociedades menos aptas intelectualmente. Se não prepararmos a próxima geração para decifrar os quesitos da educação, da liberdade de expressão, do respeito à Constituição, da honestidade, da decência e moralidade, permitiremos que outros psicopatas proponham ideias inumanas para resolver conflitos humanos. Os gemidos de centenas de milhares de crianças judias e de outras minorias mortas nos campos de concentração ainda ecoam pela nossa história. Não basta ler a história e se admirar com as atrocidades cometidas, é preciso ter a pedagogia da indignação, ter ouvidos altruístas para ouvir clamores inaudíveis. Somente a educação altruísta resgata valores éticos e é capaz de batalhar contra a prevalência do instinto humano no tecido social.

» **Renato Mendes Prestes**

Águas Claras

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

PEC da Blindagem: no faroeste da Câmara, o deputado pode ser mocinho, bandido e xerife ao mesmo tempo.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Essa PEC para blindar os nobres deputados é, no mínimo, vergonhosa! Tem que ser declarada inconstitucional já no Senado Federal. Os parlamentares são cidadãos comuns e não podem ficar fora do alcance da Lei!

Washington Luiz Souza Costa — Samambaia

PEC da Blindagem ou PEC da Bandidagem? O povo com cara de paisagem ou sem coragem? Não importa a camuflagem, pois isso é tudo politicagem!

Marcelo Pompom — Riacho Fundo

A Reforma Administrativa é cilada, Brasil. Não fossem os servidores estabilizados, os absurdos que vemos hoje seriam muito piores!

Fabiano Franco — Florianópolis (SC)

Sete anos após o fim do lixão, o veneno ainda escorre pelas raízes da terra e pelas veias da esperança. A água que deveria nutrir, hoje adocece. Não há filtro que purifique o descaso.

Pacelli M. Zahler — Sudoeste



CIDA BARBOSA

cidabarbosa.df@dabr.com.br

A dimensão de uma sentença

Em um dos períodos mais nefastos da nossa história, canções com letras cifradas conseguiam gritar a dor que as vozes sufocadas pela força bruta não podiam. Com *Apesar de você*, por exemplo, Chico Buarque evidenciava a tirania imposta ao povo pela ditadura militar: “Hoje você é quem manda; falou, tá falado, não tem discussão, não. A minha gente hoje anda falando de lado, e olhando pro chão”.

Na composição *Cartomante*, Ivan Lins e Victor Martins alertavam para os perigos daqueles tempos sombrios: “Nos dias de hoje, não dê motivo, porque, na verdade, eu te quero vivo”. Em *Pesadelo*, Paulo César Pinheiro e Maurício Tapajós falavam de resistência ante a truculência: “Você corta um verso, eu escrevo outro; você me prende vivo, eu escapo morto”.

Fiquei comovida ao revisitar as letras desses hinos contra os horrores dos anos de chumbo. Uma viagem que fiz graças ao professor Pasquale Cipro Neto, no programa Estúdio CBN, da sexta-feira passada, um dia depois de a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) anunciar a condenação histórica de um ex-presidente da República por atentar contra a nossa democracia.

As músicas que o professor levou ao ar, compostas durante a ditadura, denunciavam a violência e a opressão — três delas são as que reproduzi, em trechos, no começo deste texto. Numa época de total supressão de direitos, os autores, evidentemente, tinham de usar metáforas para driblar a censura.

Esse mergulho me fez refletir. Apesar do sentimento de justiça que tive com o veredito do STF, eu ainda não havia alcançado, de fato, a plena dimensão da decisão

tomada pela Corte. O que quatro dos cinco ministros fizeram nesse histórico 11 de setembro de 2025 foi sentenciar exemplarmente quem tentou trazer de volta ao país um regime atroz, que subjugou todo um povo, durante mais de duas décadas, que reprimiu, torturou, estuprou, assassinou.

Brutalidade que não poupava nem mesmo crianças. A vítima mais jovem da ditadura, Carlos Alexandre, tinha 1 ano e oito meses, em 1974, quando foi agredido com um soco e jogado ao chão por ter chorado quando agentes da repressão invadiram sua casa, em São Paulo, à procura dos seus pais, considerados subversivos.

Levado por militares, o bebê ficou 15 horas em poder deles. Segundo relatos, foi torturado com choques elétricos. Ele nunca se recuperou do trauma. Tomava antidepressivos e antipsicóticos e tinha fobia social. Em 2013, tirou a própria vida.

Perceba o peso da decisão do STF na semana passada. O monumental serviço que a mais alta Corte deste Brasil prestou à nossa história, passada, presente e futura.

Termo com o trecho da quarta música tocada no programa na sexta-feira, impactante já no título: *Aos nossos filhos*. Uma letra, de Ivan Lins, que nos comove profundamente. “Perdoem por tantos perigos, perdoem a falta de abrigo, perdoem a falta de amigos. Os dias eram assim. Perdoem a falta de folhas, perdoem a falta de ar, perdoem a falta de escolha. Os dias eram assim. Quando brotarem as flores, quando crescerem as matas, quando colherem os frutos, digam o gosto pra mim.” Os dias eram assim. Cuidemos para que nunca mais voltem a ser..

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara E se mais mundo houera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Assine
(61) 3342-1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991 58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A Press Multimídia
Atendimento pessoal para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h / domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.uudapress.com.br

A Reforma Tributária e o Imposto Seletivo



» MÁRCIO HOLLAND
Professor na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Eesp) e coordenador de Programas de Pós-Graduação lato sensu

A aprovação da Reforma Tributária sobre o consumo deve ser celebrada, e sua implementação deve ser promovida com destaque nos próximos governos. A agenda de reformas estruturais não pode ter volta. Não se pode, contudo, perder essa oportunidade apertando a proposta do Imposto Seletivo. De fato, não é tarefa fácil definir quais bens e serviços são prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Muito menos é dado como certo que a tributação em si seria o único instrumento capaz de desestimular o consumo desses produtos.

A boa notícia é que o Brasil tem uma série de dados que permite um amplo diagnóstico e subsidia as melhores escolhas de políticas públicas. E o desenho dessa nova tributação deve se beneficiar dessa virtude e se basear, predominantemente, no princípio da extrafiscalidade — se afastando do conceito de um imposto meramente arrecadatório.

Vejam o exemplo do açúcar no Brasil. Visando desincentivar o consumo, o Imposto Seletivo se limitou a bebidas que contêm açúcar apenas em dois tipos: os refrigerantes açucarados e os refrescos açucarados — que representam somente 1,3% da ingestão calórica média do brasileiro. O açúcar

propriamente dito, que responde por 5,8% da ingestão calórica nacional, foi incluído na Cesta Nacional de Alimentos e, com isso, terá alíquotas da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) reduzidas a zero. Ou seja, se adicionarmos água ao açúcar, haverá punição tributária; mas o consumo abundante de açúcares em diversos alimentos não causa, aparentemente, problemas à saúde.

Segundo as últimas edições da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o consumo de refrigerantes, por exemplo, vem caindo de forma consistente há mais de uma década no Brasil. Em contrapartida, o dos demais bens prejudiciais à saúde se mantém ou vem crescendo. No mesmo período, a prevalência da obesidade e do sobrepeso aumentou, como registrado nas duas últimas edições da Pesquisa Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) é clara ao afirmar que a obesidade resulta de um desequilíbrio entre ingestão e gasto calórico. Não é um único produto que causa obesidade, mas uma combinação de diferentes fatores: consumo excessivo de alimentos ricos em carboidratos, gordura saturada, sódio e açúcares, além do estilo de vida, do padrão e formato de trabalho, da insuficiência de práticas esportivas, de aspectos socio-culturais e psicossociais, entre outros.

Falar de tributação exige fazer contas para mitigar riscos de distorções de mercado. No Brasil, os refrigerantes já estão sujeitos a elevada tributação, e o sistema tributário nacional conta com seletividade

para esse caso. Com a reforma, a carga tributária do setor deve subir cerca de 1,1%, caso a alíquota do IVA (CBS + IBS) chegue a 26,5%. Ao mesmo tempo, bebidas substitutas (sucos de frutas, por exemplo) devem ter redução relevante da carga tributária, ampliando ainda mais a diferença de tratamento (seletividade). Ou seja, a adoção de um imposto seletivo adicional aos novos tributos deve implicar em majoração na carga tributária atual.

Ao analisar dados de preços e consumo de bebidas não alcoólicas — como refrigerantes e sucos de frutas naturais — com metodologias econométricas internacionalmente reconhecidas, não se observa efeito de substituição relevante. Tecnicamente, a elasticidade de substituição entre refrigerantes e sucos naturais não é estatisticamente diferente de zero. Assim, não é esperado que o aumento de carga tributária sobre refrigerantes impulse a demanda por sucos naturais, mas apenas eleve o peso da tributação sobre um produto consumido, comprometendo ainda mais a renda das famílias mais pobres. A propósito, dados da POF indicam que, entre essas famílias, o refrigerante representa apenas 0,69% da ingestão calórica diária. Ou seja, o que alguns chamam de seletividade pode ser lido como regressividade tributária.

A prevalência da obesidade e o crescimento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) são, de fato, graves problemas de saúde pública. Exigem diagnósticos precisos e soluções efetivas. A construção de um caminho mais saudável para a sociedade depende do uso de dados, de evidências sólidas e da formulação de políticas sustentáveis.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interna) // circecunha.dj@dabr.com.br



2027 é bem ali

Simone Tebet, ministra do Planejamento, uma pasta que hoje é relegada aos partidários do governo, disse em entrevista que, independentemente do governo, em 2027, o Brasil vai literalmente quebrar com o atual arcabouço fiscal. Não terá recursos para fazer movimentar a máquina pública. A razão é por demais sabida e repousa na ideia fixa do governo de gastar sem responsabilidade.

Em tempos de comunicação eletrônica, é impossível esconder os números do olhar digital. Em resumo, o panorama recente das finanças públicas brasileiras diz que há um déficit primário recente preocupante: em 2024, o governo central fechou com déficit primário de R\$ 11 bilhões. No acumulado de 12 meses até julho de 2025, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 27,3 bilhões (0,22% do PIB), contra um superávit de R\$ 17,9 bilhões em junho, segundo dados do Banco Central. Com isso, a dívida pública e endividamento seguem em ascensão acentuada. A Dívida Bruta do Governo Geral está em torno de 77,6% do PIB, algo como R\$ 9,6 trilhões.

Enquanto isso, os juros, levados sobre essa dívida, constituem parcela cada vez mais significativa do orçamento, reduzindo o espaço para outras despesas. Pouco mais do que 10% é investido de fato no desenvolvimento, o que é um dado alarmante, pois mostra que o governo, por incapacidade na gestão das contas públicas, leva o país a afundar nas areias movediças do subdesenvolvimento.

No quesito receitas versus despesas, os números apontam para desencontros, com receita líquida de aproximadamente R\$ 2,162 trilhões e seguida de despesas totais R\$ 2,205 trilhões. O caixa não fecha. O pior é que, em ano eleitoral, a dança desses números será ainda mais frenética. Isso indica que as despesas já superaram as receitas líquidas, mesmo antes de contar juros da dívida. Ajustes nas despesas discricionárias têm sido previstos como forma de conter os estrangulamentos do orçamento.

Paizem no horizonte de 2027 essas projeções de colapso, como alertado em público pela ministra. Pelo visto, esse anúncio de mau agouro não teve ainda o condão de sensibilizar o governo, a mídia nem tão pouco os brasileiros, de forma geral. Amanhã vem o "eu avisei".

A preocupação de que "vai faltar dinheiro em 2027" não é à toa e se sustenta em alguns elementos concretos e centrais, como é o caso das questões relativas aos precatórios. Em 2027, espera-se que, somando os precatórios e outras sentenças judiciais, R\$ 124,3 bilhões voltem a contar para o teto de gastos (ou seja, afetem diretamente as metas fiscais).

Isso vai reduzir o montante destinado às despesas discricionárias (as de livre gestão) de aproximadamente R\$ 208,3 bilhões em 2026 para R\$ 122,3 bilhões em 2027 — ou seja, uma queda de R\$ 86,1 bilhões. Dentro desse montante reduzido, ainda há que se descontar as emendas parlamentares (R\$ 56,5 bilhões previstos). Depois disso, restarão apenas cerca de R\$ 65,7 bilhões. Economistas estimam que, para manter a máquina pública "funcionando minimamente", seriam necessários pelo menos R\$ 70 bilhões — ou seja, o previsto estará abaixo do mínimo estimado.

Os cenários para 2028-2029 podem ainda ser mais críticos. Para 2028, sobraria apenas R\$ 59,5 bilhões para as despesas discricionárias, dos quais R\$ 58 bilhões iriam para emendas parlamentares. E, para o ano seguinte, apenas R\$ 8,9 bilhões.

Por outro lado, os planos políticos do projeto do governo, denominado Arcabouço Fiscal, limita o crescimento das despesas públicas com base na receita do ano anterior, com gatilhos de contingência se certas metas não forem cumpridas. Esse gatilho é político. O governo depende de exceções, benefícios legais ou decisões judiciais (como o adiamento ou exclusão temporária de precatórios do cálculo do teto de gastos) para ganhar "fôlego" fiscal. E essas brechas tendem a se fechar em 2026, sinalizando que, a partir de 2027, a pressão será maior.

Com base nesses dados, é possível prever a quebra do Brasil em 2027 é uma expressão forte, mas que não está fora de contexto. Há riscos reais de haver falta de recursos para despesas discricionárias essenciais (custos de funcionamento, manutenção de serviços públicos etc.) e de que a volta dos precatórios ao cálculo fiscal provoque um estrangulamento orçamentário muito acima do estimado, reduzindo sobremaneira o "espaço" para investimento ou políticas públicas não obrigatórias. Quem sobreviver verá.

A frase que foi pronunciada:

“Centavos não caem do céu. Eles são conquistados pelo trabalho aqui na terra.”

Margaret Thatcher

História de Brasília

A denúncia de que deputados são testas de ferro de grupos estrangeiros não seria feita por um deputado de prestígio da Casa, como o sr. Almino Afonso, que conhece o problema, mas pelo sr. Romano Lossado, que falaria por "ouvi dizer". Por isto a Câmara não aceitou o requerimento. (publicada em 09.05.1962)

Maurenilson



Reflexões sobre justiça, história e democracia



» GENERAL PAZUELLO
Deputado federal

Em tempos de incerteza, é preciso que a palavra seja ponte, e não espada. O julgamento e a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro não devem ser lidos como um ato judicial isolado, mas como parte de um processo que convoca a sociedade brasileira à reflexão serena e profunda sobre os rumos da nossa democracia. Para tanto, é importante dividir os acontecimentos em duas partes.

A primeira é a dos fatos: episódios distintos, sem ligação comprovada entre si, que não demonstraram coordenação única. Muitas das insatisfações foram de origem popular, expressas em protestos que culminaram nos atos de 8 de janeiro de 2023. Tratar tais episódios como uma conspiração centralizada é ignorar a realidade de manifestações diversas, espontâneas e motivadas por indignações difusas.

A segunda parte é a da influência da política sobre o Poder Judiciário, especialmente sobre o Supremo Tribunal Federal (STF). Não é admissível que, em um país que se declara democrático e possui um Estado de Direito consolidado, ocorram

juízos com tantos questionamentos, incongruências e mudanças de entendimento aplicadas de forma retroativa.

Mudanças recentes no entendimento sobre o foro privilegiado foram aplicadas a fatos ocorridos anos antes, criando insegurança jurídica e desrespeitando o princípio do juiz natural.

O voto do ministro Luiz Fux merece especial atenção. Ele recordou que a missão do Supremo é guardar a Constituição, e não agir como arena política. Ressaltou, ainda, que, sem juiz natural e competente, não há processo legítimo; que novas interpretações sobre foro não podem retroagir a fatos passados; e que, se a Corte tivesse competência, o julgamento deveria ocorrer no Plenário, e não em Turma, pois a dignidade do cargo presidencial exige a mais ampla deliberação.

Durante seu mandato, Bolsonaro foi um líder combativo e polarizador, mas jamais omisso. Enfrentou perseguições políticas, resistiu a pressões institucionais e conduziu o Brasil em meio a uma das maiores crises sanitárias da história moderna.

No auge da pandemia, teve a oportunidade de servir ao país como ministro da Saúde. Acompanhei de perto um presidente incansável, comprometido com a proteção de vidas, com o amparo aos mais vulneráveis e com a estabilidade de uma nação mergulhada no caos.

A condenação, no entanto, parece ignorar esse histórico. Para muitos brasileiros, ela simboliza não

apenas a punição de um homem, mas a criminalização de um legado: o de dar voz aos esquecidos, reafirmar valores tradicionais como Deus, Pátria e Família e colocar o interesse nacional acima de conveniências partidárias ou pessoais.

É preciso refletir sobre os caminhos que o Brasil está trilhando. Uma democracia não pode tratar a oposição como inimiga. A pluralidade política é a seiva que sustenta a árvore da liberdade; sem ela, o contraditório e a livre manifestação do pensamento tornam-se frágeis ramos ameaçados de secar.

Por isso, é fundamental expressar solidariedade, não apenas ao ex-presidente, mas também à sua família, que enfrenta hostilidade e vigilância constantes.

A luta pela anistia dos injustiçados políticos deve continuar, pois não podemos permitir que a intolerância autoritária, disfarçada de legalidade, se torne o futuro de nossa pátria. O julgamento das Cortes pode falhar, mas o julgamento da história será mais justo e, nele, repousará a verdade.

A condenação de hoje pode parecer derrota, mas pode ser também o início de um novo ciclo de resistência serena, de renovação democrática e de reencontro com a verdadeira justiça.

Caminheemos com a paciência e a visão de Juscelino Kubitschek, a firmeza constitucional de Euclides Figueiredo e o espírito pacificador de Duque de Caxias. Assim, reformaremos este momento de inquietação em oportunidade de crescimento para a democracia brasileira.

» PALOMA OLIVETO

Ingrediente base do chocolate, o cacau tem propriedades anti-inflamatórias que podem prevenir o envelhecimento celular e, conseqüentemente, doenças crônicas, como as cardiovasculares. A conclusão é de um estudo do Mass General Brigham, em Boston, nos Estados Unidos, publicado na revista *Age and Ageing*. Os autores usaram dados de 598 participantes do Cosmos, um ensaio clínico com pessoas acima de 60 anos que, de 2014 a 2020, receberam suplementos diários com extrato da fruta.

Um estudo anterior com 21.442 pessoas inscritas no Cosmos constatou que a suplementação com cacau esteve associada a uma redução de 27% na mortalidade por doenças cardiovasculares. Na investigação atual, o interesse dos pesquisadores foi analisar, em amostras de sangue dos participantes, a presença de substâncias inflamatórias.

Entre outras coisas, os pesquisadores descobriram que o marcador hsCRP — que pode sinalizar aumento do risco de doenças cardiovasculares — diminuiu nos participantes que tomaram o suplemento de extrato de cacau. Isso sugere que as propriedades anti-inflamatórias da planta podem ajudar a explicar seus efeitos protetores do coração.

“Nosso interesse no extrato de cacau e no *inflammaging* começou com base na redução da mortalidade por doenças cardiovasculares”, disse, em nota, o autor correspondente Howard Sesso, da Divisão de Medicina Preventiva e do Brigham and Women’s Hospital. Ele se refere a um conceito recente, que associa inflamação sistêmica a envelhecimento (*aging*, em inglês).

Baixo grau

Com o passar do tempo, o corpo passa a conviver com níveis persistentemente elevados de inflamação de baixa intensidade. Esse estado — o *inflammaging* — aumenta a vulnerabilidade a doenças crônicas e condições como infartos, derrames e declínio cognitivo. “Mesmo sem uma doença aparente, o organismo mantém a inflamação de baixo grau. É isso que vai desgastando as células e acelerando problemas como diabetes, Alzheimer e doenças cardiovasculares”, explica Esthela Oliveira, nutróloga e médica do esporte, integrante do Hospital Albert Einstein e da Side Clinic.

Entre as opções preventivas estudadas para combater o *inflammaging*, a dieta tem se mostrado um dos caminhos mais promissores. “A alimentação entra como uma ferramenta poderosa aqui, porque muitos nutrientes têm ação anti-inflamatória e antioxidante, como o cacau. Os flavonoides da planta ajudam a frear esse processo”, destaca a nutróloga. Para obter os benefícios, contudo, é preciso escolher bem a forma do alimento. “O ideal é buscar as opções com cacau 100% puro, ou 70%. Nessa forma, o chocolate é extremamente amargo, mas é uma questão de ajuste de paladar”, diz.

Amostras

No estudo norte-americano, os pesquisadores queriam checar se a suplementação de extrato de cacau por vários anos, em comparação com um placebo, poderia modular o *inflammaging*. Para isso, coletaram e analisaram amostras de sangue de quase 600 participantes do Cosmos para medir a presença de substâncias associadas à inflamação: três proteínas pró-inflamatórias (hsCRP, IL-6 e TNF-), uma proteína anti-inflamatória (IL-10) e uma proteína imunomediadora (IFN-).

Os dados, coletados por 24 meses, mostraram que o grupo que recebeu o extrato de cacau teve uma redução de 8,4% ao ano nos níveis de hsCRP em relação ao placebo. O efeito foi mais acentuado em pessoas que já tinham quantidades elevadas

O uso diário de suplemento com extrato do fruto reduziu significativamente níveis de substâncias relacionadas a um processo inflamatório conhecido como *inflammaging* em estudo com quase 600 pessoas

Cacau para envelhecer bem

Pexels/Divulgação



Alimentos funcionais

Além do cacau, diversos alimentos funcionais têm demonstrado potencial para reduzir marcadores inflamatórios. O médico nutrólogo Sandro Ferraz, especializado em emagrecimento e longevidade, exemplifica e explica os mecanismos de cada um deles.

Peixes ricos em ômega-3: os ácidos graxos de cadeia longa modulam a síntese de eicosanoides (moléculas lipídicas) pró-inflamatórias e promovem a produção de resolvinas, responsáveis pela resolução de processos inflamatórios. Estudos demonstram que a ingestão regular está associada a uma redução de citocinas inflamatórias e de marcadores como a hsCRP.

Azeite de oliva: contém polifenóis e compostos antioxidantes que agem modulando a inflamação. A ingestão do óleo tem sido associada à diminuição da inflamação sistêmica e à melhora da função endotelial, contribuindo para a redução dos níveis de marcadores inflamatórios e proteção cardiovascular.



Ed Alves CB/DA Press

Frutas vermelhas: frutas como mirtilo, morango (foto) e amora têm elevada concentração de flavonoides e outros polifenóis com propriedades antioxidantes e anti-inflamatórias. A ação desses compostos favorece a neutralização de radicais livres e a inibição de vias inflamatórias.

Nozes e sementes: fontes de gorduras insaturadas, fibras e

antioxidantes, nozes, amêndoas e castanhas têm sido associadas a uma redução dos marcadores inflamatórios. Além disso, a presença de vitamina E e de outros nutrientes bioativos ajuda na proteção contra o estresse oxidativo e na manutenção de um ambiente metabólico menos pró-inflamatório.

Chá verde: os polifenóis da bebida, principalmente as catequinas, têm um forte efeito antioxidante e anti-inflamatório, inibindo a produção de citocinas inflamatórias e contribuindo para a redução do estresse oxidativo. Estudos sugerem que o consumo regular deste chá pode contribuir para a diminuição de biomarcadores inflamatórios em diversos contextos.

desse biomarcador no início da pesquisa, indicando que o suplemento pode ser especialmente eficaz em indivíduos com inflamação basal mais alta.

Outro resultado relevante foi o aumento do IFN- nos participantes que consumiram o extrato de cacau. Esse biomarcador desempenha papel complexo na resposta

imunológica: em excesso pode estar associado a doenças inflamatórias, mas em níveis moderados contribui para a defesa do organismo. Os demais indicadores analisados não apresentaram diferenças significativas entre os grupos.

Os autores observam que os resultados reforçam o potencial de estratégias

nutricionais para prevenir doenças ligadas ao envelhecimento. No artigo, eles argumentam que, em vez de se concentrar apenas em tratamentos farmacológicos, investir em alimentos e suplementos capazes de modular processos inflamatórios pode representar um caminho complementar para prolongar a vida saudável.

“Embora o extrato de cacau não substitua um estilo de vida saudável, esses resultados são encorajadores e destacam seu papel potencial na modulação da inflamação à medida que envelhecemos”, disse o autor sênior Yabin Dong, cardiologista/geneticista populacional na Universidade Augusta, nos Estados Unidos.

Duas perguntas para

SANDRO FERRAZ, MÉDICO NUTRÓLOGO ESPECIALIZADO EM LONGEVIDADE E CEO DO INSTITUTO EVOLUTION



Rodrigo Kristensen/Divulgação

Qual a relevância da descoberta descrita no estudo?

Os compostos bioativos presentes no cacau, principalmente os flavonoides, têm propriedades antioxidantes e anti-inflamatórias comprovadas. Esses mecanismos não apenas podem reduzir os níveis de hsCRP, mas também contribuir para a melhora da função endotelial, redução da oxidação do LDL e inibição da formação de placas ateroscleróticas, aspectos fundamentais na prevenção das doenças cardiovasculares. No entanto, a aplicação clínica dessa intervenção deverá ser considerada dentro do contexto de uma abordagem global de modificação do risco cardiovascular, ressaltando a necessidade de investigações que corroborem a tradução desses achados para reduções nos eventos clínicos.

Quando o uso de suplementos e nutracêuticos pode ser indicado e quando pode gerar expectativas excessivas?

A decisão de incluir nutracêuticos no manejo clínico deve ser baseada em evidências científicas consistentes, avaliação individualizada do perfil do paciente e sempre acompanhada do diálogo com o paciente sobre o papel de cada intervenção na abordagem global dos fatores de risco cardiovascular. O uso sem avaliação adequada pode levar a doses não comprovadas ou a interações medicamentosas, sobretudo entre pacientes que já estão em terapias farmacológicas. O mercado de nutracêuticos, em alguns casos, explora exageradamente os benefícios potenciais, criando expectativas irreais por parte dos pacientes. Assim, é fundamental que o profissional de saúde transmita informações baseadas em evidências, esclarecendo que esses produtos devem ser vistos como complementares e não como soluções milagrosas. (PO)

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Calor matou 16,5 mil na Europa

As ondas de calor que assolaram a Europa no verão de 2025 deixaram um saldo trágico: 16,5 mil mortes em 854 cidades são atribuídas às mudanças climáticas provocadas pelo ser humano. O levantamento, conduzido pelo Grantham Institute do Imperial College London, no Reino Unido, mostra que os óbitos relacionados ao aumento da temperatura mais do que triplicaram em comparação às médias históricas.

O estudo aponta que o verão europeu de 2025 foi o quarto mais quente registrado, com temperaturas 0,9°C acima da média de 1990 a 2020. Episódios extremos ocorreram em várias regiões: na Espanha, os termômetros chegaram a 46°C; a Turquia bateu recorde nacional com 50,5°C. O Reino Unido passou pela estação mais extrema desde que há registros.

Segundo os cientistas, o aumento não é fruto apenas da variabilidade natural.

Sem o efeito do aquecimento global causado pela queima de combustíveis fósseis, o continente teria sido até 2,9°C mais frio. O estudo reforça que os modelos climáticos subestimam o nível real de aquecimento, o que significa que a situação pode ser ainda mais grave do que os números sugerem.

Idosos

Entre as mais de 24 mil mortes estimadas, 80% ocorreram em pessoas com mais de 65 anos. O relatório mostra que a vulnerabilidade aumenta com a idade. Na faixa acima dos 85, 71% dos óbitos foram atribuídos ao impacto das mudanças climáticas. As temperaturas elevadas agravam doenças cardiovasculares, respiratórias e outras condições crônicas, além de sobrecarregar hospitais e serviços de emergência.

A pesquisa também destaca que as cidades concentram maior risco devido ao chamado efeito de ilha de calor, provocado pelo acúmulo de energia em concreto e asfalto, somado ao uso intenso do transporte. Hoje, 70% dos europeus vivem em áreas urbanas, e a estimativa é de que esse número ultrapasse 80% até 2050.

“O aumento da frequência, intensidade e duração das ondas de calor é uma nova realidade perigosa à qual precisamos nos adaptar. Este estudo destaca a importância da mitigação e adaptação para os resultados futuros relacionados ao calor e à saúde”, diz Raquel Nunes, professora de Saúde e Meio Ambiente da Universidade de Warwick, no Reino Unido, que não participou do estudo. “Há uma necessidade urgente de mudar de estratégias reativas para antecipatórias”, acredita. (Paloma Oliveto)

AFP



Parque em Paris, na França: verão de 2025 foi o mais quente da história

INVESTIGAÇÃO

Eu estava vendo melhoras nele, no raciocínio, na alegria. Então, quando recebemos essa notícia (da situação da Liberte-se), fiquei arrasada"

Raiane Almeida Teixeira,
filha de interno

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Muitos desses internos foram retirados de casa contra a vontade e levados a um local que não atendia aos requisitos legais"

Ricardo Viana,
delegado-chefe da 35ª DP

Justiça manda fechar clínicas suspeitas

Os proprietários da Comunidade Terapêutica Liberte-se deverão adotar providências para encerrar as atividades, entre elas, a desinternação dos pacientes. Incêndio, mortes e tortura estão entre ocorrências ligadas às unidades

» DARCIANNE DIOGO,
» ANA CAROLINA ALVES
» LUIZ FELLIPE ALVES

O Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios (TJDFT) determinou, ontem, o fechamento imediato das três unidades da Comunidade Terapêutica Liberte-se. No fim de agosto, um incêndio atingiu uma das clínicas do Paranoá, com cinco mortes. O caso provocou ações de órgãos fiscalizadores, que constataram uma série de irregularidades em outras unidades. Uma delas, no Lago Oeste — que não tinha licença de funcionamento desde agosto de 2024 — foi acusada de maus-tratos, trabalho forçado, agressões físicas e tortura. Três responsáveis pelo espaço foram presos em flagrante, ontem, por cárcere privado, mas acabaram liberados na audiência de custódia. Procurados pelo **Correio**, donos da clínica não quiseram se manifestar.

O caso chegou à polícia por meio da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa (CDH/CLDF), que recebeu uma série de denúncias. Na terça-feira, os investigadores da 35ª Delegacia de Polícia (Sobradinho 2) foram ao local e encaminharam 27 internos para prestar depoimento. As versões eram as mesmas: situações de abuso, maus-tratos, cobranças excessivas, falta de atendimento de saúde e até violência sexual. O delegado à frente do caso, Ricardo Viana, chefe da 35ª DP, afirmou que parte dos relatos indicavam que os pacientes não tinham o livre-arbítrio de deixar o local, o que configura "internação involuntária fora dos parâmetros legais."

O presidente da CDH, Fábio Félix (PSol), ressaltou que é necessária uma investigação séria e rigorosa sobre a instituição do Lago Oeste. "Recebemos diversas denúncias de violação de direitos humanos. A situação é grave, por isso tomamos providências com o Ministério Público e a Defensoria Pública", afirmou.

A 5ª Promotoria Regional de Defesa de Direitos Difusos (Proreg) e o Núcleo de Direitos Humanos (NDH) do Ministério Público instauraram procedimento para investigar denúncias de graves violações de direitos humanos envolvendo a Liberte-se.

No procedimento, o MPDFT destaca que, "caso sejam confirmadas as alegações, as práticas da Liberte-se configuram uma afronta direta à dignidade da pessoa humana e a todo o arcabouço jurídico de proteção da saúde mental no Brasil". O estabelecimento estaria descumprindo normas federais que regulam o atendimento em saúde mental e comunidades terapêuticas, violando a Lei da Reforma Psiquiátrica, a Portaria GM/MS nº 131/2012 e a Resolução nº 1/2015 do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), que define regras para acolhimento em comunidades terapêuticas.

Os promotores determinaram o envio de ofícios à 35ª DP, à Secretaria

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Clínica da Comunidade Liberte-se no Lago Oeste não tinha licença de funcionamento desde agosto de 2024

Material cedido ao Correio



Fiação exposta foi alvo de denúncia da Câmara Legislativa

ria de Justiça e Cidadania (Sejus), ao Conselho de Política sobre Drogas do DF (Conen) para reunir informações sobre as medidas administrativas, criminais e de fiscalização que foram adotadas, bem como sobre o plano de assistência aos pacientes que estavam internados nas unidades da Liberte-se. As instituições têm 10 dias para responder.

O TJDFT determinou o encerramento das atividades de todas as clínicas vinculadas à Comunidade Liberte-se. Conforme a decisão judicial, os proprietários deverão adotar providências administrativas, à distância, para implementar tal medida, inclusive, a desinternação dos pacientes.

Irregularidades

A unidade do Lago Oeste tem capacidade para abrigar até 70 pessoas, entretanto, mais de 100 viviam no local. O delegado destacou que alguns internos estavam em situação irregular havia mais de um ano, sem laudo

médico ou comunicação ao Ministério Público, como determina a lei. Ele alertou para a possível responsabilização dos familiares que entregaram os dependentes à clínica. "Muitos desses internos foram retirados de casa contra a vontade e levados a um local que não atendia aos requisitos legais. Ao consentirem com essa prática, as famílias acabam contribuindo para um (eventual) crime", ressaltou.

"Os dependentes químicos podem permanecer em comunidades terapêuticas por, no máximo 90 dias, e lá tinham pessoas há mais de um ano. Além de idosos e jovens. Então, são infinitas irregularidades ignoradas por esses familiares", disse o delegado.

No rol de denúncias estão a violência psicológica para caso os internos não seguissem as ordens. Apesar de prometer visitas regulares a cada 30 dias, alguns dos pacientes relataram que não possuem contato com a família há meses.

A precariedade da alimentação também foi denunciada. Nos vídeos

Tragédia

Ed Alves/CB/D.A. Press



Em 31 de agosto, cinco pessoas morreram após um incêndio atingir a clínica Liberte-se localizada no Paranoá. As vítimas foram identificadas como Darley Fernandes de Carvalho, José Augusto, Lindemberg Nunes Pinho, Daniel Antunes e João Pedro Santos. O fogo teve início por volta das 3h da manhã.

feitos pela comissão é possível ver uma mesa, em cujos pratos continham apenas arroz e batata doce cozida. Ao fundo, um dos internos comenta que não era oferecido carne. "É arroz, arroz e arroz", diz.

Punição

Três responsáveis pela unidade do Lago Oeste, além de um coordenador, foram presos e autuados em flagrante pelo crime de cárcere privado. Eles passaram por audiência de custódia ontem e receberam a liberdade provisória.

Em nota oficial, a Secretaria DF Legal informou que a ouvidoria recebeu denúncia contra a unidade, em junho de 2024, feita pela proprietária de um lote próximo à clínica, solicitando a verificação do alvará de funcionamento para exercer a atividade. À época, o setor de Fiscalização de Atividades Econômicas vistoriou o instituto e constatou que a clínica encontrava-se sem li-

cença de funcionamento.

Na tarde de ontem, os fiscais retomaram ao local e verificaram que o estabelecimento continuava a exercer atividade econômica com pendências no licenciamento. Por isso, foi aplicada uma multa de R\$ 10.858. No momento da vistoria, havia duas pessoas que se apresentaram como responsáveis.

A Secretaria de Saúde (SES-DF), por sua vez, esclareceu que oferece a assistência necessária, por meio de um mutirão destinado a avaliar as condições de saúde física e mental dos envolvidos. Os pacientes foram encaminhados para a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a fim de dar início aos tratamentos voltados à dependência química.

Serviços

Em nota, a SES destacou que a rede de saúde mental do DF é estruturada para garantir cuidado integral, com atendimentos que vão desde as

Unidades Básicas de Saúde (UBSs) até serviços especializados, como os 18 Centros de Atenção Psicossocial (Caps) em funcionamento no território. Sete deles são voltados ao atendimento de pessoas com transtorno decorrentes do uso prejudicial de álcool e outras drogas, com equipe multiprofissional especializada para o tratamento, distribuídos entre diferentes modalidades, conforme o perfil populacional, a faixa etária atendida e a complexidade do cuidado requerido. Entre janeiro e junho de 2025, esses centros promoveram mais de 199 mil atendimentos. Em casos de crise aguda, o acesso deve ser feito pelas emergências do SUS ou pelo Samu 192, que conta com equipe especializada em saúde mental.

A pasta também informou que há 39 comunidades terapêuticas particulares cadastradas, das quais 31 já foram vistoriadas, resultando em quatro autuações e uma interdição. "A Secretaria de Saúde não regula preços e não dispõe de levantamento sobre valores praticados pelas clínicas particulares. A estrutura mínima de pessoal para atendimento a pessoas com transtornos por uso de substâncias deve atender aos parâmetros estabelecidos na RDC nº 29/2011 e na Lei nº 11.343/2006", destacou.

Familiares

A notícia sobre a situação da clínica Liberte-se do Lago Oeste, onde o pai, de 65 anos, está internado, foi recebida com desespero por Raiane Almeida Teixeira, 40, que acompanha de perto o tratamento iniciado há quatro meses. "Foi péssimo. Eu estava vendo melhoras nele, no raciocínio, na alegria. Então, quando recebemos essa notícia, fiquei arrasada", disse.

Apesar do que foi encontrado e relatado no local por outros internos, Raiane destacou que, em sua experiência, o pai nunca relatou maus-tratos ou coerção dentro da clínica. "Ele sempre falou comigo com liberdade. Se tivesse acontecido algo, eu sei que ele teria contado", completou. O pai de Raiane seguia na clínica mesmo após a denúncia. "Ele vai seguir aqui. Caso fechem a clínica, eu procuro outro lugar para ele", ressaltou.

Um outro familiar de um interno, que não quis se identificar, afirmou que nunca teve problemas com a clínica. "Ele nunca me relatou nada", explicou. "Perguntaram quem queria ir embora, e ele foi. Vou buscá-lo (na delegacia). Ele não tem onde ficar e só a gente sabe o que passamos com familiares dependentes químicos", disse.

Vizinhos próximos à clínica relatam que desde sua instalação no Lago Oeste tiveram problemas. "Já pularam o muro e invadiram minha casa diversas vezes. No início mandamos bilhetinhos pedindo ajuda, depois eles só entravam aqui para usar a piscina", contou uma moradora.

Eixo Capital



SAMANTA SALLUM (INTERINA)
samantasallum.df@cbnet.com.br

Renato Araujo/Câmara dos Deputados



“Eu e Michelle somos candidatas ao Senado”, afirma Bia Kicis em reação a avanço do Republicanos ao GDF

Não caiu bem, dentro do PL, a sinalização de aliança na chapa majoritária ao Governo do DF entre o PP de Celina Leão, o Republicanos, com a vaga de vice, e o MDB, com a do Senado. Nesse desenho, restaria apenas uma vaga ao Senado para o PL. A presidente do partido no DF, deputada federal Bia Kicis, expressou oposição a tal cenário. A filiação do secretário da Casa Civil do DF, Gustavo Rocha, ao Republicanos, com a indicação para ser vice de Celina, foi mal avaliada por Kicis. “Vejo essa movimentação de forma negativa. E o que posso afirmar é que o PL tem duas candidatas ao Senado: eu e Michelle”, disse à coluna. A deputada reafirmou que Michelle não sairá candidata ao GDF, e que quer apoiar Celina Leão.

Partido Liberal/PL Mulher



Partido confirma pré-candidatura de Gustavo Rocha a vice-governador

Enquanto isso, o Republicanos divulgou comunicado oficial, após a filiação de Gustavo Rocha: “Na ocasião, Rocha foi confirmado como pré-candidato a vice-governador na chapa liderada por Celina Leão (PP) para as eleições de 2026”. O presidente nacional do partido, Marcos Pereira, fez questão de participar pessoalmente do evento de filiação, na noite de terça-feira, em Brasília.

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



Helio Montferre/Esp. CB/D.A.Press



Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



Mais adesões articuladas por Ibaneis

A injeção de nomes no Republicanos foi articulada pelo governador do DF, Ibaneis Rocha, que é do MDB, mas costura a aliança robusta entre ele, o PP e o Republicanos para 2026 e, assim, reforçar sua campanha ao Senado. Além de Gustavo Rocha, formalizaram filiação a deputada distrital Jane Klebia, o administrador de Taguatinga, Bispo Renato Andrade, o ex-deputado distrital Fernando Fernandes, entre outras lideranças políticas.

Ed Alves/CB/D.A.Press



Alexandre de Moraes cobra explicações da Polícia Penal do DF

O ministro do STF não gostou do que considerou demora na saída de Jair Bolsonaro do hospital, quando ele foi realizar procedimento para retirar lesões da pele. Foram exatamente seis minutos em que Bolsonaro permaneceu no local, após o procedimento. Moraes quis saber por que o agentes penais não levaram o ex-presidente diretamente para o carro. É a Polícia Penal do DF que escolta e vigia os passos de Bolsonaro em cumprimento à prisão domiciliar.

AFP



Parada para comer

O esclarecimento foi dado: Jair Bolsonaro parou para se alimentar, pois estava em jejum.

Forma de fragilização

A situação foi criticada por Bia Kicis. “É muita perseguição. Ele não pode nem parar para comer. Tentam deixá-lo ainda mais debilitado. E o ministro ainda queria o nome dos agentes, para punir”, disse a deputada.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Bate-boca após aprovação da PEC da Blindagem

E ainda houve troca de ofensas entre Bia Kicis (PL/DF) e Sâmia Bomfim (PSOL/SP). Tudo começou quando Sâmia criticou a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e lembrou a condenação de Jair Bolsonaro. Ela ironizou o futuro do ex-presidente na prisão e disparou: “Fazem isso com o sorriso no rosto. Mas eu quero ver o sorrisinho no rosto de vocês, quando Bolsonaro começar a cumprir pena”. A fala irritou Bia Kicis, que respondeu chamando a outra deputada de “imunda”. E disse que Bolsonaro está sendo perseguido e desrespeitado diante dos problemas recentes de saúde. Sâmia rebateu: “Imunda é não dar vacina para o povo brasileiro durante a pandemia de covid-19”. O vídeo da confusão viralizou nas redes e foi destaque do site de notícias sobre celebridades de Léo Dias.

PEC da Bandidagem X PEC contra Chantagem

A polêmica PEC da Blindagem dividiu defensores e opositores em duas narrativas. Os que chamam de PEC da Bandidagem, por favorecer impunidade a parlamentares, e os que chamam de PEC contra a chantagem, que viria do STF com ameaça de inquéritos para ter controle sobre o Legislativo.

Constituição de 1988

Para evitar questionamento do STF, a Câmara dos Deputados optou por replicar o texto da Constituição de 1988, que previa a exigência de autorização prévia do Parlamento para abertura de ação penal contra seus integrantes. O texto, porém, não blinda de crimes no âmbito da internet, porque na época eles não existiam.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | RUBENS RORIZ E ROSSINI DIAS | REPRESENTANTES DA FEBRAFITE



Aponte a câmera para assistir a entrevista completa:

Previsão é de que a arrecadação aumente com a implantação da reforma tributária e a unificação de impostos

R\$ 2,5 bilhões a mais no caixa do DF

» WALKYRIA LAGACI*

O impacto da reforma tributária no Distrito Federal foi o tema do CB.Poder — parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília — de ontem. O programa recebeu Rubens Roriz, vice-presidente da Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) e presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita do DF (Aafit), e Rossini Dias, auditor fiscal da Receita do DF e diretor de

Assuntos Parlamentares da Febrafite. Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista concedida às jornalistas Denise Rothenburg e Adriana Bernardes.

Quais os benefícios da reforma tributária para o Distrito Federal?

Rubens Roriz - Temos, aproximadamente, 3 milhões de consumidores. Ao unificar o ICMS e o ISS no novo tributo, que é o IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços), esses

consumidores passarão a pagar esse imposto, que virá para o DF. A estimativa é de que, quando o imposto estiver completamente implantado, a partir de 2033, haja um incremento de R\$ 2,5 bilhões no orçamento do Distrito Federal, que serão usados em benefício do povo de Brasília.

O que muda com a reforma tributária?

Rubens Roriz - A partir de 2026, começa a transição do sistema ICMS e ISS para o IBS, que é o Imposto sobre Bens e Serviços e o Imposto sobre Valor Agregado. Esse imposto impacta no bolso daquele cidadão que adquire seu produto ou que consome um serviço. Hoje, temos uma separação: ICMS para bem e ISS, para serviço. Já o IBS é aquilo que existe no mundo inteiro, o Imposto sobre Valor Agregado, ou seja, que considera bem e serviço a mesma coisa. A partir de 2026, o consumidor já sentirá uma pequena mudança. De maneira simbólica, na nota fiscal, 0,1% será para o IBS e 0,99%, para a CBS. O IBS será dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; e a CBS, da União.

De que forma esse imposto pode gerar distribuição de recursos no país?

Guilherme Felix CB/DA Press



Rossini Dias - Com a reforma tributária e o IBS, toda tributação no país passa a ser destinada à unidade consumidora, a chamada tributação no destino.

Atualmente, parte do tributo vai para o estado produtor e parte para o estado consumidor. Na medida em que todo esse recurso vai para o estado de destino, promove-se uma distribuição de renda no país, tão importante quanto a da Constituição de 1988, com a criação dos fundos de participação de estados e municípios. Naquela ocasião, a distribuição de renda se deu a partir do Imposto de Renda e do IPI. Agora, ela se dá a partir do Imposto sobre Consumo, o IBS. A característica fundamental dessa reforma é essa tributação totalmente no destino.

O que são as empresas notieiras e como a reforma conseguirá combatê-las?

Rossini Dias - A empresa notieira é uma erva daninha em todo o país, pois o sistema do ICMS possibilita que essa erva daninha cresça e se prolifere. Essas empresas são criadas para emitir nota fiscal e gerar crédito do ICMS. Quando se compra uma mercadoria, há um crédito. Quando se vende, parte desse crédito é usado nessa operação. Hoje, essas empresas notieiras conseguem vender um crédito de R\$ 1 milhão, por R\$ 100, por exemplo, o que lesa os cofres públicos com esse subterfúgio. A reforma tributária fere isso de morte, por que a empresa só terá um crédito de R\$ 1 milhão se ela pagar R\$ 1 milhão. Isso elimina uma sistemática altamente perniciosa para

a economia brasileira.

Fazer dois sistemas, um pelo novo IBS e outro pelo sistema antigo, pode causar muita confusão?

Rubens Roriz - Acreditamos que o sistema que o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) está elaborando, o Split Payment, vai minimizar parte desse problema. Esse sistema poderá ser usado na transição, no início de 2026. Quando o consumidor comprar um celular, por exemplo, o sistema vai calcular, automaticamente, as partes da empresa vendedora, da União, dos estados, do DF e dos municípios.

*Estagiária sob a supervisão de Eduardo Pinho



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90014/2025 – UASG 323028

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Gerente Substituto de Licitações e Controle de Contratos e Convênios, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de subscrição de licenças de aplicativos, softwares e sistemas operacionais Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement Subscription (EAS), com garantia de atualização das versões (Software Assurance), e para a prestação de serviços técnicos especializados sob demanda pelo período de 12 meses, nos termos, condições e exigências estabelecidas em edital. A abertura da sessão será às 10:00, do dia 02/10/2025, no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>. UASG: 323028. O Edital poderá ser retirado nos sites <https://www.gov.br/compras/> e <https://www.gov.br/aneel/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes>.

GIAMPIERO CARDOSO NARGI

Gerente Substituto de Licitações e Controle de Contratos e Convênios



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

A morte de Nelson

Nelson Rodrigues nunca teve problemas em falar sobre a morte. Ela sempre esteve colada em seu corpo e ele jamais se esquivou de encará-la em crônicas, contos, peças ou entrevistas: "A morte é anterior a si mesma. Começa antes, muito antes. É todo um lento, suave, maravilhoso processo. O sujeito já começou a morrer e não sabe".

O amor e a morte eram os grandes temas de sua vida: "Morrer significa, em última análise, um pouco de vocação. Há vivos

tão pouco militantes que temos vontade de lhes enviar coroas ou de lhes atirar na cara a última pá de cal. Esses, sim, têm a vocação da morte". Apesar da obsessão, Nelson tinha uma enorme e visceral vocação para a vida.

A última crônica que escreveu não poderia ser mais dramática, épica e comovente. Nelson estava muito doente, debilitado desde os anos 1930, quando sobreviveu a uma tuberculose. A doença no pulmão se irradiou pelo corpo e fragilizou, especialmente, o coração.

Estávamos no início de dezembro de 1980. Disputavam a final do campeonato carioca o Vasco da Gama e o Fluminense, time de coração de Nelson há 60 mil anos antes do paraíso. O médico e amigo do cronista,

doutor Stand Murad, recomendou expressamente evitar qualquer emoção forte.

Nelsinho Filho proibiu que o pai ligasse o radinho de pilha e prometeu relatar todos os lances com detalhes. Ambos estavam com 200 megavolts de tensão. E se o Vasco fizesse um gol? E se o Flu empatasse e virasse o jogo? E se o Vasco revertesse o resultado? Não importava, qualquer acontecimento ou placar eram perigosos.

Nelsinho tremia de emoção, mas desconversava: "O Flu está bem". A partida virou 0x0. E logo no início do segundo tempo, o zagueiro Edinho cobrou uma falta e fez o gol que daria o título ao Fluminense. Nelsinho chorou lágrimas de esguicho, mas segurou a notícia. E se o Vasco virasse? Ufa,

finalmente, o drama acabou. Contudo, havia ainda o mais difícil: como contar a Nelson sem desencadear uma violenta emoção.

Com habilidade, Nelsinho declarou de maneira contida: o Fluminense era campeão. Nelson não tinha forças, mas arrancou um grito: "Preciso escrever". Não conseguia ordenar as palavras. Resolveu ditar para Nelsinho a última crônica: "Amigos, em futebol, nunca houve uma vitória improvisada. Tem sido assim através dos tempos. Tudo começou seis mil anos atrás. Vocês compreenderam?"

A crônica foi publicada em 2 de dezembro e, 18 dias depois, Nelson morreria: "A maior dignidade da morte é física. Nunca o homem é tão belo como quando está

morto", escreveu Nelson: "Porque tem então assegurada a eternidade, é na morte que o homem tem o seu rosto verdadeiro. Na vida, usamos máscaras sucessivas e contraditórias. Só a morte revela a nossa verdadeira face".

Em uma entrevista a Otto Lara Resende, ao ser perguntado sobre quais seriam as últimas palavras no leito de morte, Nelson respondeu: "O Marx é uma besta. Que boa besta é o Marx!". Nelson ficava indignado com o fato de o filósofo alemão nunca ter escrito nenhuma linha sobre o tema essencial. Mas Nelson partiu feliz, no êxtase do campeonato do Fluminense: "A morte é um grande despertar", intuiu o nosso profeta do óbvio.

MEIO AMBIENTE / Crescimento das áreas urbanas no DF afeta habitats e equilíbrio ambiental. Especialistas destacam a necessidade de se criar corredores para esses animais circularem, sem precisar ter contato com humanos

Impacto sobre a fauna silvestre

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Lobo-guará se feriu ao ficar preso em uma armadilha

» VITÓRIA TORRES

Com o avanço das cidades sobre áreas naturais, cresce também a necessidade de repensar a relação entre os humanos e a fauna silvestre. No Distrito Federal, a convivência com animais silvestres se tornou mais frequente, o que não significa algo a ser temido. Fragmentos de vegetação nativa, cada vez mais escassos e isolados, obrigam diversas espécies a se deslocarem por áreas urbanizadas em busca de alimento, abrigo ou rotas de fuga. A coexistência harmoniosa é o que vai ditar a preservação da biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

A médica veterinária Juliana Junqueira, coordenadora de conservação de fauna do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), explica que a presença de animais silvestres nas cidades geralmente está ligada à perda de habitat, a incêndios que os forçam a fugir para zonas urbanas ou à ação humana direta, como a captura para criação doméstica, o que pode levar a solturas irresponsáveis e à introdução de espécies fora do seu ambiente natural.

"Quanto mais a cidade vai se desenvolvendo e invadindo as áreas naturais, mais os animais ficam sem rotas de fuga ou perdem o habitat natural e comem a aparecer nas cidades. Estamos entrando na seca, ou seja, vai

haver incêndios, o que vai acarretar em muitos animais em rota de fuga. Nós estamos tirando a casa deles. Também há casos de animais que são retirados ilegalmente da natureza. Algumas pessoas querem cuidar, mas isso não é possível, pois o animal vai crescer e entrar em processo de maturação sexual, ficar mais estressado, consequentemente sendo solto em qualquer lugar", detalha.

Ela destaca que o mais preocupante é a vontade de criarem animais silvestres, observando que macacos e papagaios são grupos bastante afetados pela prática.

Para receber, cuidar e reabilitar animais resgatados, apreendidos ou entregues voluntariamente, devolvendo-os à natureza, existem os Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas). No entanto, a presença desses animais na cidade nem sempre exige intervenção. "Resgate é apenas nos casos em que os animais estão em risco ou feridos. Normalmente, é o humano que mata o animal", afirma Juliana.

Um projeto de corredores de fauna, que são faixas de vegetação que conectam áreas de habitats fragmentados, como florestas, matas e biomas, seria importante para

conectar esses fragmentos, garantindo segurança para os espécimes silvestres. "Esses corredores são pedaços de ecossistema que buscam conectar diferentes áreas de vegetação que são geograficamente fragmentadas por estradas. Seria uma solução para reduzir o número de animais entrando nas cidades", observa a médica veterinária Kadije Emanuelle Brandão, da clínica especializada em animais silvestres Exotic Life, na Asa Norte.

A população deve saber como agir diante desses encontros com a fauna silvestre. "O ideal é não alimentar os animais, para que mantenham o instinto de busca por alimento natural. Também é importante manter distância e acionar os órgãos responsáveis, caso o animal esteja ferido". Segundo Kadije, entre os animais mais frequentemente encontrados estão periquitos-do-encontro-amarelo, corujas, urubus, bem-te-vis, sabiás, araras, saruês, saguis, capivaras, tamanduás, cobras, tartarugas e jabutis.

Convivência

Um exemplo de convivência respeitosa com a fauna silvestre em áreas urbanas é o de Giulia Studart, 34 anos, moradora da Asa Sul. Com família residindo próxima a uma reserva no Lago Sul, ela presenciou diversos animais em ambientes urbanos. "Já entram dentro da casa saruê, cobra, morcego e sapo. Até capivara eu

cheguei a ver em uma rua acima da casa. Mas o mais surpreendente pra mim foi ver a raposa-do-campo próximo ao portão", conta.

Situações que antes pareciam incomuns, como encontrar capivaras e tamanduás em áreas de circulação de pessoas ou aves nidificando em telhados tornaram-se mais comuns. O biólogo e gerente de fauna silvestre do Instituto Brasília Ambiental (Ibram) Rodrigo Augusto Santos alerta que retirar esses animais nem sempre é a solução mais adequada. "É importante que as pessoas compreendam que, muitas vezes, os animais não têm outra alternativa de local para se abrigar". A convivência pacífica, no entanto, exige responsabilidade. "Se um ninho de ave for encontrado em casa, o correto é aguardar a saída natural dos filhotes, pois a remoção de ninhos é crime ambiental. Esse manejo de habitat é uma forma simples e eficaz de prevenir conflitos", orienta.

O Ibram atende animais silvestres por meio do Hfaus, que recebeu, por exemplo, seis capivaras atropeladas nas estradas esse ano — uma delas chegou a perder um olho. O hospital cuidou de outros animais silvestres atropelados, como um tamanduá-bandeira e uma jiboia. Houve um episódio em que um lobo-guará que ficou preso em uma armadilha de laço e teve ferimentos nas patas. Em outro, um pica-pau se feriu ao bater contra um vidro.

SAIBA MAIS

Resgates

- » Em 2024, ocorreram 2.574 resgates de fauna silvestre.
- » Em 2025, até agosto, foram 1.105 resgates, mais 2.500 aves resgatadas em uma única operação.

Regiões com mais ocorrências ambientais

- » Lago Sul (255); Ceilândia (149); Planaltina (126) e Gama (124).

Atendimento veterinário

- » De fevereiro de 2024, quando foi inaugurado, até julho de 2025, o Hfaus recebeu 3.124 animais, sendo a maioria de aves (1.919).
- » A maior parte dos atendimentos teve origem na região central de Brasília, com destaque para Asa Sul e Asa Norte, que juntas somaram 387 casos.

A quem recorrer

- » Caso encontre um animal silvestre ferido ou sendo mantido em cativeiro, a orientação é acionar o Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA) pelo telefone 190.

Fontes: Ibram e BPMA

LUTO

Adeus ao roqueiro Pil Popsonic

A despedida de um dos nomes mais criativos da cena musical de Brasília ocorreu, ontem, no Cemitério Campo da Esperança. Cerca de 200 pessoas homenagearam Luiz Henrique Soares Lima, o Pil Popsonic, fundador da banda Lucy and the Popsonics, que morreu no último domingo, aos 44 anos, em casa, com a família. O roqueiro lutava contra um câncer e deixa a esposa

Fernanda Maia, 43, e a filha Olga, de 10 anos.

Ao lado da esposa e parceira musical, Pil formou a icônica banda, em 2005. O som, uma mistura de rock e eletrônica, logo chamou atenção pelo estilo ousado e a presença de palco. No coração desse projeto, estava também "Lucy", a bateria eletrônica que virou símbolo do grupo, mesmo após a chegada do baterista

humano Beto Cavani.

"Ele fez história e deixa no mundo liberdade, amizade e companheirismo. Viveu 100 vidas em uma. Ele me ensinou a fazer aquilo que tenho na cabeça e colocar em prática", disse Fernanda.

Pil também fundou projetos como o Verdura Camisetas e o Negro Blue, misturando arte, música, moda e atitude. Para os amigos, ele era um símbolo de

autenticidade. O professor de artes Cláudio Bull, 55, que acompanhou a jornada artística do casal, relembrou o impacto que Pil teve na cultura local. "Eu fiquei muito animado com o trabalho deles. Então, ajudei a produzir o primeiro disco. O Pil tinha um ótimo senso de estética e música. Ele deixou muitas heranças, interferindo na moda e na música. Era um talento plural e uma figura singular". (VT)

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Emoção marcou o velório de uma das figuras musicais da cidade



Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.df@dabr.com.br

Sepultamentos realizados em 17 de setembro de 2025

» Campo da Esperança

Antônio Teixeira Filho, 79 anos
Edilene Pinheiro da Silva, 59 anos
Francisco Wellington Alves, 81 anos
Islladdy Pereira Bastos, 36 anos
Jacó Feitosa de Carvalho Filho, 79 anos
Júlio César de Oliveira Padilha, 66 anos
Luiz Henrique Soares Lima, 44 anos
Maria da Encarnação, 88 anos
Maria de Jesus, 88 anos
Maria do Socorro Oliveira, 84 anos
Marina Pilotti Ferraz, 87 anos
Mauri Luis de Oliveira, 62 anos
Ranulfo Ribeiro, 95 anos
Rosa Perdiz Carvalho de Jesus, 98 anos
Rubens Pires de Albuquerque, 75 anos

» Taguatinga

Antônio Assis Joel da Silva, 76 anos
Conceição Aparecida Silva, 61 anos
Deni Gonçalves, 81 anos

Elizabete Dias de Lima, 72 anos
Elzira Alcântara Campos, 76 anos
Isaías Pereira da Costa, 84 anos
Izabel Alves Ferreira, 83 anos
Joana Isaías do Carmo Teodoro, 79 anos
José Augusto Figueiroa, 93 anos
José Bernardo Rodrigues Cruz, 69 anos
Luiz Fabiano de Jesus Silva, 22 anos
Luzia dos Reis Chaves, 70 anos
Manoel Ildefonso de Barros, 90 anos
Vandeth Nazario de Oliveira, 72 anos
Veranice Maria de Jesus, 52 anos

» Planaltina

Adelzito Francisco de Souza, 87 anos
Francisco de Brito Camelo, 77 anos
Maria Ferreira dos Santos, 86 anos
Rayssa Nayara Pereira Silva, 37 anos

» Gama

Aluzinete de Almeida Silva, 60
Francelino Silva Neto, 61
Gisane de Oliveira Almeida, 44
Kieza do Nascimento, menos de 1 ano
Lúcia de Melo Soares, menos de 1 ano
Valdomiro dos Santos Franca, 84 anos

» Brazlândia

Alzira Galvão de Sousa, 77 anos

» Sobradinho

Cícero Leandro de Freitas, 54 anos
Dagmar Oliveira do Carmo, 93 anos
Leandro Oliveira da Costa, 36 anos
Lourdes Pires da Silva, 74 anos
Marcos Antônio da Penha, 64 anos
Nely Vilma Ferreira, 84 anos

» Jardim Metropolitano

Marcelo Porto Marsico, 65 anos
Eunice Alves de Carvalho, 68 anos
Maria da Conceição Oliveira, 85 anos
Sinedalva Ferreira da Silva, 66 anos (cremação)

Solarcoop Cooperativa de Geração de Energia Solar

CNPJ nº 37.590.802/0001-09 - NIRE: 53400010911
Sociedade Cooperativa
Assembleia Geral Extraordinária
Edital de Convocação

Ficam convocados todos os(as) 21 (vinte e um) Cooperados(as), nos termos do art. 17 do Estatuto Social da Solarcoop - Cooperativa de Geração de Energia Solar ("Cooperativa"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de setembro de 2025, às 09h00, em primeira convocação, às 10h00, em segunda convocação e às 11h00, em terceira convocação. A Assembleia ocorrerá eletronicamente, nos termos do parágrafo único do art. 43-A da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Ordem do Dia:** 1. Prestação de contas da Diretoria; 2. Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade; 3. O aproveitamento dos créditos em benefício da Cooperativa com a consequente alteração da titularidade da conta de energia elétrica do Ed. Sede CNP Seguros Holding Brasil para a SOLARCOOP; e, 4. Outros assuntos de interesse da Cooperativa. **Informações: Quórum de instalação:** • Em primeira convocação: presença de 2/3 (dois terços) do número de associados (14 cooperados); • Em segunda convocação: presença de metade mais 1 (um) dos associados (11 cooperados); • Em terceira convocação: presença de, no mínimo, 10 (dez) associados (10 cooperados). **Quórum de deliberação:** • 2/3 dos associados presentes, sendo certo que cada associado presente terá direito a 1 (um) voto. **Participação Virtual:** A participação se dará virtualmente, por intermédio do endereço e voto enviado por e-mail. Brasília/DF, 17 de setembro de 2025. **Sany de Jesus Mota Silveira** - Diretora Presidente.



Manejo de pragas de olho na COP30

A CropLife Brasil (CLB) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) realizam, na quinta-feira da semana que vem, um workshop técnico com foco em tecnologias e manejo integrado de pragas voltado à agenda do clima. Na ocasião, as entidades vão reunir representantes da academia e produtores rurais em um debate construtivo sobre soluções práticas e escaláveis de manejo na lavoura e integração de diferentes insumos e ferramentas de cultivo para prevenção e controle de infestações. “A integração de tecnologias no campo, incluindo o manejo integrado de pragas, é uma abordagem eficiente e que beneficia não somente o produtor como também o meio ambiente”, afirma o presidente da CropLife Brasil, Eduardo Leão. O evento em Campinas (SP) é a segunda entrega do pacote de compromissos assumidos pela CLB e IICA com foco na agenda propositiva da Conferência do Clima da ONU, que será realizada em novembro, em Belém, a COP30.

Vem aí o Meu GDF, aplicativo que vai centralizar serviços para servidores públicos

O Governo do Distrito Federal prepara o lançamento do Meu GDF, novo aplicativo voltado a servidores públicos do funcionalismo local. A plataforma teve o nome escolhido após votação interna na Secretaria de Economia. Ao todo, 167 pessoas vinculadas à pasta participaram da votação. O nome vencedor, Meu GDF, recebeu 56 votos, superando alternativas como GDFServidor (50), ConectaServ (33), ServiGDF (15) e GDFácil (13).

Desenvolvido pela Secretaria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic), o aplicativo tem como objetivo centralizar e simplificar o acesso a serviços internos. A ferramenta, em um primeiro momento, será de uso restrito aos servidores da Secretaria de Economia.

O app será personalizado de acordo com o perfil do usuário e reunirá funcionalidades como a identidade funcional digital, consulta a contracheques, informações sobre férias e abonos, além da abertura de chamados de suporte em TI e infraestrutura predial.

A expectativa do governo é expandir o aplicativo, em breve, para todos os servidores dos diferentes órgãos e secretarias



do GDF. O projeto também prevê integração com outras soluções já existentes, como o Sistema de Gestão de Estagiários (Sigest) e o clube de descontos oferecido ao funcionalismo.

Seminário jurídico do CBIC

A capital federal vai sediar, hoje e amanhã, o X Seminário Jurídico da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), considerado um dos maiores eventos jurídicos do país voltado ao mercado imobiliário. O encontro, no auditório do Centro Empresarial CNC, reunirá especialistas, autoridades e representantes da cadeia produtiva para debater temas de impacto no ambiente de negócios, como litigância habitacional, alocação de riscos em contratos, tokenização de ativos e uso de inteligência artificial na construção.

Divulgação



Grupo Santa avança para SP

Com 11 unidades de saúde, entre hospitais gerais e centros especializados, no Distrito Federal e na região Centro-Oeste, o Grupo Santa anunciou ontem a aquisição de um hospital em Bauru (SP), em parceria com a Rede One Care, referência em saúde complementar na região. Recém-construída e com inauguração prevista até o fim do ano, a unidade se chamará Hospital Santa Lúcia Bauru. Em um primeiro momento, serão 170 leitos e serviços de pronto-atendimento adulto e infantil, UTI adulto, pediátrica e neonatal, centros de oncologia e diagnóstico por imagem, além de 10 salas cirúrgicas, incluindo uma híbrida equipada com hemodinâmica e tomografia. O projeto contempla ainda uma maternidade, com suítes para partos humanizados. Segundo o CEO do Grupo Santa, Gustavo Fiuza, a sinergia entre as duas organizações foi fundamental para o acordo. “O Grupo Santa está sempre atento a novas oportunidades para ampliar sua rede e levar saúde de qualidade às regiões onde atua. A parceria com a Rede One Care foi construída com base em valores compartilhados para oferecer assistência de excelência, com tecnologia de ponta, profissionais altamente qualificados e foco absoluto no paciente”, afirma.

Nova hamburgueria na Asa Norte

A Foster's Burger inaugurou ontem a mais nova unidade na Asa Norte, em frente ao Boteco Caju Limão, estabelecimento do mesmo grupo gastronômico, na CLN 202. A abertura, segundo os empresários, reforça o plano de expansão da marca na capital, que já conta com unidades na Asa Sul, Sudoeste e Águas Claras. O novo ponto na Asa Norte é a quinta loja aberta, sendo a segunda somente em 2025, e seguirá o padrão das demais unidades.



VOTAÇÕES ABERTAS

A mostra que destaca o melhor da arquitetura, do design de interiores e do paisagismo já está de portas abertas! Desde 13 de agosto, a **CASACOR Brasília ocupa a Casa do Candango com 51 ambientes criados por 58 profissionais** – reunindo grandes nomes e novos talentos, todos guiados pelo tema “**Semear Sonhos**”.

Chegou a hora de votar e é você que vai decidir quais projetos te encantaram com sua criatividade, inovação e emoção.



Não perca essa oportunidade única
ESCOLHA O SEU FAVORITO

Realização:

CASACOR
BRASILIA

CORREIO
BRAZILIENSE

CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO

ESPORTE / A maior edição da competição estudantil reúne, em Brasília, cerca de 5 mil atletas de todo o Brasil

Capital dos jogos da juventude

» DAVI CRUZ

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), visitou ontem, a arena montada no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB) para os Jogos da Juventude Caixa 2025. Essa é a maior edição da competição, que reúne em Brasília, cerca de 5 mil atletas de até 17 anos, das 27 unidades da federação, em disputas de 20 modalidades esportivas, até 25 de setembro. Do DF, são 180 atletas.

Ibaneis destacou a relevância do evento para a cidade. "Quem pratica atividade física fica longe das drogas e sempre traz bons resultados nas escolas. Essa dedicação ajuda na formação desses jovens, que serão no futuro a esperança de que esse país realmente consiga se desenvolver de verdade", afirmou.

O governador também ressaltou a capacidade da capital em sediar competições com esse porte. "Receber todas as delegações aqui em Brasília mostra para o Brasil e para o mundo que nós temos condições de realizar grandes eventos. Temos hotéis bem localizados, um aeroporto que conecta todas as capitais e uma cidade sem engarrafamentos. Estamos preparados para continuar apoiando o Comitê Olímpico em outras edições", completou.

Medalhista

O jovem atleta José Luiz Miranda, 14 anos, se destaca como uma das promessas da ginástica artística do DF. Morador de Sobradinho, ele conquistou seis medalhas na competição: ouro no individual geral, no cavalo e na barra, prata no solo e nas paralelas e bronze nas argolas. "Sempre existe um nervosismo, as dificuldades aparecem, mas a gente consegue ultrapassá-las", afirmou o ginasta ao **Correio**.

Com o sonho de disputar uma Olimpíada, Miranda cita o ginasta Caio Souza, campeão pan-americano no individual geral, em Lima 2019, como grande referência. "As Olimpíadas são um reconhecimento pelo mundo inteiro, podem me abrir portas, ajudar minha família e também o esporte", disse.

O secretário de Esporte e Lazer, Renato Junqueira, destacou que o evento reforça a imagem de Brasília como referência esportiva. "Estamos realizando aqui os maiores Jogos da Juventude da história. Mas, mais do que isso, esses Jogos representam experiência, amizades e formação para que esses jovens possam chegar ao topo", disse o titular da pasta.

Segundo Junqueira, até ontem, os atletas haviam conquistado 17 medalhas e o Distrito Federal figurava em sexto lugar no ranking geral dos jogos.

Estrutura

Organizado pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB) e com apoio da Secretaria de Esporte e Lazer do DF (SEL-DF), a edição 2025 dispõe de uma grande estrutura. Ao todo, são mais de 40 mil diárias de hospedagem, 70 mil refeições servidas, 13 caminhões de materiais, além de transporte com ônibus, vans, carros, motos e ambulâncias.

O CICB conta com um centro de convivência, salas administrativas e um restaurante com capacidade para atender 800 pessoas simultaneamente. As modalidades estão distribuídas em 33 instalações esportivas, em 16 localidades diferentes do DF.

De acordo com o secretário, a preparação foi pensada para unir logística e qualidade. "Queremos mostrar que Brasília é muito mais do que a capital administrativa, mas também a capital do esporte, com uma infraestrutura que mostra isso", completou.

Davi Cruz



O governador Ibaneis Rocha visitou ontem os Jogos da Juventude. O DF tem 180 estudantes atletas no torneio



Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF, Ministério da Cultura e Petrobras apresentam

58º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro

12 a 20 de setembro de 2025

Cine Brasília | Teatro SESC Sívio Barbato - SCS | SESC 504 Sul
Complexo Cultural Samambaia | Complexo Cultural Planaltina
Teatro Newton Rossi - SESC Ceilândia | Teatro Paulo Gracindo - SESC Gama

Este projeto é realizado com recursos da Lei de Incentivo à Cultura do Distrito Federal.



EMISSORA OFICIAL

IMPREENSA OFICIAL

PATROCÍNIO

PATROCÍNIO MASTER

APRESENTADO POR

REALIZAÇÃO

BR PETROBRAS

SEBRAE

SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

GDF

MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO DO BRASIL

DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PRÊMIO CORREIO CASACOR



Vencedores do Prêmio Correio Braziliense CasaCor 2024

Ainda dá tempo de votar

» LETÍCIA MOUHAMAD

"Semear Sonhos" é a temática do 8º Prêmio do **Correio Braziliense** CASACOR Brasília, que se destaca por reconhecer e premiar talentos e inovações nas áreas de arquitetura, design de interiores e paisagismo. A premiação, a mais importante na área de decoração do Centro-Oeste, está na 33ª edição, que teve início em 13 de agosto e segue até 12 de outubro. O público pode votar até 29 de setembro.

As categorias que disputam o voto do júri popular são: sonho de sala, sonho de quarto, sonho de banheiro e sonho de cozinha. Já o júri técnico vai eleger o projeto mais original, melhor uso comercial, melhor uso público, melhor uso de obra de arte, projeto mais ousado e melhor projeto.

O voto popular ocorre por meio do site premio.correio braziliense.com.br. Os vencedores serão os projetos mais votados pelo público em cada categoria. Em caso de empate, o júri técnico será acionado. Será escolhido apenas um vencedor por categoria, mas o mesmo ambiente pode ganhar mais de um prêmio.

Como votar

Após clicar em "iniciar votação", o público será redirecionado ao site no qual deverá escolher um ambiente de cada categoria. Por isso, a próxima categoria só aparecerá se a anterior



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e vote no seu ambiente preferido

tiver a marcação do voto. Após a escolha do ambiente, clique em "confirmar" e, em seguida, a próxima categoria será apresentada.

Ao finalizar os votos dos ambientes nas quatro categorias, o público pode visualizá-los antes da etapa final de envio. Caso necessite alterar algum dos ambientes selecionados, basta clicar em "editar". Para enviar seus votos insira um e-mail válido, complete o "captcha" e clique em "enviar".

O resultado do prêmio será divulgado em cerimônia que será realizada, em 3 de outubro, na CasaCor Brasília.

Celebração

Em 2024, os visitantes do Estádio Mané Garrincha puderam apreciar, em um espaço de 6 mil metros quadrados, 43 ambientes assinados por 71 profissionais inspirados no tema "De presente, o agora". Foram 6.795 votos do júri popular. O prêmio Sonho de Banheiro foi para o Banheiro Universo Anacrônico, criação do escritório Guel Arquitetos, que também levou o troféu do Sonho de Quarto, com o projeto Quarto Universo Anacrônico. Alessandra Moussa e Marcelo Neto levaram o troféu de Sonho de Cozinha com o projeto Refúgio do Cedro. E os arquitetos Orestes Blanco e Rosa Maranini venceram o Sonho de Sala, com a Sala Casa BRB.

Rafael Ramagem/Divulgação



Angelo Pignaton frequenta o Festival de Brasília desde o ensino médio e faz parte do Júri Jovem



Festival de Brasília do Cinema Brasileiro tem parceria com a Universidade de Brasília e serve como espaço formativo para estudantes de audiovisual

Giulia Dela Pace/Divulgação



Gabriela Mello acredita que a relação entre o festival e a universidade deve ser fortalecida

Nova geração de CINÉFILOS

» MARIANA REGINATO

Em celebração aos 60 anos da criação do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, a parceria com a Universidade de Brasília (UnB) foi retomada e instaurado o Júri Jovem, criado com estudantes de audiovisual da universidade. Os alunos serão jurados da Mostra Caleidoscópio e irão selecionar um dos cinco longas exibidos para levar para casa um Troféu Candango. Os filmes da mostra serão exibidos às 15h, na sala Vladimir Carvalho do Cine Brasília, até amanhã.

A mostra Caleidoscópio apresenta filmes que desafiam as convenções de gêneros cinematográficos, incluindo ficção, não ficção, cinema experimental, animação e documentário. Nesta edição, longas de cinco estados diferentes — São Paulo, Pernambuco, Goiás, Rio de Janeiro e Minas Gerais — preenchem a tela do Cine Brasília. *Nosferatu* (Cristiano Burlan), *Palco cama* (Jura Capela), *Atravessa minha carne* (Marcela Borela), *Uma baleia pode ser dilacerada como uma escola de samba* (Marina Meliande e Felipe M. Bragança) e *Nimueandajú* (Tania Anaya) foram os selecionados deste ano.

Além disso, o Festival de Brasília está dentro das salas de aula da UnB. Ministrada pela professora Mariana Souto, a disciplina Práticas de crítica e cobertura no Festival de Brasília aborda aspectos de curadoria de mostras e festivais, crítica de cinema e análise fílmica. A professora explica que esses temas são abordados inicialmente para oferecer uma ancoragem para os estudantes. “Falamos também das dinâmicas de um festival de cinema, de funcionamento de um júri, de curadoria. Proponho alguns exercícios de escrita para que eles pratiquem essa habilidade de expressão”, comenta Mariana Souto.

Depois do início do festival, as atividades da disciplina ficaram voltadas para o evento. “As equipes se dividiram para assistir às sessões e escrever sobre elas, mas também para a produção de vídeos e de entrevistas, aproveitando que muitos cineastas, atores e atrizes, técnicos diversos estarão por aqui, acessíveis para esse diálogo”, destaca a professora.

O contato de estudantes de audiovisual com o festival mais tradicional do país modifica a formação dos jovens. “Acho que é importante para uma nova geração de cineastas, mas também de críticos, curadores, pesquisadores, pensadores do cinema, afinal o cinema não é só produção, mas também difusão, distribuição, programação e é possível trabalhar em todas essas áreas. Só a produção não se sustenta, pois os filmes precisam ser vistos e chegar às pessoas. É toda uma cadeia produtiva”, ressalta a professora.

Para Mariana, um estudante fazer parte do júri cria a oportunidade de conhecer mais a fundo o festival, de entender o pensamento curatorial que guia uma mostra e de construir uma visão interessante sobre o cinema produzido naquele ano no Brasil. “Dentro de um júri, há diversos debates sobre os filmes e os integrantes precisam ponderar diferentes opiniões, o que também é uma forma de aprender a se colocar, a ouvir, a argumentar, a desenvolver uma reflexão sobre cinema. Tudo isso ajuda no trabalho intelectual e no trabalho criativo, no caso de realizadores. Amadurecer uma visão de cinema e aprender a trabalhar em equipe são valores fundamentais na prática também”, comenta.

Angelo Pignaton, um dos integrantes do Júri Jovem, também membro do Cine Beijoca e estudante de audiovisual, começou a frequentar o festival em 2016 quando ainda estava no ensino médio. “Acompanhei algumas sessões da Mostra Competitiva Nacional e fiquei encantado com a experiência. Em 2017, também estive presente no festival, mas priorizei as sessões especiais. Foram exhibições de grandes clássicos exibidos no festival (*A falecida*, *A hora e a vez de Augusto Matraga*, *O padre e a moça*, entre outros), que eu tive a oportunidade de

assistir. Fiquei algumas edições sem acompanhar o festival, mas voltei em 2022. Desde então, tento ir todos os dias e assistir o máximo de sessões que eu conseguir”, conta o estudante.

Para Angelo, estar cercado de pessoas igualmente entusiasmadas com os filmes e dispostas ao debate é um dos grandes pontos positivos dessa experiência. “Além disso, acho que o Festival também oferece uma série de atividades formativas que são sempre muito

bacanas e contribuem para a formação de qualquer profissional da área. De um modo geral, acho que o festival possibilita uma série de reflexões e debates que englobam toda a cadeia produtiva do audiovisual, desde a produção até a exibição, e que só podem ser vivenciadas nesse tipo de ambiente”, afirma.

Gabriela Mello, estudante de audiovisual que está matriculada na disciplina de crítica do festival, frequenta o evento desde 2023 e acredita que a parte social é um dos pilares mais fortes. “É muito legal conhecer outros alunos e cineastas. Sinto que agrega muito na formação e acho que deveria ter mais incentivo, como está acontecendo agora com o projeto de cobertura e de crítica que tem sido muito interessante. Acho que todos os alunos estão se divertindo bastante escrevendo e acompanhando as sessões, a gente precisa se entregar para a experiência já que é muito formativo frequentar festivais como futuros trabalhadores do audiovisual”, reforça Gabriela.

Sobre o Júri Jovem, Gabriela acha que é uma ótima iniciativa e que a relação entre a universidade e o festival deve ser ainda mais reforçada. “Muito próximo da gente, em Goiânia, em Pirenópolis, os estudantes se mobilizam, tem júri jovem em quase todos os festivais. A iniciativa é muito boa e tem

que ser cada vez mais incentivada porque traz uma experiência profissional que muitas vezes, não temos dentro da universidade. Então, as carreiras de júri, curadoria, crítica, às vezes não tem tanto esse espaço e o festival é a oportunidade perfeita assim para exercitar isso tudo”, ressalta.

Angelo Pignaton também reforça que o Festival de Brasília e o curso de audiovisual da UnB possuem relação quase umbilical. “Paulo Emílio Salles Gomes foi um dos criadores tanto do festival quanto do curso de cinema na UnB. No entanto, no passado recente esse elo esteve um pouco enfraquecido. É muito importante essa retomada porque é uma experiência formativa única para os alunos, do mesmo modo que eu acredito que os universitários sempre tem um olhar novo para oferecer ao festival”, afirma o estudante.

Para Maria Eduarda Parente, estudante de audiovisual, as experiências no festival são sempre muito boas. “Sempre gosto de ver o que está sendo produzido na cidade, além de ser bom ver trabalhos locais e de pessoas que conheço recebendo espaço de divulgação e reconhecimento, acaba servindo de motivação pra quem quer seguir nessa área também”, afirma. Sobre a ligação com a universidade, Maria Eduarda acredita que o festival é uma ótima oportunidade para colocar em prática as técnicas e questões debatidas no curso, além de poder inserir esses jovens no mercado do audiovisual de alguma maneira.

Mariana Souto, professora da UnB, reforça que é fundamental a participação dos jovens no festival e que eles respirem esse ar diferente que existe em um evento desse porte. “Um festival de cinema é um lugar de encontros, de trocas, de ouvir as pessoas que fizeram os filmes exibidos na tela, de fazer descobertas de cineastas e obras instigantes e de renovar os ânimos com o cinema brasileiro. Chegam profissionais de vários lugares do Brasil, tanto para exibir filmes como para fazer cobertura de imprensa. É algo interessante de se observar e de participar, já que é o festival mais longo do Brasil e que acontece aqui na nossa cidade, com farta programação gratuita”, destaca.



Acho que o festival possibilita uma série de reflexões e debates que englobam toda a cadeia produtiva do audiovisual”

Angelo Pignaton, jurado

Michelle Moreira/Divulgação



Festival de Brasília serve como espaço para crescimento profissional de estudantes de audiovisual

ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Partida do Brasileirão

O Botafogo viveu uma noite para se esquecer, ontem, no Nilton Santos. Em jogo atrasado da 12ª rodada da Série A do Campeonato Brasileiro, o alvinegro saiu vencendo por 3 x 0 no primeiro tempo, mas derreteu na segunda etapa e sofreu o empate do Mirassol: 3 x 3. Com o resultado, o Leão alcançou o quinto jogo sem perder e se mantém no G4, com 39 pontos, na quarta colocação. Já o Botafogo aumenta a pressão na temporada e fica na quinta colocação, com 36 pontos.

LIBERTADORES Companheiros de seleção uruguaia em 27 partidas, Arrascaeta e Muslera guiam Flamengo e Estudiantes nas quartas de final. Após eliminar Rochet, maestro rubro-negro aposta no bom momento para ser algoz de outro compatriota

Amizade charrúa em segundo plano

DANILO QUEIROZ

Quando a bola rolar às 21h30 de hoje para Flamengo e Estudiantes, o Estádio do Maracanã não viverá apenas mais uma noite importante de Libertadores: será palco de reencontro, de memórias compartilhadas e de um duelo particular uruguaio. De um lado, Giorgian De Arrascaeta, cérebro e artilheiro rubro-negro na temporada e dono de um repertório poético e venenoso. Do outro, Fernando Muslera, histórico goleiro da seleção celeste, com ampla trajetória no futebol europeu e de volta ao futebol sul-americano para escrever novos capítulos na história pessoal e do clube argentino.

Rivals na luta pelas semifinais da Glória Eterna, Arrascaeta e Muslera não são estranhos um ao outro. Pelo contrário: dividiram concentrações, treinos e sonhos com a Celeste Olímpica. Em 27 dos 57 jogos do camisa 10 flamenguista pela seleção, por exemplo, foi Muslera quem protegeu a meta. Juntos, disputaram duas Copas do Mundo — Rússia 2018 e Catar 2022 —, colecionando memórias. Agora, ironicamente, o destino os coloca em lados opostos, transformando amigos de vestiário em rivais de mata-mata.

O Estudiantes apostou alto no veterano goleiro ao contratá-lo em junho. Não foi apenas uma transação de mercado: foi um movimento estratégico, quase um gesto simbólico. Afinal, falar do clube argentino dirigido pela lenda Juan Sebastián Verón é lembrar de mística e de Libertadores. Muslera chegou carregando essa aura, como quem traz na bagagem não só luvas, mas também experiência para jogos grandes. “Eu sei muito bem o que é o Estudiantes e sua história, todo o esforço que eles fizeram ao longo do tempo para alcançar o que alcançaram”, destacou o arqueiro.

Para Arrascaeta, o desafio tem um sabor especial. Nas oitavas, o meio-campista já havia duelado contra outro compatriota, Sergio Rochet, goleiro do Internacional e sucessor de Muslera na meta da

Divulgação/Flamengo



Arrascaeta é a referência técnica do Flamengo na temporada 2025

seleção. O camisa 10 flamenguista venceu os confrontos, garantiu vaga nas quartas de final da Libertadores e, agora, terá diante de si mais uma muralha uruguaia. É quase uma saga pessoal: cada passo rumo ao título exige superar um guardião da Celeste na temporada de melhor desempenho da carreira. “Feliz de poder ajudar o time com gols e assistências. Estar dentro do campo é o principal para mim. É bom chegar na área e fazer

gols, mas o mais importante é sair com a classificação”, destacou.

Duelo de peso

O enfrentamento entre um tri e um tetracampeão da Libertadores promete choque de estilos. Mesmo com os desfalques de Alex Sandro e Jorginho, o Flamengo aposta na vocação ofensiva, embalado pelo talento de Arrascaeta e pelo poder de fogo do ataque. Sem contar com

Divulgação/Estudiantes



Fernando Muslera chegou para garantir segurança ao Estudiantes

González Pirez e Edwain Cetré, o Estudiantes traz ao Brasil a tradição copeira, a disciplina e a solidez características do clube de La Plata. A ideia rubro-negra é aproveitar o fator casa para construir uma boa vantagem e defende-la no duelo de volta, na Argentina.

No fim das contas, o duelo das quartas de final da Libertadores vai além de ser Flamengo contra Estudiantes. Será Arrascaeta contra Muslera. Será a história da Celeste

escrita em duas camisas diferentes, mas com a mesma alma competitiva. Uma noite na qual o Maracanã não verá apenas gols e defesas, mas também o reflexo de uma amizade transformada em rivalidade momentânea. E, como manda a tradição da principal competição de clubes da América do Sul, a batalha de hoje no Maracanã é só a primeira parte da história na qual apenas um charrúa poderá comemorar ao apito final.

Por um novo patamar

O duelo entre LDU e São Paulo nas quartas de final na Libertadores da América confronta um objetivo de grandeza dos dois treinadores envolvidos na partida. Campeões da Copa Sul-Americana por Athletico-PR (2018) e Defensa y Justicia (2020), Tiago Nunes e Hernan Crespo se enfrentam a partir de hoje, às 19h, no Estádio Rodrigo Paz Delgado, pelo sonho de subir mais um degrau na carreira com a conquista do título inédito da Glória Eterna.

A boa fase desde a volta ao São Paulo é outro trunfo de Crespo. Desde a reestreia, são 15 jogos no comando tricolor, com nove vitórias, três empates e três derrotas, um aproveitamento de 66%. Tudo isso em 64 dias, o que lhe confere uma média de um jogo a cada quatro dias. O desafio para seguir perseguindo o título da Libertadores envolve a altitude de 2.850 metros de Quito.

Crespo terá “força máxima” contra a LDU. Entre os atletas disponíveis na vitória sobre o Botafogo, pelo Brasileirão, todos estão disponíveis. Enzo Díaz, Wendell e Ferreirinha chegaram a preocupar com dores, mas não tiveram lesão muscular constatada. Inscritos na Libertadores, Rigoni, Mailton e Tolói também podem entrar em campo.

Na luta por quebrar o domínio brasileiro e conquistar a Libertadores, Tiago Nunes terá de deixar outra equipe do país para trás. Nas oitavas de final, a LDU teve sucesso nas duas partidas diante do atual campeão Botafogo. O técnico não terá o zagueiro Richard Mina, expulso contra os cariocas na última fase.

O jogo também envolve um tira-teima histórico. São Paulo e LDU se enfrentaram seis vezes. Nunca houve empates. Cada time venceu três vezes. Quem ganhar hoje, abre margem e ficará mais perto de dar mais um passo em direção ao topo do continente.

Palmeiras vence o River Plate fora de casa

O Palmeiras abriu vantagem nas quartas de final da Libertadores da América. Ontem, o time alviverde visitou o River Plate e não se intimidou com a atmosfera provocada pela torcida adversária no Estádio Monumental de Núñez. Com futebol envolvente e propositivo no primeiro tempo, o clube brasileiro se impôs, venceu por 2 x 1 e trouxe excelente frente para decidir a classificação na próxima semana, em São Paulo. Os gols foram de Gustavo Gómez e Vitor Roque. Martínez Quarta descontou.

O cenário para a partida de volta deixa o Palmeiras em condições de avançar às semifinais da Libertadores com um empate. Triunfo do River Plate por um gol de frente força a definição da classificação nas penalidades máximas. Os argentinos passam de fase no tempo regulamentar apenas se ganharem por duas bolas na rede ou mais. O panorama, no entanto, não ilude os palmeirenses.

A vantagem existe, mas voltar no tempo deixa o time do técnico

Abel Ferreira ligado para os 90 minutos finais do confronto. Em 2021, o Palmeiras bateu o mesmo River Plate, em Buenos Aires, por 3 x 0. No duelo seguinte, os argentinos ganharam por 2 x 0 e ameaçaram a classificação alviverde com gols anulados e bastante pressão, mesmo atuando fora de casa.

Desde o início da partida, o Palmeiras deu indícios da aula do primeiro tempo. Com seis minutos de bola rolando, o estreante Andreas Pereira cobrou escanteio com perfeição e Gustavo Gómez subiu alto para balançar a rede. A pressão alviverde seguiu, com direito a bola na trave de Lucas Evangelista e finalização perigosa de Andreas. De tanto insistir, veio o segundo gol. Em jogada envolvendo Vitor Roque e Flaco López, o camisa nove saiu na cara do goleiro Armani e demonstrou tranquilidade para decretar o 2 x 0, esfriando de vez o clima do Monumental de Núñez.

Modificado pelo técnico Marcelo Gallardo, o River Plate voltou para o segundo tempo mais

propositivo. O time argentino passou a ocupar o campo de ataque, enquanto o alviverde se posicionou para tentar um contragolpe fatal. Apesar do domínio territorial, os Millionarios deram pouco trabalho ao goleiro Weverton. Com a defesa bem postada, o Palmeiras controlou os avanços adversários até um lance de azar. Aos 44 minutos, Quinta arriscou de longe, a bola desviou em Piquerez e acabou na rede. A equipe da casa se lançou ao ataque, mas a pressão não garantiu o empate.

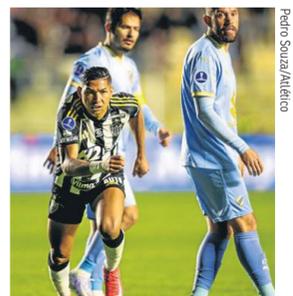
Em tempos de domínio do Brasil na Libertadores — o país conquistou os últimos seis títulos da competição continental —, a vitória do Palmeiras passa um recado consistente. Perseguindo o tetracampeonato, algo início para times brasileiros, o alviverde não se intimidou com o tamanho do rival e volta para casa com bastante moral para concretizar a passagem à semifinal e seguir em busca de mais um sonho de Glória Eterna.

Juan Mabromata/AFP



Gómez marcou no início e abriu o caminho para a vitória do alviverde

Destaque do dia



Pedro Souza/Atlético

Galo vacila e empata

O Atlético-MG abriu dois gols de vantagem e, mesmo com um a mais, vacilou na defesa e ficou no empate por 2 x 2 com o Bolívar, ontem, no Estádio Hernando Siles, em La Paz, pela ida das quartas de final da Copa Sul-Americana. Com o resultado, o time mineiro chega a seis jogos sem vitória na temporada e segue sem triunfos desde a chegada de Sampaoli.

ESPORTES

ATLETISMO

Alison dos Santos vai à final dos 400m com barreiras e se junta a Caio Bonfim nas disputas por medalhas amanhã

Que seja uma sexta dourada

VICTOR PARRINI

Brasil sonha com um "sex-touro" no Mundial de Atletismo em Tóquio. Com a classificação de Alison dos Santos, o Piu, à final dos 400m com barreiras, o país tem a possibilidade de uma dobradinha com o paulista e o brasileiro Caio Bonfim nos 20km da marcha atlética. Ambas as provas serão amanhã.

Alison dos Santos e Caio Bonfim já se orgulham de serem medalhistas olímpicos e mundiais. Não à toa, desembarcaram no Japão sob grandes

expectativas. O marchador brasileiro correspondeu na primeira prova disputada. Embora não fosse a especialidade, faturou a prata nos 35km, há uma semana. Amanhã, percorrerá a distância que o consagrou em segundo na Olimpíada de Paris-2024 e nas edições de Londres-2017 e Budapeste-2023 da competição da World Athletics. A largada para Caio será dada às 21h50 (de Brasília), com transmissão do SporTV3.

Único homem brasileiro campeão mundial, Alison dos Santos busca repetir a campanha de Eugene-2022, quando faturou o ouro e entrou para a galeria com Fabiana Murer, do salto

Jewel Samad/AFP



Alison dos Santos derrubou uma das 10 barreiras, mas avançou em 2º

Abelardo Mendes Jr./CB/D.A Press



Caio Bonfim busca, amanhã, a quarta medalha em mundiais de atletismo

com vara, absoluta na Coreia do Sul em 2011. Aos 25 anos, o principal barreirista do país vem de dois bronzes olímpicos, em Paris e justamente em Tóquio, há quatro anos. No Mundial de 2023, em Budapeste, foi quinto colocado.

A classificação de Alison passou longe de ser tranquila. Tocou a segunda das 10 barreiras, até melhorou o tempo em relação à eliminatória anterior (48s16x48s48), mas avançou com o pior tempo entre todos os finalistas. Só passou de fase devido ao regulamento, com o segundo lugar na bateria disputada. A regra estabelece o avanço aos líderes e vices de cada tomada e aos

donos das duas melhores marcas entre os demais. A decisão será às 9h15.

"É o que acontece nas barreiras. Você tem um ritmo para fazer. Se você vem muito rápido, acaba errando um pouco a passada e acaba batendo ou ficando longe. Eu paguei o preço. A barreira ficou um pouco perto. Fui muito agressivo para ela. Agora, sei o que corrigir para terminar a prova forte. Óbvio que tem de ir com garra, com vontade, mas ter atenção nos detalhes. Na final, vou me entregar. Vai ter 100% de mim na prova", comentou em entrevista ao SporTV.

Alison se apegou ao fato de ter a melhor marca da temporada: 46s65. Ele

fica atrás apenas do norueguês Karsten Warholm (46s28) e do americano Rai Benjamin (46s54). O trio é favorito ao pódio. Também nos 400m com barreiras, Matheus Lima e Francisco Viana foram eliminados. No salto triplo, Almir Santos e Elton Petronilho se despediram. Porém, a maior decepção veio do lançamento de dardo. Finalista em Paris-2024, Luiz Maurício entrou na disputa com a segunda melhor marca na temporada, o recorde sul-americano de 91m. No entanto, sequer passou da classificatória ao lançar 81,12m na última tentativa.

"Foi uma das piores competições do

ano. É um momento muito ruim para ter essa pior competição. Fiz uma ótima corrida, mas o dardo é detalhe. Eu não finalizei bem. O dardo caiu em pé. Agora é ter paciência para voltar nas próximas vezes muito melhor e mais forte", analisou o atleta de 25 anos, natural de Juiz de Fora (MG). Na mesma prova, Pedro Henrique Rodrigues também ficou pelo caminho.

De volta a uma final do salto com vara após 10 anos, o Brasil viu Juliana Campos encerrar a campanha de maneira frustrante. A paulista de São Caetano do Sul queimou os três primeiros saltos e não obteve marca.

Giro esportivo

Jolison Marcone/CBF



Futsal

O Brasil estreou com vitória por 3 x 1 sobre a Polônia na Copa das Nações de Futsal, no Ginásio Nilson Nelson. A equipe volta à quadra contra a Guatemala, hoje, às 20h15. SporTV e NSports transmitem.

Abelardo Mendes Jr./COB



Vôlei

Bruninho fará sessão de autógrafos da biografia *Entre sombras e vitórias*, no domingo, às 18h45, na biblioteca do Centro Internacional de Convenções do Brasil. Exemplares serão vendidos a R\$ 24,95

©FOTQJUMP



Tênis

Bia Haddad avançou às oitavas do WTA 500 de Seul. Mesmo com um mal-estar na segunda parcial, aplicou 2 sets a 0 (6/4 e 6/3) sobre Dayeon Back. A paulista enfrenta a alemã Ella Seidel na próxima fase.

@joaofonseca/Instagram



Mais tênis

Prodígio do Brasil, João Fonseca realizou o sonho de conhecer pessoalmente Roger Federer. Eles estiveram juntos em um torneio promovido pelo suíço nos EUA. "Foi um prazer", publicou Fonseca.

Fiba/Divulgação



Basquete

O Flamengo inicia, hoje, a caça ao tricampeonato da Copa Intercontinental Fiba, o Mundial da modalidade. Os cariocas estreiam contra o NBA-G League United, às 6h. A FlaTV transmite.

Alberto Pizzoli/AFP



Benfica

O técnico José Mourinho está próximo de retornar ao Benfica, após a demissão de Bruno Lage. A expectativa do clube é tê-lo no banco no sábado, no duelo contra o AVS, pela Liga Portugal.



CIRCUITO encontro Delas CAIXA 4ª EDIÇÃO BRASÍLIA

21 / SET

Estacionamento do ParkShopping

encontrodelas.com.br

Patrocínio



Realização



Parceria



Promoção



Apoio de Comunicação



HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Mercúrio ingressa em Libra. O Universo é um organismo colossal cuja principal função é a distribuição de Vida em níveis infinitos e infinitesimais simultaneamente, e para isso acontecer, de algum lugar, seja esse enorme ou pequeno, a Vida é transmitida enquanto outros a recebem e absorvem para, logo em seguida, ela se transformar em vínculos e relacionamentos, que por sua vez servirão de base para a retransmissão e fundamento de atividade vívida. Tal procedimento não está sujeito a pontos de vista nem a questionamentos de se tudo isso seria real ou apenas imaginação, o próprio fato de podermos questionar e perceber de diversas maneiras nada mais é do que a comprovação de sua realidade. Transmitir, receber, absorver, relacionar e transformar em atividade vívida, assim opera o Universo no infinito e infinitesimal.

ÁRIES 21/03 a 20/04

A boa energia que circula entre as pessoas não há de ser deixada de lado como algo sem valor, ao contrário, é preciso dar importância aos bons momentos, mas não ao ponto de deixar de perceber a pertinência de cada coisa.

TOURO 21/04 a 20/05

Nada está totalmente fora de seu alcance, mas tampouco seria o caso de você se convencer de que as ilusões sejam reais e, por isso, sair investindo tempo e dinheiro em pessoas e situações sem chance de sucesso.

GÊMEOS 21/05 a 20/06

Cuide para que, com a alma contagiada pelos bons sentimentos que circulam entre as pessoas, você não se exceda na boa vontade e acabe assumindo a responsabilidade de colocar em pé absolutamente tudo. Divisão de tarefas.

CÂNCER 21/06 a 21/07

Enquanto você joga para a plateia, fazendo o que as pessoas esperam que você faça, tome também um tempo para continuar amadurecendo seus planos em silêncio, sem que ninguém, ninguém mesmo, saiba de seus movimentos.

LEÃO 22/07 a 22/08

Invista tempo e recursos na articulação política, isto é, consolidando alianças e definindo direito quem são os adversários que, por enquanto, vão continuar fazendo parte do seu caminho. Tudo faz parte, ou não?

VIRGEM 23/08 a 22/09

As contas precisam ser muito claras, porque se houver qualquer tipo de indefinição nessas, no futuro a conta vai chegar e vai cair no seu colo. Tudo precisa ser organizado com a minuciosidade de que sua alma é capaz.

LIBRA 23/09 a 22/10

É bom flertar, é bom viver situações de acolhimento, mesmo que não deem em nada além disso. Um momento mágico faz com que sua alma encontre a ponta solta que faltava para compreender tudo e se posicionar direito.

ESCORPIÃO 23/10 a 21/11

Diante das surpresas, agradáveis ou desagradáveis, procure se recuperar rapidamente e até fingir que nada demais aconteceu, porque assim você ganhará tempo para fazer algo melhor do que meramente reagir. Isso não.

SAGITÁRIO 22/11 a 21/12

Nunca é bom depositar expectativas demais nas pessoas, porém, como convencer a alma a fazer algo assim? Quando pinta o entusiasmo, a razão desaparece, e só volta à cena quando, eventualmente, acontece a decepção.

CAPRICÓRNIO 22/12 a 20/01

Mesmo que não seja possível fazer tudo do jeito ideal, ainda assim você não vai passar mal com os resultados. O jeito é continuar tocando a bola para frente sem se apegar demais aos resultados imediatos. Em frente.

AQUÁRIO 21/01 a 19/02

Quando você tiver a sensação de que, agora sim! Tudo foi entendido e tudo faz sentido, pois bem, terá chegado a hora, ou de colocar em prática o que você sabe, ou virar a página e investigar tudo de novo.

PEIXES 20/02 a 20/03

As coisas começam muito loucas, mas depois precisam entrar na linha, porque a alma não aguentaria existir no meio do caos o tempo inteiro, ela precisa de refúgio e, principalmente, de uma perspectiva de ordem.

ERUDITO

Augusto Cataldi



Orquestra Criança Cidadã inicia turnê pela Ásia e pelo Vaticano no próximo dia 30

Concertos pela paz

» JÚLIA COSTA*

Músicos do projeto recifense Orquestra Criança Cidadã se unem a instrumentistas de Rússia, Ucrânia, Irã, Palestina, Israel, Coreias do Sul e do Norte para uma turnê internacional pela paz. A partir do dia 30, a orquestra faz apresentações em Seul, Hiroshima, Osaka e Vaticano, onde finaliza a série de concertos com uma performance para o papa Leão XIV. A ideia da turnê é juntar instrumentistas de países que estão em guerra para mostrar que “a música é capaz de unir povos”, diz o idealizador do projeto João Targino. “O tema dos concertos é que na arte não há guerra. Se houvesse, um ucraniano não estaria tocando lado a lado com um russo, ou um iraniano lado a lado com um israelense”, ressalta.

Essa é a terceira edição dos concertos, que em 2023 e 2024, juntou jovens brasileiros, italianos, ucranianos e russos para apresentações em Roma. “Nos preparativos dessas edições, tínhamos juntar ucranianos e russos. Contratamos ônibus diferentes para eles, porque, nessa época, a guerra estava mais acesa. Mas o que vimos foi justamente o sentimento de humanidade e de paz. Esses jovens músicos absolutamente unidos, falando a mesma língua e sentando-se a mesma mesa”, relembra.

Para a edição de 2025, o repertório foi dividido em duas partes: a primeira, a comunhão dos povos; na segunda, composições latino-americanas. O concerto se inicia com *Bachianas Brasileiras nº 4*, de Heitor Villa-Lobos, seguida por *Concerto para dois violinos em Ré Menor*, de Bach. A segunda peça, composta por três movimentos, apresenta duetos de violinistas de países em conflito: norte e sul-coreanos, ucraniano e russo e israelense e iraniano. Há ainda a *Rapsódia das Nações*, composição original que mistura temas representativos para cada um dos países participantes na orquestra.

O maestro José Renato Accioly enfatiza o caráter simbólico dos concertos, e a importância social da Orquestra Criança Cidadã, que atende a jovens da periferia de Recife. “Sabemos que os concertos não vão trazer a paz, mas podem significar uma reflexão, um gesto em função de mobilizar pessoas”, explica.

“Você pega um jovem que não teve oportunidade de sair da própria cidade que mora, e faz com que ele possa ver e conviver com povos de outras nações. Essa experiência já traz uma ampliação na forma de ver o mundo e de se ver dentro dele”, destaca.

*Estagiária sob supervisão de José Carlos Vieira

CRUZADAS

Risco psiquiátrico depois da gestação	Ópera de Richard Wagner (1865)	Fase do sono em que ocorre o sonho	Laticínio comum em dietas	Estudioso como Antônio Houaiss	São feitas no cartão de crédito
Medida de volume			Caio Braz, apresentador de moda (TV)		
Tipo de cheque			Muro de (?), marco da Guerra Fria (Hist.)		
			Parte final da Passarela do Samba (Rio)	(?) eletrônica, inovação eleitoral	Fósforo (Quim.)
Obra-?: é a melhor de um artista		Adular Eugene Ormandy, maestro			
			Via de eliminação do suor		(?) de La Renta, estilista dominicano
Direção do amanhecer					
Ilha onde se situam o Haiti e a República Dominicana		Roçar em algo			Ruidoso Tornar intenso (fig.)
			Edward Albee, teatrólogo dos EUA	A vogal marcada no jogo da velha	Chico Anysio, humorista cearense
Triturar a carne					Sucesso da banda Biquini Cavado
Que tem compaixão			Steve (?), guitarrista e compositor (EUA)	(?)-gosto: petisco com bebida	
Plantação da Rainha das Flores					Pancada; bordoadas (bras.)
Inalaram		Filme de Akira Kurosawa (1985)	A terra dos faraós		
Lojas de venda de pães e doces			Gaiivota (bras.)		
				"É melhor (?) que receber" (dito)	
Incrementar; intensificar	(?) -mail: correio eletrônico		República (?), país da Europa Central		

BANCO 3/ran — val. 5/prima. 8/filólogo. 1/são domingos. 14/tristão e isolda. 8

© Ediouro Publicações — Licenciado ao **Correio Braziliense** para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

F	B	P		V
E	L	E	G	A
P	R	O	M	O
N	C	L	E	R
C	A	O	S	N
A	D	O	N	A
A	T	I	M	I
A	V	O	Z	L
K	A	A	C	O
A	D	S	A	P
C	I	O	S	O
F	E	R	R	E
I	N	F	R	A

SUDOKU DE ONTEM

5	3	9	7	1	2	4	6	8
7	8	1	4	6	3	9	2	5
6	2	4	9	5	8	7	3	1
8	5	7	2	9	4	3	1	6
2	4	6	5	3	1	8	7	9
1	9	3	8	7	6	2	5	4
4	7	8	1	2	5	6	9	3
9	6	5	3	8	7	1	4	2
3	1	2	6	4	9	5	8	7

#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!

www.assinecoquetel.com.br

Assine conosco aqui!

COQUETEL

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

morreu
secou
acabou

o fogo da palavra
extinguiu-se

a alma do cerrado
queima para sempre

Nicolas Behr

ESTA SEÇÃO CIRCUA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

		2		6		5		3
9								
7		1	3	8				
5						7		2
3			4				5	9
			8		7			4
				1			4	5
			7			6	1	
		3						2

Grau de dificuldade: fácil

www.cruzadas.net

Diversão & Arte

PASSADOS 18 ANOS, O CINEASTA JOSÉ EDUARDO BELMONTE, FORMADO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB), VOLTA A COMPETIR NO FESTIVAL COM FILME SOBRE CONTRAVENTORES, COM ATORES DE PRIMEIRA LINHA

Galeria Filmes



Paulo Miklos e Murilo Benício em cena de Assalto à brasileira

ROUBO MAMBEMBE

» RICARDO DAEHN

al qual o público do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, o diretor formado pela UnB e concorrente aos prêmios Candango pelo longa *Assalto à brasileira* tem ciência de que muito mudou no evento. “Este novo filme dialoga com os meus curtas, ainda que não seja um filme indie. Noto que estou mais maduro, mais atento ao ritmo da vida. Mas sigo interessado nesse encontro entre obra e público, nesse choque de energia que só o cinema, em uma sala cheia, é capaz de produzir”, pontua. Nesse sentido, como diz, estar na seleção de Brasília é como jogar na Bombonera.

No time de astros da telona, a escalção traz Murilo Benício, Christian Malheiros, Robson Nunes, Paulo Miklos e Débora Duboc. Na trama, um radialista quer retomar o rumo profissional e avança nos bastidores de uma ação criminosa (na vida real ocorrida em Londrina, nos anos de 1980). “Era 1987, o país tentando respirar depois de 20 anos de ditadura. Havia uma fome de mudança, mas a transição foi incompleta. O presidente era o ex-líder do partido dos generais, os ministros eram os mesmos, e a inflação, herança maldita daquele tempo ditatorial, estava em 391% ao ano. Nenhum golpista foi julgado. É nesse caldo de frustração e esperança que a

Fe Pinheiro



O diretor José Eduardo Belmonte retorna à mostra competitiva

história se desenrola. O filme captura esse momento em que o país parecia querer virar a página, mas a página insistia em ficar grudada no livro. Penso que avançamos muito, ainda que tenha muito a conquistar”, descreve o autor de filmes como *Alemão* e *A concepção*.

Profissionais como o roteirista L.G. Bayão, a diretora de fotografia Leslie Montero e a diretora de arte Denise Dourado auxiliaram na criação de clima para recriar uma experiência vivida. “Buscamos o equilíbrio entre o realismo e a estilização. A trilha e a sonoridade acompanham esse movimento, alternando momentos

de tensão quase física com respiros de humor e humanidade. Queríamos que o público saísse do cinema com a sensação de ter vivido algo intenso, mas também, de alguma forma, leve, um retrato de um país capaz de rir no meio do caos”, diz Belmonte. O cineasta nota que o filme avança sobre a complexa relação que todo brasileiro tem com o país.

Com enfoque cronologicamente próximo ao episódio narrado em *O sequestro do voo 375*, Belmonte desencoraja comparativos: são “registros e estilos distintos”. Há conexão, entretanto, com *Quase deserto*, outro novo filme dele que trata daqueles à margem da sociedade. “O cinema não é um tribunal; é um espelho fragmentado que nos ajuda a olhar para nós mesmos”, defende, ao falar das contravenções que registra. E conclui: “Recriar, em sons e imagens, é traduzir. É encontrar um equilíbrio entre a precisão dos fatos e a liberdade do cinema, transformando a memória em experiência sensorial e emocional. Recriar histórias com pessoas reais é sempre um exercício delicado. A vida, para caber na ficção, precisa de convenções, ajustes de tempo, de espaço, de fatos. É um processo que exige rigor e sensibilidade, porque cada escolha narrativa mexe na percepção que o público terá do que aconteceu”.



FILMES DA NOITE

No Cine Brasília (EQS 106/107), às 21h, exibição do longa *Assalto à brasileira*, de José Eduardo Belmonte. Sessão acompanha o curta *Ajude os menor*, de Janderson Felipe e Lucas Litrento. Ingressos, R\$ 20 (inteira), a partir das 14h, na bilheteria, ou por ingresso.com No Complexo Cultural Planaltina, às 19h45, a mesma programação terá entrada livre.

CRÍTICA / Corpo da paz ★★★

Sondagem de uma amarga colheita

Junto com o envolvimento do jazz e a aura cintilante do cinema norte-americano (elementos encerrados no cego encantamento do personagem Gentil), a atmosfera de Corpo da paz ecoa, na fotografia, o brilho dourado de um período de implantação de incertezas no Brasil. Os castigos reservados aos “comunas”, vistos como pecadores, aparecem embalados na eclosão do Ato Institucional (AI-5), de ampla restrição. O ano de 1968, que abriga a ação do filme de Torquato Joel, molda-se decisivo para o menino Teobaldo

(Giovanni Sousa), testemunha da bajulação em torno da figura de um estrangeiro (Greg, papel do conivente Vinicius Guedes) ciente do “muito a explorar” no Brasil.

Como num contínuo e dinâmico travelling, que encerra afresco do período de descobertas de Teobaldo, o filme propõe contato com Os três zuretas (1997), outro a mostrar um naif rito de passagem. Num período destinado à formação de engenheiros, médicos e advogados, o irmão de Teobaldo, Lavór, adota um percurso com quê diferenciado.

A chamada subversão e o registro da puberdade caminham, na trama, lado a lado com a implantação de uma misteriosa plataforma para cooptar o Brasil para o sistema ianque. Num painel envolvente e breve, o diretor dá o recado, desfilar referências como a do desespero na tentativa de afilamento do nariz de Gentil, um tipo brasileiroíssimo (interpretado por Alex Oliveira, perfeito) e no sufocamento moral de Aurora (Fabiola Moraes), a católica mãe da trama. Cercado por rede solícita, e pouco amistoso, Greg avança para alinhavar a corrente de dúvidas dispostas no filme. (RD)

Qual o jeitinho brasileiro de assaltar (risos)?

Este filme mostra um assalto que está muito longe de ser um golpe de mestre, é um ato improvisado, quase amador, movido mais pelo desespero do que por cálculo. Ninguém ali era profissional. Eles foram de táxi assaltar o banco, sem sequer ter um plano de fuga. É tragicômico: quando são encurralados, a própria população, também vivendo tempos duríssimos, acaba torcendo por eles. A narrativa se constrói a partir dessa sequência de improvisos, de absurdos que se acumulam até se tornarem um grande evento coletivo. Percebo que muitos filmes sociais esquecem que o desespero pode gerar absurdos. Neste filme, a indiferença burocrática e a insensatez humana caminham lado a lado, e o humor não vem de piadas, mas da tenacidade dos personagens diante de um mundo que quase não os percebe. Isso é muito brasileiro: a capacidade de rir em meio a uma crise aguda. É mais que ironia, é uma forma de sobrevivência.

Estar na sala Vladimir Carvalho do Cine Brasília evoca que valores?

Para mim, mais que uma honra: é um lembrete do papel do cinema como ato político e gesto de memória. Fico feliz que o Cine Brasília carregue o nome de alguém que foi meu professor na UnB e que sempre atuou como um agregador, um farol. Se hoje Brasília filma, se há cineastas de tantas vozes e olhares diferentes surgindo, isso deve muito ao trabalho dele, à sua militância pelo cinema, à sua obra investigativa, ao cuidado obsessivo em registrar a memória do país. Nomear a sala é celebrar não apenas um artista, mas um espírito de resistência e de curiosidade, que ainda nos ilumina.

De onde este fascínio pelo submundo, pelo crime organizado? É possível ser conivente com os criminosos?

Abordar o universo do crime não é o mesmo que ter fascínio por ele. Assim como olhar com empatia para personagens à margem não significa absolver ou glorificar suas escolhas. Fascínio, para mim, seria buscar apenas catarse, transformar esse mundo apenas em espetáculo ou em fábula redentora, e isso deixo para outros realizadores. *Carcereiros, Alemão, Se nada mais der certo* ou qualquer outro filme meu nunca buscaram esse caminho. O fato é que vivemos em um país ainda por ser decifrado: violento, desigual, com um autoritarismo estrutural que persiste mesmo quando acreditamos tê-lo superado. É natural que, pela arte, queiramos entender este país, e natural que o artista seja puxado para essas fissuras. Cada um responde a esse chamado à sua maneira, com o seu desejo de comunicação. Minha função, acredito, não é fazer tese nem julgar culpados, mas problematizar, organizar perguntas, dar voz às ambiguidades. Toda boa dramaturgia precisa compreender a razão de todos os envolvidos, vítimas, algozes, cúmplices, e transformar esse embate moral em experiência cinematográfica.

Há muitos dados reais no filme?

Este filme cresceu à medida que ouvimos as pessoas que viveram o acontecimento. Muitas delas estão no elenco como figurantes, trazendo para a tela algo que não se inventa em roteiro, uma memória viva. O episódio real teve de tudo: momentos nervosos, absurdos, até engraçados. Mas, acima de tudo, criou uma memória coletiva que é menos sobre o trauma e mais sobre a superação, sobrevivência. Meu cuidado foi justamente esse: transformar o fato em cinema sem

traí-lo, sem reduzir sua complexidade a um espetáculo de choque ou a uma reconstituição fria. Adaptar algo real, para mim, exige delicadeza, escuta. Nesse caso, preciso dar espaço para que o público sinta a estranheza, o riso e o medo, mas também para que reconheça naquele caos um retrato do país e de sua própria história.

Qual o tom do filme?

Por ser uma história de assalto com reféns, a tensão é inevitável, mas também há momentos de puro absurdo. Em certo ponto, os assaltantes chegam a distribuir dinheiro entre os reféns, e a população, de alguma forma, converge para o lado deles. Esse hibridismo foi o que nos interessou desde o início: como equilibrar o suspense com o riso, o medo com o espanto. Trabalhamos isso desde a sala de ensaio, explorando com os atores o tom certo para contar a história. O caminho foi através de um diagrama entre tensão e relaxamento. O filme nunca quis ser apenas um thriller; ou enfatizar apenas o aspecto farsesco do evento. Sempre o imaginei como uma aventura, onde tudo pode acontecer: situações tensas, cômicas, dramáticas, trágicas, até leves. Essa mistura se reflete no visual, na montagem e no desenho de som.

Que personagens monopolizam a situação?

O roteiro se concentra principalmente em duas figuras centrais: o negociador, o jornalista Paulo Ubiratan, improvisado nessa função pela urgência do momento, e o líder dos assaltantes, conhecido como Moreno. Ambos, hoje mortos, estão na narrativa no mesmo limbo que todos viviam na época, mas vêm de realidades profundamente distintas. Ao longo da narrativa, cada personagem passa por um processo de tomada de consciência. Surpreendentemente, percebem que, apesar das diferenças, têm mais em comum do que imaginavam. A trama explora essas convergências e tensões, atentando ainda para o reflexo coletivo de uma sociedade marcada pelo caos, pela desigualdade e pelas contradições. O foco não é apenas quem domina a ação, mas como essas vidas se entrelaçam, como os conflitos e paralelos humanos emergem mesmo em situações extremas. É um olhar sobre a humanidade de cada um, onde o drama se constrói a partir da empatia e da complexidade moral.

O que é menos difícil em cinema: comandar as cenas de ação ou as de violência?

No set, tudo exige a mesma atenção. Não existe hierarquia entre filmar isso ou aquilo, ambas dependem do mesmo estado de presença absoluta. O instante é tudo: estar atento, preparado, encontrar o ritmo certo de cada movimento e de cada reação. Dirigir é justamente isso: dar o melhor em cada situação, seja para construir uma explosão ou um silêncio carregado de drama. O que muda é a energia: algumas cenas pedem precisão coreográfica; outras pedem verdade emocional. Mas, no fundo, o desafio é o mesmo, fazer com que cada plano tenha sentido, que o público sinta a cena e não apenas a veja.

Há um gosto especial em estar, justo agora, no Festival de Brasília?

Estar no Festival de Brasília tem um gosto especial, especialmente por ter me formado aqui. É poder revisitar o Brasil passado a limpo, refletir sobre memórias coletivas e perceber o quanto evoluímos e o quanto ainda há a conquistar, enquanto reafirmamos o lugar do cinema na cidade e na história do país. Brasília foi e continua sendo um território simbólico para todo brasileiro, e estar aqui é reafirmar que nossas histórias têm lugar, voz e eco.



E agora, o que acontece com Bolsonaro?

Maria Eduarda Lavocat

Jair Bolsonaro se tornou o primeiro ex-presidente do país a ser condenado por tentativa de golpe de Estado, recebendo pena de 27 anos e três meses de prisão em regime fechado, fixada pela 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF).

O ex-presidente permanece em casa, cumprindo prisão domiciliar, determinada em 4 de agosto após descumprimento de medidas cautelares impostas pelo ministro Alexandre de Moraes. Isso ocorre porque o cumprimento da pena não é imediato: os réus ainda podem recorrer da decisão e tentar reverter a condenação.

De acordo com Guilherme Augusto Mota, advogado criminalista e sócio do escritório Guilherme Mota Advogados, em ações penais originárias a execução da pena só se inicia após o trânsito em julgado do acórdão condenatório, ou seja, quando não há mais recursos pendentes. Assim, medidas cautelares de outros processos, como a prisão domiciliar, correm em paralelo e não se confundem com a execução da pena fixada na Ação Penal 2668. “A cautelar de outro processo não antecipa o cumprimento da nova condenação”, afirma.

Com o fim do julgamento, o STF tem até 60 dias para publicar o acórdão, documento que reúne os votos dos ministros. A partir dessa publicação, as defesas terão cinco dias para apresentar embargos de declaração, recurso destinado a esclarecer omissões ou contradições no texto final e, excepcionalmente, ajustar a dosimetria da pena. A expectativa é de que esse recurso seja analisado pela própria 1ª Turma entre novembro e dezembro.

Segundo o advogado, também seriam cabíveis embargos infringentes quando a decisão da Turma não é unânime. Nesse caso, o recurso levaria o processo ao plenário apenas no ponto em que houve divergência.

Entretanto, para que isso ocorra, seria necessário pelo menos dois votos pela absolvição, ou seja, placar mínimo de três a dois. Somente assim seria possível interpor embargos infringentes contra a decisão. “Esse filtro é conhecido, de forma didática,



O ex-presidente foi condenado a 27 anos e três meses de prisão em julgamento da tentativa de golpe e tem chances de cumprir pena em casa

como a ‘teoria do voto de mérito qualificado’: só vai ao Plenário aquilo que realmente pode levar a uma revisão da condenação”, explica Mota.

Como houve apenas um voto pela absolvição, os embargos infringentes não deverão ser admitidos, por faltar a divergência qualificada. A defesa pode até apresentá-los para resguardar a tese, mas na prática, o foco recursal tende a se concentrar nos embargos de declaração, que ainda podem corrigir a dosimetria ou esclarecer trechos do acórdão.

Após o trânsito em julgado no próprio STF, caso todos os recursos sejam rejeitados, o Supremo determinará a execução imediata da pena até dezembro deste ano, conforme previsão do Tribunal.

Regime da pena

Segundo Mota, a regra é o cumprimento em regime inicial fechado, com recolhimento em unidade prisional. Exceções, como a prisão domiciliar humanitária, só podem ser concedidas diante de quadro clínico devidamente comprovado e mediante decisão

específica do juízo da execução.

No caso de Bolsonaro, que carrega uma bolsa de colostomia graças a facada recebida durante sua campanha eleitoral de 2018, sua condição de saúde poderia alterar a forma de cumprimento, mas não o regime fixado. Havendo laudos médicos consistentes, o juiz da execução pode determinar adaptações, como transferência para unidade com estrutura hospitalar, hospital de custódia ou, em situações extremas, prisão domiciliar humanitária, sempre condicionada à comprovação técnica e à fiscalização judicial.

Um paralelo pode ser feito com o ex-presidente Fernando Collor, preso em abril deste ano por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Ele iniciou o cumprimento em presídio comum, mas dias depois obteve prisão domiciliar em razão de fatores médicos e etários.

“O precedente não garante a mesma solução em outros casos, mas indica o procedimento: avaliação médica, pedido fundamentado e decisão do relator. O caso Collor serve, portanto, como referência processual, não como promessa de resultado idêntico”, ressalta o advogado.

Três perguntas para

GUILHERME AUGUSTO MOTA

Ainda é possível reduzir a pena?

Sim. Os embargos de declaração podem ajustar a dosimetria, desde que haja ponto objetivo a corrigir. Se a pena for reduzida, refazem-se o regime inicial, os marcos de progressão, a pena de multa e o prazo prescricional. A execução acompanha automaticamente o novo título. No entanto, segundo Mota, considerando a maioria formada na 1ª Turma, a probabilidade de alteração é bastante reduzida.

Há risco de prescrição ou outros entraves?

A prescrição, após a condenação, é calculada de acordo com a pena aplicada e sofre interrupções a cada acórdão condenatório. Com pena elevada e sucessivas interrupções, a prescrição a curto prazo é improvável. Outros entraves, como alegações de nulidade ou incompetência, podem ser levantados, mas em regra, não impedem a execução após o trânsito em julgado: são enfrentados em incidentes próprios.

A anistia poderia impedir o cumprimento da pena?

A anistia é ato político-legislativo, tradicionalmente utilizado em contextos de transição, como em 1945 (pós-Estado Novo) e em 1979 (abertura do regime militar). Em 2010, o STF manteve a interpretação ampla da anistia de 1979 para crimes políticos e conexos, em cenário excepcional de reconciliação institucional. O contexto atual é distinto: discute-se perdão para crimes contra a ordem democrática, após julgamentos extensos e colegiados. A tendência majoritária no debate jurídico, e em manifestações públicas de ministros, é de que uma anistia ampla, geral e irrestrita para esses fatos seria inconstitucional, sujeita a veto e a controle judicial imediato. Mesmo uma formulação mais restrita enfrentaria alto risco de judicialização por desvio de finalidade, violação da separação de Poderes e afronta à coerência do sistema penal. Em termos práticos: é possível propor, mas incerta a aprovação (sobretudo de forma ampla e irrestrita), é altamente provável o controle de constitucionalidade.

Vale a pena delatar? O impacto da colaboração premiada de Mauro Cid

Maria Eduarda Lavocat

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou, na última quinta-feira, o núcleo central da Ação Penal (AP) 2668 pela tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022. Ao definir a dosimetria, o colegiado aplicou penas altas a todos os réus, com exceção de Mauro Cid, que recebeu sanção significativamente mais branda em razão do reconhecimento de seu acordo de colaboração premiada, sendo condenado à pena alternativa de prisão inferior a dois anos em regime aberto.

Na mesma decisão, o ministro Alexandre de Moraes determinou a restituição dos bens apreendidos de Mauro Cid, estendendo os benefícios ao pai, à esposa e à filha mais velha do colaborador, além de determinar à Polícia Federal a adoção de medidas para garantir a segurança dele e de seus familiares. “O Estado não pode, após receber a colaboração, abandonar o colaborador”, justificou o ministro. Assim, foram reconhecidos todos os benefícios previstos no acordo.

Ao fixar a dosimetria, Moraes afastou a possibilidade de perdão judicial e reiterou que, conforme já decidido pela Corte, não cabe indulto presidencial, anistia do Congresso Nacional ou perdão judicial em crimes contra a democracia. Segundo o relator, embora os Três Poderes possam conceder diferentes espécies de clemência constitucional, tais instrumentos não podem ser utilizados para beneficiar tais crimes. “Obviamente, esses institutos não podem ser utilizados contra a Constituição, contra o Estado Democrático de Direito”, afirmou.

De acordo com o advogado criminalista Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, a delação premiada surgiu como um instrumento de defesa baseado em um requisito fundamental: a espontaneidade. “Ou seja, trata-se de uma decisão pessoal do acusado em colaborar com a Justiça. Não pode haver coação, pressão ou troca ilícita”, afirma.

No entanto, segundo Kakay, esse instituto acabou sendo desvirtuado na Operação Lava-Jato. “Houve um verdadeiro processo de ‘prostituição’ da delação, como reconheceu um subprocurador em audiência no STJ, ao admitir que as prisões preventivas prolongadas eram utilizadas para forçar os investigados a colaborar”, relata. De acordo com a Procuradoria-Geral da República (PGR), foram homologados 209 acordos de delação premiada no âmbito da Lava-Jato.

Mauenilson Freire



A advogada criminalista, mestre em direito e presidente da Abracrim-DE, Gabriela Benfica, explica que a colaboração premiada não é uma prova em si, mas um meio de obtenção de prova. As declarações do colaborador precisam ser corroboradas por outros elementos capazes de sustentar a condenação ou, mesmo, o oferecimento da denúncia. “Assim, o colaborador relata o que sabe e, a partir daí, as autoridades buscam os elementos capazes de comprovar ou elidir essa versão apresentada”, detalha.

Como funciona

Para que uma delação premiada seja considerada válida, a lei exige a voluntariedade da colaboração, ou seja, ela não pode resultar de coação. A voluntariedade, contudo, não significa necessariamente espontaneidade: o acordo pode partir da iniciativa do colaborador ou ser proposto pelas autoridades de persecução penal, desde que a adesão seja livre e consciente.

Além disso, é indispensável que o agente esteja assistido por advogado, renuncie ao

direito ao silêncio e narre integralmente os fatos ilícitos de que participou, desde que relacionados à investigação, comprometendo-se a dizer a verdade e não omitir informações relevantes.

A colaboração só terá validade se for efetiva, isto é, se dela resultar pelo menos um dos seguintes objetivos:

I - identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações por eles praticadas;

II - revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa;

III - prevenção de novas infrações penais decorrentes das atividades criminosas;

IV - recuperação total ou parcial do produto ou proveito das infrações;

V - localização de eventual vítima, com garantia da preservação de sua integridade física.

De acordo com Kakay, o Ministério Público não pode oferecer a delação como forma de coação. Contudo, ele afirma que, na Lava-Jato, isso se tornou prática recorrente. “Sob a coordenação do então juiz Sergio Moro, em conluio com procuradores, prendia-se apenas para forçar a colaboração. Foi essa distorção que corroe a credibilidade da delação premiada e marcou profundamente o desgaste da própria Operação Lava-Jato”, declara o advogado.

“Cito um exemplo: quando atuei como advogado de Alberto Youssef. O MP procurou Youssef na cadeia e afirmou que ele teria de delatar, sob ameaça de intensificar as investigações contra ele e contra sua família. Esse tipo de conduta não pode existir”, compartilha Kakay.

Gabriela Benfica explica que, independentemente de ser proposta pelas autoridades persecutórias ou pela defesa do colaborador, a colaboração é formalizada por meio de um termo de colaboração e de confidencialidade, de natureza contratual. Nesse instrumento, as partes podem negociar os benefícios a serem



Os condenados: almirante Almir Garnier, 24 anos de prisão; ex-ministro da Justiça Anderson Torres, 24 anos de prisão; general Paulo Sérgio, 19 anos de prisão; Alexandre Ramagem, 16 anos de prisão; general Augusto Heleno, 21 anos de prisão; general Walter Braga Netto, 26 anos e seis meses de prisão; tenente-coronel Mauro Cid, dois anos em regime aberto e o ex-presidente Bolsonaro, 27 anos e três meses de prisão.

concedidos em razão da colaboração.

Nos termos do art. 4º da Lei nº 12.850/2013, ao firmar um acordo de colaboração premiada, o juiz poderá, a requerimento das partes, conceder perdão judicial, reduzir a pena privativa de liberdade em até dois terços ou substituí-la por restritiva de direitos, desde que o colaborador tenha contribuído de forma efetiva e voluntária para a investigação e o processo criminal.

Além disso, o Ministério Público poderá deixar de oferecer denúncia se a proposta de colaboração disser respeito à infração cuja existência ainda não fosse de seu conhecimento, desde que o colaborador não seja o líder da organização criminosa e seja o primeiro a prestar colaboração efetiva nos termos da lei.

Kakay avalia que os tribunais têm conduzido de forma razoável a delimitação do uso da delação premiada e que a própria jurisprudência acabou por restringir significativamente o instituto. Ele destaca ainda que a colaboração premiada altera radicalmente a estratégia processual, já que o colaborador

passa a atuar quase como um assistente de acusação.

A advogada Gabriela Benfica complementa: “Na colaboração, a função da defesa limita-se a negociar um bom benefício e a fiscalizar o cumprimento do acordo, pois há confissão e renúncia ao direito de presunção de inocência e ao silêncio.”

Ela ressalta que esse modelo se distancia por completo da defesa criminal tradicional, cujo objetivo é assegurar a presunção de inocência, a ampla defesa, o devido processo legal, a paridade de armas e todas as demais garantias constitucionais, visando à absolvição ou, ao menos, a uma pena justa.

Valeu a pena delatar?

No caso do tenente-coronel Mauro Cid, seu acordo de colaboração premiada foi alvo de intensos questionamentos durante as sustentações orais das defesas dos sete réus. Os advogados alegaram que o militar teria sido coagido a depor, além de o classificarem como “mentiroso” e “irresponsável”. O advogado José Luiz Mendes de Oliveira

Lima chegou a afirmar que Cid teria apresentado “15 versões diferentes” sobre os fatos investigados.

Gabriela Benfica explica que as críticas se concentraram na suposta coação, diante da postura do relator durante a audiência, quando advertiu severamente o colaborador de que poderia retornar à prisão, caso faltasse com a verdade. Ela também destaca episódios em que o ministro apontou contradições e omissões, frisando que documentos como celulares, mensagens e laudos periciais revelaram inconsistências no conteúdo da colaboração.

Em seu voto, o ministro Alexandre de Moraes afastou a tese de coação, reforçando a voluntariedade da colaboração e observando que as defesas confundiram os oito primeiros depoimentos com oito delações distintas e contraditórias. “Beira a litigância de má-fé dizer que os oito primeiros depoimentos foram oito delações contraditórias.

Ou não leram os autos, ou beira o total desconhecimento dos autos”, criticou o ministro. No mesmo sentido, os ministros Flávio Dino, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin também votaram pela manutenção da validade do acordo.

Para o advogado Kakay, esse é um exemplo de delação premiada bem-sucedida. Apesar de ter sido duramente atacado pelas defesas cujos clientes foram citados, o acordo foi validado pelo Supremo e demonstrou eficácia. “Cid, inclusive, já teria direito a pleitear a liberdade, uma vez que permaneceu preso por período superior ao previsto em seu acordo”, afirma.

Segundo o jurista, esse caso representa um incentivo à consolidação do instituto da colaboração premiada, conduzido desta vez, ao que tudo indica, dentro da legalidade, com ampla discussão e respeito ao direito de defesa. “Apesar das críticas, o Supremo manteve a validade integral do acordo, reforçando sua legitimidade”, conclui.

Data Venia



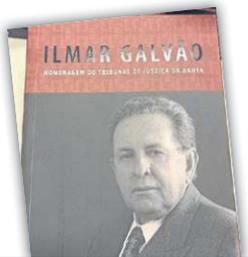
Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Reprodução/ Instagram



Inspiração

Contratado para emitir um parecer nas alegações finais da defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro no processo sobre a trama golpista, Gustavo Badaró, professor titular de direito processual penal da USP, foi citado várias vezes pelo ministro Luiz Fux, único voto a favor da absolvição de Bolsonaro. É de Badaró a tese de nulidade da denúncia por violação ao procedimento de ampla defesa. O professor sustentou dois pontos: o grande volume de provas impossibilitou o acesso a todas a documentação ainda no curto espaço de tempo disponível para o trabalho dos advogados.



Homenagem

O Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) homenageou, na última quarta-feira, o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Ilmar Galvão com o lançamento de sua biografia. A obra, produzida pela intuição em parceria com a editora Pé de Pitanga e com posfácio assinado pelo desembargador Livaldo Reaiche, resgata a trajetória do jurista baiano, natural de Jaguaquara, que, vindo de origem humilde, alcançou o cargo de ministro do STF em 1992, aposentando-se em 2003 como vice-presidente da Corte. A cerimônia contou com a presença da presidente do Tribunal, desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, além de familiares de Ilmar Galvão e outras autoridades.

Justiça suspende “bolsa-celular” do Tribunal de Contas do DF

A 7ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal suspendeu, a pedido do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), uma resolução que estabelece uma verba extra nos contracheques mensais de conselheiros, procuradores e altos

funcionários do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) para que adquiram sem licitação, em nome próprio dispositivos de comunicação, como tablets, modems, roteadores, notebooks e aparelhos de telefonia celular. Para indenizá-los pela aquisição desses dispositivos e serviços de telecomunicação, o TCDF paga aos conselheiros R\$ 1.388,58. O presidente e o vice recebem 20% a mais e servidores ficam com um percentual do valor base. O custo anual do TCDF soma cerca de R\$ 596 mil, segundo apontaram promotores de Justiça da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social em ação civil pública ajuizada em 12 de setembro.



Mais de um século de história

O advogado Francisco Ferreira de Castro, primeiro presidente da OAB/DF, morreu no último dia 15, aos 102 anos. Ele exerceu o cargo entre 1967 e 1969. O jurista foi presidente e fundador do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB) e procurador do DF, onde se aposentou. No governo de João Goulart, foi assessor para assuntos jurídicos da Presidência da República e um dos fundadores do PTB em Brasília. Também foi professor da Universidade de Brasília (UnB) e jornalista. No bolo da festa de 100 anos, havia registros de suas paixões: a OAB-DF, a UnB, a Procuradoria-geral do DF, a Novacap, o Piau, batata frita e hambúrguer.



Reprodução/ site Câmara dos Deputados

Convidados para o debate sobre pejetização

Cinco especialistas foram convidados para participar da audiência pública que vai debater pejetização no Supremo Tribunal Federal (STF), marcada para ocorrer em 6 de outubro. São eles: o economista e contabilista José Roberto Rodrigues Afonso, o ex-secretário de Fazenda e Planejamento do governo do Estado de São Paulo Felipe Scudeler Salto, Otávio Calvet, o sociólogo José Pastore, referência em pesquisa trabalhistas, e o advogado Estêvão Mallet, professor de direito do trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). O processo tramita sob a relatoria do ministro Gilmar Mendes.



Rosinei Coutinho/STF

Seguros em destaque

A Revista *Justiça & Cidadania* promove, em 9 de outubro, a oitava edição do Seminário Jurídico de Seguros, em parceria com a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg). O seminário será realizado na sede da Escola da Magistratura Federal da 1ª Região, em Brasília e debaterá os desafios e as perspectivas para o desenvolvimento do setor, tendo como tema central o novo Marco Legal dos Seguros (Lei nº 15.040/2024), que entrará em vigor no dia 11 de dezembro de 2025, após 20 anos de discussões no Congresso Nacional. A nova lei representa um marco ao criar um microsistema jurídico do contrato de seguro, que até então era regido por um capítulo específico no Código Civil. A coordenação acadêmica do seminário será do vice-presidente do STJ, ministro Luis Felipe Salomão (foto). Entre os palestrantes confirmados também estão os ministros do Superior Tribunal de Justiça João Otávio de Noronha, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi, Ricardo Villas Bôas Cueva, Gurgel de Faria e Paulo Sérgio Domingues; o presidente da CNseg, Dyogo de Oliveira; entre outras autoridades e especialistas do setor.



Divulgação

“Quem faz democracia é o povo, é o cidadão, é a cidadã, é cada um de nós, é todos nós juntos. Não há democracia sem povo participando, sem povo atuando e sabendo que seja qual for a história brasileira que nós tenhamos tido até aqui. Quem produz a história do povo é o próprio povo”

Ministra Cármen Lúcia do STF



Gustavo Moreno/SCO/STF

Visão do Direito



Sérgio Bruno Cabral Fernandes

Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)

O Juiz fora do contexto

Cinco amigos saem do cinema impactados com um filme de terror. Um deles, porém, destoava e não conseguia compreender o espanto dos demais. Ele até viu monstros na tela, “mas eram criaturas amistosas”, disse. O filme era *Alien*, porém, o amigo dissonante parecia ter assistido a *Monstros S/A*, animação da Disney. Ou seja, todos viram monstros, mas para um dos amigos os monstros eram fofinhos. Mesmas imagens, porém, perspectivas completamente divergentes.

Por que isso acontece?

A resposta está numa característica essencial da nossa espécie. Nosso dom de ler nas entrelinhas, suprir lacunas, captar nuances, lidar com ambiguidades e conciliar situações contraditórias. Essas habilidades, desenvolvidas ao longo de milhões de anos, permitiram-nos escapar das amarras do pensamento linear e simplista.

Vivemos em tempos de alta velocidade e excessos. Manter a clareza de pensamento nunca foi tão relevante. O raciocínio analítico, que separa um problema em partes menores a fim de facilitar sua compreensão, é extremamente útil. No entanto, o talento humano de enxergar o todo, fazer deduções e inferências é o atributo determinante para solucionar problemas complexos.

Tarefas que são difíceis para seres humanos costumam ser fáceis para computadores. Por outro lado, tarefas que são fáceis para nós, tendem a ser difíceis para as máquinas. Essa constatação foi feita por estudiosos da inteligência artificial (IA) na década de 80 e é conhecida como o Paradoxo de Moravec. É fácil treinar computadores para fazer coisas que normalmente são difíceis para seres humanos — como calcular grandes números ou jogar xadrez — porém é difícil treinar máquinas para fazerem coisas que são banais para nós, como compreender ironias e metáforas. A maioria dessas habilidades está relacionada à capacidade de estabelecer relações entre as coisas e, assim, colocá-las em contexto. A lógica das máquinas, por outro lado, vai na direção oposta. Elas dividem a realidade em fragmentos na tentativa de interpretá-la.

Essa diferença tem grande impacto na solução de problemas complexos. Imagine, por exemplo, um Juiz que precisa decidir se alguém é culpado ou inocente. Há crimes que, por sua natureza, dificilmente deixam “um corpo estendido no chão”, isto é, provas diretas e materiais, como imagens ou testemunhas. Nesses crimes, a prova não está nas peças isoladas, mas sim, no conjunto coerente que elas formam. E essa coerência não é obtida pela qualidade desta ou

daquela peça, mas sim, pelo modo como se relacionam. O raciocínio puramente analítico, típico das máquinas, não tem muita serventia aqui. Afinal, quantos fragmentos da realidade (provas) são necessários para condenar ou absolver alguém?

Não há uma definição exata ou uma resposta objetiva para essa pergunta. A solução não está num número cabalístico ou em determinada categoria de prova, mas sim, no contexto. Não se trata de procurar uma peça específica, mas de compreender como se encaixam para formar a imagem completa. Humanos, em regra, são adaptados para desempenhar bem essa tarefa. Mas nem todos fazem uso desse talento.

Um Juiz Ex Machina, isto é, que abra mão da sua aptidão de “ligar os pontos” e tome suas decisões nos moldes dos computadores, espera encontrar a resposta numa prova específica, que resolva facilmente o enigma. É como se ele pegasse cada peça do quebra-cabeça, a levasse aos olhos e depois devolvesse sem encaixá-la nas demais peças.

Em outras palavras, esse juiz cria para si uma espécie de algoritmo mental simplista nos seguintes moldes: havendo flagrante, gravação, confissão ou testemunha condenação. Caso contrário absolvição.

Assim agindo, o juiz Ex Machina tende a ficar cego para o contexto e, por vezes,

acaba desconsiderando a própria convicção, quando essa não se enquadra no algoritmo mental que eleger para tomar decisões. Reduzir a decisão de um caso complexo à mera aplicação de um algoritmo, contrariando o próprio convencimento, aproximaria-nos das máquinas no que elas fazem de pior.

O convencimento do juiz humano, portanto, não vem da análise individual de cada prova, mas sim, da imagem que surge quando essas provas são conectadas umas às outras. Esse produto que emerge do todo é algo diferente do resultado obtido da mera adição das partes. Um filme, por exemplo, não é um acúmulo de fotografias estáticas. É algo diferente. Do mesmo modo, a convicção do juiz humano não resulta de uma prova específica, mas sim de um enredo que só pode ser compreendido quando visto no seu contexto dinâmico.

Mais uma vez, contexto é tudo. É ele quem cria significado para as coisas. Especialmente em casos complexos, em que as interconexões produzem informações não existentes em cada peça isolada. A cor verde só emerge quando amarelo e azul interagem. Provas e indícios conectados por um mesmo contexto ganham outro colorido.

Por sua vez, monstros apartados do enredo do filme, vistos de modo estático na prateleira, de fato não passam de inofensivos bichinhos de pelúcia.

Visão do Direito



Fernando Zarif

Sócio do Zarif Advogados, escritório especializado em relações do trabalho

Nova lei humaniza o luto materno no Brasil

Ainda apresentar lacunas no amparo às mães que enfrentam a perda de um filho durante a gestação ou logo após o nascimento, alguns direitos já estão assegurados, e novas medidas vêm sendo incorporadas para humanizar esse momento delicado.

Atualmente, três situações contam com proteção legal. A primeira é o óbito neonatal, quando o bebê nasce com vida, mas vem a falecer logo após o parto. Nesse caso, a mãe tem direito à licença-maternidade de 120 dias e ao salário-maternidade garantido pela

Previdência Social. O fundamento jurídico está no fato de o bebê nascer com vida, ainda que por pouco tempo, o que torna o direito inquestionável.

Já nos casos de natimortos — quando o bebê nasce sem vida — a legislação previdenciária também assegura os mesmos direitos: licença de 120 dias e salário-maternidade. A previsão está no artigo 358 da Instrução Normativa Pres/INSS nº 128, que equipara a situação ao nascimento com vida em termos de proteção previdenciária.

A terceira hipótese envolve o aborto não criminoso, incluindo o espontâneo. Nesses

casos, comprovados por atestado médico, a mãe tem direito a 14 dias de afastamento remunerado, conforme determina o artigo 395 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Mais recentemente, um avanço legislativo trouxe novas perspectivas. Promulgada em 2025, a Lei nº 15.139, que entrou em vigor em agosto, instituiu a Política de Humanização do Luto Materno e Parental. Embora não altere os prazos da licença ou do salário-maternidade, a norma estabelece medidas de acolhimento e suporte às famílias. Entre os principais pontos estão: acompanhamento psicológico, acomodação separada para mães em luto, direito a acompanhante no

parto de natimorto, espaço para despedida, coleta de lembranças, assistência social nos trâmites legais e liberdade para os pais decidirem sobre o sepultamento ou cremação.

Outro aspecto relevante da nova lei é o reconhecimento da identidade do bebê natimorto, ao permitir que os pais atribuam nome à criança, seguindo as mesmas regras do registro de nascimento.

Por fim, é bom lembrar que, embora ainda faltem avanços para ampliar a proteção previdenciária, a lei representa um passo importante ao garantir mais dignidade, respeito e acolhimento no processo de luto das famílias.



Visão do Direito



Luis Carlos Alcoforado
Advogado

Sigilo e o segredo: entre a República e a sombra

No âmago do Estado Democrático de Direito, reside o princípio da publicidade, como meio constitucional de assegurar o exercício do direito fundamental de acesso à informação. O princípio da publicidade está expressamente previsto na Constituição da República, como instrumento de fortalecimento da transparência dos fatos e atos que ocorrem no âmbito dos Poderes da República. Assegura-se, por conseguinte, o direito de acesso à informação, ressalvada a hipótese em que o sigilo se mostre imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

A publicidade é a regra; o sigilo, a exceção. A imposição de sigilo a documentos públicos constitui questão jurídica que busca equilibrar o princípio da publicidade — pilar do Estado Democrático de Direito — e a proteção de interesses públicos ou privados que justifiquem a restrição de acesso.

A Lei de Acesso à Informação (LAI), em seu art. 23, enumera taxativamente as situações que autorizam a classificação de sigilo, todas vinculadas à proteção de interesses públicos superiores, entre as quais se destacam: a) risco à defesa e soberania nacional ou à integridade territorial; b) prejuízo a negociações internacionais ou a informações sigilosas fornecidas por outros Estados; c) ameaça à vida, segurança ou saúde da população; d) risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do país; e) comprometimento de operações estratégicas das Forças Armadas; f) perigo à segurança de instituições ou altas autoridades e seus

familiares; g) prejuízo a atividades de inteligência, investigação ou fiscalização.

Exige-se motivação para a imposição do sigilo, sob pena de nulidade, razão pela qual a autoridade competente carece de discricionariedade absoluta. A LAI estabelece três graus de sigilo, com prazos máximos inarredáveis (art. 24): a) ultrassecreto: 25 anos, renovável uma única vez por igual período (máximo de 50 anos); b) secreto: 15 anos, sem renovação; c) reservado: cinco anos, sem renovação.

As informações pessoais, por sua vez, gozam de sigilo por até 100 anos, salvo consentimento ou interesse público (art. 31). A classificação é atribuída a autoridades específicas, hierarquizadas (art. 27 da LAI): a) ultrassecreto: presidente da República, vice-presidente, ministros de Estado, comandantes das Forças Armadas e chefes de missões diplomáticas; b) secreto: as mesmas autoridades, acrescidas dos titulares de autarquias, fundações e empresas estatais; c) reservado: autoridades de direção, comando ou chefia, nível DAS 101.5 ou equivalente.

Admite-se delegação para as classificações ultrassecreta e secreta, vedada a subdelegação, com exigência de ratificação em certos casos. A reavaliação é obrigatória, de ofício ou por provocação, visando à desclassificação ou à redução do prazo (art. 29).

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI) pode rever classificações ultrassecretas ou secretas, prorrogando prazos em hipóteses excepcionais (art. 35).

O cidadão é legitimado a requerer a

desclassificação, sendo a negativa obrigatoriamente motivada, com possibilidade de recurso. É certo que o sigilo e o segredo constituem escolhas desalinhadas com o princípio nuclear da publicidade, imperativo no Estado Democrático de Direito.

Submeter atos e fatos à escuridão de desideratos nebulosos significa sacrificar o direito à informação assegurado à cidadania. A regra constitucional exige a publicidade, que somente pode ser afastada em situações especialíssimas, particularizadas pela necessidade imperativa de o Estado custodiar determinado fato. Trata-se do verdadeiro segredo de Estado, que não se confunde com interesse do governo ou do governante.

Noutra dicção: a imposição do sigilo se justifica, excepcionalmente, para proteger o Estado — jamais para atender a conveniências pessoais ou políticas de governantes. Ocorre, contudo, que há recorrentes abusos e desvios de finalidade na decretação do sigilo de documentos e fatos públicos. Muitas vezes, invocam-se motivos para a imposição do sigilo sem fundamentos efetivamente de natureza pública. A fragilidade do modelo permite excessos de clara inconstitucionalidade.

O curioso é que, independentemente do verniz ideológico, políticos de diferentes matizes se refestelam na prática reiterada de impor sigilo, inclusive, em casos que dizem respeito apenas ao seu patrimônio moral, como forma de escudo contra a transparência da vida pública.

Na prática, há um verdadeiro alheamento das instituições nacionais quanto à

imposição de sigilos, que se estabelecem sem consistência, sem critérios e sem demonstração de interesse público inconfundível — típico de interesse de Estado. O sigilo deve se vincular apenas ao interesse do Estado, com prazo determinado, e jamais servir de biombo para interesses pessoais.

Outro problema recorrente é o tempo de duração do sigilo. Pelo excesso de prazo, muitas gerações são privadas do direito constitucional de acesso ao conhecimento sobre fatos encobertos, soterrando a transparência — requisito essencial dos atos administrativos.

Governantes costumam impor sigilo sobre atos que mais dizem respeito a seus interesses pessoais do que aos do Estado, como deveria ser.

O encobrimento da verdade e da realidade mostra-se absolutamente contrário ao interesse da sociedade, razão pela qual a restrição da publicidade exige parcimônia e critérios objetivos que efetivamente demonstrem risco à segurança do Estado.

Não basta a vontade do governante. É necessária a presença de condições e requisitos técnicos que justifiquem a excepcional quebra do princípio da publicidade.

O certo é que o sigilo, muitas vezes, não passa de forma disfarçada de censura, destinado a encobrir informações que deveriam ser públicas.

Jamais pode servir de cidadela para proteger a impunidade. A democracia não tolera sombras permanentes. A República exige luz — trata-se de exigência moral da vida pública. Sem luz, a liberdade se retrai.



Otávio Arantes

Advogado especialista em processo civil e direito de família e sócio-fundador do escritório Arantes de Mello advocacia

Consultório jurídico

Posso doar meu patrimônio em vida?

Essa é uma pergunta frequente nos escritórios de advocacia e a resposta está condicionada a certos requisitos, como a existência de filhos, se contemplará a integralidade dos bens, para quem será doado.

A doação é o ato de transferir o patrimônio, bens ou vantagens do doador para uma outra pessoa, de forma voluntária, sem

coação, com liberalidade e se consuma de acordo com a natureza do bem, por exemplo, se for veículo, através do ATPV ou DUT; se saldo bancário, coma transferência bancária; se imóvel, com a escritura pública de doação, e por aí vai...

No Brasil, sempre que houver a alteração da propriedade de um bem, quer seja por compra e venda, quer seja por doação ou herança, há a necessidade de ser recolhido e pago o ITCMD, que significa Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, destinado aos estados e Distrito Federal. Aqui no DF, é

regulado pela Lei nº 3.804, de 2006.

Quando o doador deseja destinar seu patrimônio a um terceiro, é proibido direcionar 100% dos seus bens, pois poderá impactar na sua subsistência, também não poderá doar 100% dos seus bens, se tiver filhos, porque são considerados herdeiros necessários e a doação impactará no recebimento da herança.

Existem casos que os pais desejam proteger financeiramente um único filho, doando seus bens somente para ele, seja porque foi ele quem cuidou dos pais na velhice, porque seja pessoa com

deficiência ou por qualquer outro motivo. Isso é comum e permitido, desde que a doação não ultrapasse 50% da totalidade dos bens do doador e sejam adotadas precauções para não configurar o adiantamento da legítima, em herança.

Situação mais rara e peculiar, porém real, é a possibilidade de ser anulada a doação feita por um cônjuge adúltero ao seu cúmplice, desde que questionada em até dois anos após a dissolução conjugal.

O tema doação tem vários desdobramentos e repercussões, por isso, orienta-se procurar um especialista.

Visão do Direito

Daiane Nogueira de Lira
Conselheira do CNJ e supervisora do Fonajus

Judicialização da saúde: um ano do julgamento do Tema 1234 do STF

Há um ano, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Tema 1234, estabelecendo critérios para a concessão judicial de medicamentos. A decisão marcou o equilíbrio entre o direito à saúde e a sustentabilidade do sistema público, culminando na Súmula Vinculante nº 60, de aplicação obrigatória em todo o Judiciário e administração pública.

O julgamento decorreu dos trabalhos da comissão especial, designada pelo ministro Gilmar Mendes, que resultou em três acordos interfederativos entre União, estados e municípios. Essa solução consensual é exemplo de governança judicial colaborativa, capaz de articular soluções dialógicas e efetivas.

Ao exigir evidência científica, deferência aos órgãos técnicos de saúde, impor limites de preço e repartir responsabilidades entre os entes federativos, o STF definiu novo paradigma para a judicialização da saúde. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus) assumiram papel estratégico, atuando na capacitação de magistrados e na articulação com gestores e profissionais de saúde, alinhando procedimentos e políticas públicas judiciárias.

Os efeitos já são perceptíveis. Entre janeiro e julho de 2025, foram protocolados 204.554 processos, uma queda de 6% em relação ao mesmo período de 2024. Destaca-se também a valorização da medicina baseada em evidências: a consulta obrigatória aos NatJus para medicamento não incorporados resultou no crescimento de 40% na emissão de notas técnicas, um dado que demonstra uma Justiça cada vez mais comprometida com critérios técnicos-científicos.

Outro avanço é a criação da plataforma nacional de medicamentos que reúne informações administrativas e judiciais, que permitirá melhor gestão, acompanhamento eficiente das ações e transparência para SUS, Judiciário e pacientes. Paralelamente, o CNJ, em parceria com o TJ-BA e o Hospital Albert

Einstein, desenvolve o e-NatJus 4.0, agora com integração do Hospital das Clínicas da USP e InovaHC, aplicando inteligência artificial generativa para consulta em tempo real a jurisprudência e evidências científicas.

Essas ferramentas serão integradas à PDPJ, conectando sistemas processuais de todos os tribunais, ampliando a troca de informações e facilitando o cumprimento do Tema 1234.

Os desafios permanecem. Persistem elevados índices de judicialização em situações que não deveriam depender do Judiciário, como fornecimento de medicamentos incorpora-

dos, consultas, cirurgias, internações, leitos de UTI, diálise, fraldas, cadeiras de rodas, curativos e outros insumos básicos. Segundo o painel do CNJ, mais de 40% das ações ajuizadas em 2025 referem-se a esse tipo de demanda. Nessas situações, muitas vezes

não resta aos cidadãos alternativa senão recorrer ao Judiciário para obter soluções para problemas que deveriam ser prevenidos por uma gestão mais eficiente da saúde pública.

Com sensibilidade a essa realidade, o Fonajus Itinerante percorre os estados, em parceria com comitês estaduais de saúde, estabelecendo estratégias conjuntas para fortalecer políticas judiciárias. Paralelamente, promove capacitação de magistrados, servidores e equipes dos NatJus, alinhando a atuação judicial e extrajudicial às balizas do STF. As itinerâncias evidenciam os impactos sociais da judicialização, suas urgências e dilemas, além de mostrar que os padrões de litigiosidade variam entre os estados, exigindo respostas personalizadas, tempestivas e coerentes com o perfil das demandas de saúde em cada território.

A judicialização da saúde no Brasil é estrutural e multifacetada. O balanço de um ano do Tema 1234 revela avanços importantes na segurança jurídica, igualdade de acesso à saúde e respeito à expertise técnica. Apesar de iniciais, os resultados apontam para um Judiciário mais preparado, capaz de conciliar direitos individuais e interesses coletivos, transformando a judicialização em instrumento qualificado de cidadania.

Segundo o painel do CNJ, mais de 40% das ações ajuizadas em 2025 referem-se a esse tipo de demanda. Nessas situações, muitas vezes não resta aos cidadãos alternativa senão recorrer ao Judiciário para obter soluções para problemas que deveriam ser prevenidos



Danilo Collavini

Sócio do Collavini Borges Molinari, com atuação na área de contencioso cível do escritório



Maria Fernanda

Advogada do Collavini Borges Molinari, com atuação na área de contencioso cível do escritório

Consultório jurídico

Existência de cláusula arbitral em contrato não impede execução na Justiça comum? Entenda o que decidiu o STJ

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em agosto de 2025, ao julgar o RESP nº 2.167.089/RJ, decidiu que a existência de cláusula compromissória em contrato não impede a cobrança de dívidas na Justiça comum. O caso analisado envolveu um restaurante que deixou de pagar uma

fornecedora e, após ser acionado judicialmente para quitar o débito, argumentou que a existência de cláusula compromissória prejudicaria o prosseguimento da execução no Poder Judiciário e assim a discussão deveria ocorrer no âmbito arbitral.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro acolheu tal argumentação, no entanto, o restaurante recorreu ao STJ que entendeu não ser razoável obrigar o credor a iniciar a arbitragem apenas para obter um título executivo já existente. Além disso, o STJ afirmou que somente o Poder Judiciário tem competência para promover a penhora e alienação forçada de bens do devedor.

Segundo a decisão, a arbitragem continua válida para analisar e julgar eventuais discussões sobre o contrato, como a existência, validade ou extinção da obrigação contratual, mas isso não impede que a Parte siga com a execução no Poder Judiciário. A suspensão do processo só pode acontecer se houver arbitragem efetivamente iniciada, tratando justamente de questões que afetam a validade do título executivo e se o devedor fizer pedido expresso ao juiz responsável pela execução, demonstrando a relação de prejudicialidade entre a controversia arbitral e a higidez desse título.

Dessa forma, a cláusula de arbitragem

não poderia ser suscitada para impedir a execução judicial de crédito previsto em contrato.

Na prática, o entendimento reforça a segurança jurídica dos credores e restringe manobras protelatórias de devedores, equilibrando a liberdade contratual das partes com a efetividade na cobrança de dívidas. A decisão ainda dialoga com precedentes recentes do próprio STJ, que vem consolidando o posicionamento de que a suspensão da execução não é automática e só deve ocorrer quando a arbitragem estiver de fato em curso e relacionada diretamente ao título discutido.

Visão do Direito



Lucas Paes Koch

Advogado e professor, doutorando e mestre em ciência jurídica, além de especialista em direito imobiliário e direito notarial e registral

Carbono Oculto e os paralelos da tokenização: entre a inovação e o colapso

Adenominada Operação Carbono Oculto revelou um esquema bilionário de lavagem de capitais, estruturado por meio de fintechs, fundos de investimento que atuavam como verdadeiros bancos paralelos, funcionando à margem do sistema regulado. O episódio evidenciou de forma incontestável que a transferência de funções próprias de instituições tradicionais para estruturas privadas destituídas de supervisão estatal não resulta em inovação genuína, mas sim, em fragilidade sistêmica.

Esse alerta incide diretamente sobre o debate em torno da tokenização imobiliária, anunciada como promessa de liquidez e democratização do investimento, mas que, se implementada sem regras claras e fiscalização efetiva, poderá acabar reproduzindo —em proporções potencialmente devastadoras— os riscos já expostos pelas fintechs, desestabilizando assim o próprio sistema financeiro nacional. O que se apresenta como avanço tecnológico pode, na ausência de freios institucionais, converter-se em vulnerabilidade estrutural, atingindo um dos pilares da ordem econômica e da sociedade: a propriedade.

Esse quadro não constitui fato isolado, mas sim, prenúncio de turbulências futuras, caso a tokenização imobiliária seja introduzida de maneira desregulada. A retórica da chamada

“desintermediação” tecnológica revela-se não apenas ingênua, mas também perigosa, pois ameaça dissolver os pilares de confiança que sustentam a circulação de riquezas e a proteção jurídica dos indivíduos, abrindo um espaço amplo e fértil para práticas típicas de mercados paralelos informais, fora do radar das autoridades, fomentando a lavagem de dinheiro, a sonegação fiscal e as fraudes envolvendo a propriedade.

O Cofeci, com uma preocupação legítima, mas apressada, de oferecer diretrizes para a escalada das transações imobiliárias digitais, buscou responder à pressão por segurança e previsibilidade, por meio da Resolução Cofeci nº 1.551/2025. No entanto, ao adotar essa postura, acabou por ultrapassar os limites de sua competência normativa, projetando efeitos regulatórios sobre matérias que, pela ordem jurídica brasileira, dependem de disciplina em lei federal e da atuação institucional do Congresso Nacional e do Conselho Nacional de Justiça — CNJ.

No campo específico da tokenização de ativos imobiliários, o conjunto de regras ainda envolve, a depender do modelo adotado, a atuação coordenada de diversos atores do mercado financeiro — Comissão de Valores Mobiliários, Conselho Monetário Nacional e Banco Central — responsáveis pela disciplina do mercado de capitais e da intermediação financeira.

O Provimento nº 43/2025 da Corregedoria-Geral do Foro Extrajudicial do TJSC reafirmou essa lógica institucional ao proibir de forma expressa a prática de atos relacionados a tokens nos cartórios de Santa Catarina. Mais que uma orientação administrativa, é uma norma voltada a resguardar a ordem jurídica, ao reiterar que a matrícula não pode ser usada para conferir aparência de legitimidade a ativos digitais sem base legal.

Nesse contexto, a decisão da Corte catarinense mostrou-se de rara precisão, sobretudo à luz do caso das fintechs. Ao impedir a vinculação da matrícula a tokens digitais, deixou claro que a transparência e eficácia do registro da propriedade não pode legitimar experimentos à margem do conjunto de leis e que uma tokenização desregulada representa risco concreto, capaz de gerar bolhas especulativas e, até mesmo, uma crise financeira nacional, operando, portanto, exatamente no sentido inverso ao pretendido.

A ilusão de que a tokenização, por si só, poderia substituir o papel central do registro de imóveis desconsidera que o direito de propriedade é uma criação jurídica baseada em leis, dependente do reconhecimento do Estado e das instituições. O registro não apenas garante a publicidade e a segurança das transações, mas também exerce funções sociais indispensáveis: — fiscaliza o recolhimento de tributos, previne a lavagem de dinheiro, combate fraudes, assegura

a independência e a estabilidade do sistema jurídico e ainda contribui para a tutela ambiental.

Nesse sentido, o Banco Central reforçou recentemente essa percepção ao anunciar que a próxima fase do Drex seguirá sem incorporar o blockchain, diante de limitações práticas relacionadas à privacidade e à interoperabilidade. A decisão frustrou parte do mercado, que via nessa tecnologia uma solução universal. A mensagem, no entanto, é clara: inovação tecnológica só se sustenta quando firmemente ancorada em regras sólidas e em uma estrutura de fiscalização confiável.

A tokenização, sem dúvida, tem espaço no cenário jurídico nacional, sobretudo como instrumento de inovação financeira e como mecanismo de ampliação do acesso a investimentos imobiliários. Todavia, deve ser compreendida como tecnologia complementar e não substitutiva.

Longe de se configurar como uma ruptura absoluta, a tokenização de ativos ligados à propriedade somente alcançará maturidade e confiabilidade quando dialogar com o sistema registral. Seu surgimento no Brasil, portanto, deve ser interpretado não apenas como sinal de modernidade, mas também como um convite à prudência. Se a tecnologia pode — e deve — ser instrumento de progresso, é a força das instituições que lhe dará segurança e validade.

Visão do Direito



João Amadeus

Advogado especialista em direito tributário do Martorelli Advogados

Compensações tributárias e a Quimera Fiscal

Recentemente, a Receita Federal do Brasil, em conjunto com a Polícia Federal, deflagrou uma nova operação para combater sonegação e lavagem de dinheiro relativas à recuperação de créditos tributários. A Operação “Quimera Fiscal” é uma continuação da Operação “Ornitórrinco”, e o esforço das autoridades é de combater a falsas consultorias que usavam direito creditório indevido para quitar tributos, com efeitos imediatos por meio de compensações fraudulentas. Trata-se de uma modalidade grave de sonegação fiscal, entre

outros crimes cometidos.

A compensação em si não é novidade no direito tributário brasileiro, e sua prática hoje gravita em torno do Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), ou simplesmente a mais conhecida “DCOMP”, regulada sobretudo pela Lei nº 9.430 de 1996 e suas alterações.

O que as duas operações fiscais-policiais evidenciam são os sintomas de uma doença que acomete o sistema de declarações de compensações, qual seja, a existência de agentes nocivos

que insistem em violentar as regras do jogo.

Por isso é necessário que os contribuintes que se pautam por práticas corretas sejam contundentes em repelir qualquer abordagem que pareça desprezar os pilares fundamentais das compensações legítimas, os quais, em resumo, são quatro no nível mais elementar: 1) o crédito deve ser líquido e certo, devendo existir de fato; 2) o débito a ser extinto com a compensação tem que ser próprio, de titularidade do contribuinte; 3) os tributos são da mesma esfera, isto é, federal com federal no que importa nessa análise,

mas também há previsões de compensações estadual-estadual e municipal-municipal; e 4) trânsito em julgado para créditos judiciais, por imposição legal.

Do ponto de vista dos operadores do microsistema de compensações, inclusive, para a preservação do instituto, deve-se ter em mente que nenhuma proposta comercial, por mais agressiva e ousada que seja, pode vir na frente da segurança jurídica necessária à compensação tributária, que, apesar de ser orientada por consultor ou advogado, é, ao fim, do contribuinte.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 18 de setembro de 2025

Para anunciar ▶ 3342-1000

1 IMÓVEIS
COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS
ALUGUEL

3 VEÍCULOS
4 CASA
& SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS
& OPORTUNIDADES

6 TRABALHO
& FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS


VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços c/ relatos, fazemos inventários, despachante, departamento jurídico. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
OCEANIA RESIDENCE Apto 2 qtos 11 ste 2vgs 62.75m2 varanda 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE Res Natalia Valois 3 qtos 1 suite 1 vaga 70m2 armários 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui! lugarcerto.com.br


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

3 QUARTOS


COMPRO PAGO à vista 102/416 3qts nascente vazado para cliente. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

SGAN 708 Bloco P 3qts (sendo 01 suite), vazado, 4 andar, reformadíssimo, 135m2. Aceito 2qts no Noroeste. 99109-6160 3042-9200 cj9417 Sr. Imóveis

ASA SUL

2 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

104 SQS Bloco "C" Apto 605. 2 quartos. Quitado. R\$ 1.500.000,00 Tr: 61 99984-2802

3 QUARTOS


COMPRO PAGO à vista 102/416 3qts nascente vazado para cliente. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

1.2 ASA SUL


216 SUL 5 andar, vazado 167m2, c/ 3qts sendo uma suite, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

216 SUL 5 andar, vazado 167m2, c/ 3qts sendo uma suite, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

PARTICULAR

312 SQS, 04 qtos, 04 suítes, reformado, mobiliado, área 450m², 2gar. Tr: 61 99985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

2 QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
AE 02 SRIA Guará II Resid Via Boulevard vdo Apto de canto 56,24m2 ár útil cj5211 3322-3443

J RIBEIRO VENDE
AE 02 Dolce Vitta cobertura linear, 152m2 CJ 5211. Tr: 3322-3443

ADELSON IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 GUARÁ

3 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

LAGO NORTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qts 228m² cond fechado 98311-5595 c/19540

NOROESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

RIACHO FUNDO

QUITINETES

COL AGRÍC. Sucupira Kitnet c/2qts coz banh material de 1, Prédio c/ elevador, Preço de ocasião. Motivo mudança. Ligar p/ Veruca (61) 99982-3882 ou (64) 99285-6579

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suite 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

1.2 SUDOESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m2 2 vgas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA

2 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

ACHEI IMÓVEIS DF

QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

VICENTE PIRES

2 QUARTOS

VENDE CESSÃO DE DIREITOS DE APTO
R 12A 2qts, sala, cozinha americana e banheiro, áreas comuns c/piso em mármore, corrimão nas escadas, câmeras de vigilância e elevador. Bem localizado à 200m dos Mercados Tatico e do Pra Você. Preço R\$180.000,00. Não aceitamos troca ou carro na complementação do valor. Tr: (61) 99966-2324 Maria Teixeira

CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vgas 2 banhs 3344-4112

1.3 CEILÂNDIA

CEILÂNDIA

4 OU MAIS QUARTOS

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços c/ relatos, fazemos inventários, despachante, departamento jurídico. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

TAGUATINGA

2 QUARTOS

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços c/ relatos, fazemos inventários, despachante, departamento jurídico. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

1.3 CEILÂNDIA

CEILÂNDIA

4 OU MAIS QUARTOS


VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços c/ relatos, fazemos inventários, despachante, departamento jurídico. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

GUARÁ

3 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QE 26 3 qtos laje lote 200m2, 180m2 construída R\$ 850.000. Ac financ 99985-7115 c1533

ACHEI IMÓVEIS DF

QE 26 3 qtos laje lote 200m2, 180m2 construída R\$ 850.000. Ac financ 99985-7115 c1533

4 OU MAIS QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
COL AGRICOLA Bernardo Sayão cs 4qts 4stes e 1master 260m2 var 4vg 995624472 cj25698

ADELSON IMÓVEIS
QE 38 sobradão 4qts 2stes 300m2 ar construída arms 2gar. Ac financ 99985-7115 c1533

OS MELHORES

REGINA NEVES

CONSULTORA IMOBILIÁRIA

CRECI 19395

IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!

(62) 98280-1111

1.3 NÚCLEO BANDEIRANTE

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suite 2 vgas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
COL AGRICOLA Arriquiteiras Res Park Veredas 6qts 4sts lt 1000m2 995624472 cj25698

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

RECANTO DAS EMAS

3 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QE 26 3 qtos laje lote 200m2, 180m2 construída R\$ 850.000. Ac financ 99985-7115 c1533

4 OU MAIS QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
COL AGRICOLA Bernardo Sayão cs 4qts 4stes e 1master 260m2 var 4vg 995624472 cj25698

ADELSON IMÓVEIS
QE 38 sobradão 4qts 2stes 300m2 ar construída arms 2gar. Ac financ 99985-7115 c1533

OS MELHORES

REGINA NEVES

CONSULTORA IMOBILIÁRIA

CRECI 19395

IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!

(62) 98280-1111

1.3 SOBRADINHO
1.3 CASAS
SOBRADINHO

3 QUARTOS
PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

PEDRO JR C1278 VENDE
QD 02 casa 120m2 3 qtos, 1 suite, 2 vagas 98481-4268/ 3591-1306

4 OU MAIS QUARTOS
PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA
3 QUARTOS

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

CONVICTA IMÓVEIS VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS
RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS
LOJAS
ASA SUL

SR. IMÓVEIS
CL5 414 Vendo Excelente loja alugada, c/ térreo subsolo sobreloja 250m2, reformada. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

GUARÁ
ADELSON IMÓVEIS
AE 02 prédio comerc/resid 2lj + 2ap It 200m2 R\$1.050.000, ac cs Guarará Tr.99857115 c1533

SUDOESTE
TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

1.4 TAGUATINGA
TAGUATINGA
GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

CNG 02 Excelente prédio no Taguacenter com loja 96m2 + sala de 96m2, quitado, escriturado. Excelente investimento no melhor local de Taguatinga. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

SALAS
ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE
SRTVN 701 C.E.Norte 2 salas juntas reformadas 99275-8882 cj.6210 phimoveis.com.br

SRTVN 701 C.E.Norte 2 salas juntas reformadas 99275-8882 cj.6210 phimoveis.com.br

ASA SUL
ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES
ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

GAMA
PEDRO JR C 12778 VENDE
COND ALTO da Boa Vista excel lote 504m2. Preço ocasião. 98481-4268

PEDRO JR C1278 VENDE
COND ALTO da Boa Vista It 504m2 R\$ 400.000,00. Tr: 98481-4268/ 3591-1306

1.5 GUARÁ
GUARÁ
SR. IMÓVEIS

QI 08 Excelente Lote comercial, 400m2. Podendo construir 3 vezes. Aceito 100% em imóveis 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

JARDIM BOTÂNICO
COND QUINTAS do Sol ót it plano nasc 600 m2 992317606 c4978

LAGO NORTE
J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

PARK WAY
SR. IMÓVEIS

MSPW QD 13 Vdo Lote Fração de 2.500m2. Bem localizado. Aceito imóvel de maior ou menor valor. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS
DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO OU TROCO
Sítio 20 hectares Agrovi-la BR 251 Cavas / Baixo c/água, casa, cerca-da, etc... doc Ok. (61) 98202-7591 ou 99514-7645

RITA LANDIM VENDE
PADRE BERNARDO GO linda chác. 14.000 m2. 3552-4358 c/12179

RITA LANDIM VENDE
PADRE BERNARDO GO linda chác. 14.000 m2. 3552-4358 c/12179

OUTROS ESTADOS
ALEXÂNIA - GO 2hectares (20.000m²) c/ córrego/energia próximo asfalto plana s/morro só R\$145.000,00 Tr: (62) 98406-5441 c/5935

2
IMÓVEIS ALUGUEL
2.1 Apart Hotel
2.2 Apartamentos
2.3 Casas
2.4 Lojas e Salas
2.5 Lotes, Áreas e Galpões
2.6 Quartos e Pensões
2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS
ÁGUAS CLARAS
2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEIRAS It 10, 53m2, 2qtos, 1 suite, 1 vaga, 2banhs 99418-8477 cj21694

ASA SUL
2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

GUARÁ
1 QUARTO

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

NOROESTE
2 QUARTOS

SQNW 307 1 locação 2qts (1 suite), 2 banhs + 01 banh de serv. 2 vagas de garagem, lazer compl. Só whatsapp (61) 99987-1257

SQNW 307 1 locação 2qts (1 suite), 2 banhs + 01 banh de serv. 2 vagas de garagem, lazer compl. Só whatsapp (61) 99987-1257

AOS 01 ótimo 2qts nascente var arm. garagem. 992317606 c4978

2.3 JARDIM BOTÂNICO
2.3 CASAS
JARDIM BOTÂNICO
4 OU MAIS QUARTOS

COND MÓNACO 2 pav 4qts porcel var R\$ 4.900 992317606 c4978

RECANTO DAS EMAS
2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

SUDOESTE
3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su cite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA
3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

VICENTE PIRES
3 QUARTOS

R 04C 3qts 1 suite c/ varanda + Kit direto c/ proprietário 98366-3432

R 04C Sobrado 3qts 3banh sl copa coz gar. Proprietário 98366-3432

2.4 LOJAS E SALAS
LOJAS
ÁGUAS CLARAS

ASA NORTE
SR. IMÓVEIS

SCLRN 713 Bl A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

2.4 CANDANGOLÂNDIA
CANDANGOLÂNDIA
CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

GAMA
ALUGO Salas, Loja comercial e prédio no Gama. Tr. 99976-4334

TAGUATINGA
C 12 Tag. Centro subsolo 175m2 vão livre, valor especial/atividades: pilates, academia de dança celular: 61 98494.8000 (não tem wts). Whatsapp: 61 3352.0510

SALAS
ASA SUL

SCS EED Jockey Clube alugo salas 101 e 301 98149-6405

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3
VEÍCULOS
3.1 Automóveis
3.2 Caminhonetes e Utilitários
3.3 Caminhões
3.4 Motos
3.5 Outros Veículos
3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS
FABRICANTES

AUDI
AUTOCRED
Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY
AUTOCRED
TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

CHEVROLET
R\$ 75.000,00
ONIX/19 Active novo Ipva 2025 pg. Whats: (61) 99318-7858

R\$ 56.000,00
ONIX/19 LT Ipva 2025 pg. Muito novo. Whats: (61) 99318-7858

R\$ 56.000,00
ONIX/19 LT Ipva 2025 pg. Muito novo. Whats: (61) 99318-7858

TOYOTA
VENDE-SE
COROLLA 210 /11 210 inteiro. Tratar c/Ladislau 99954-8478 Brasília.

3.1 VOLKS
VOLKS
JETTA/12 Confortilne 2.0 Flex automático, prata, completo! Bancos de Couro, Teto Solar e Multimídia. IPVA 2025 pago. R\$ 51.900, Tr. (61) 99951-7018 Rodrigo

AUTOCRED
VRUM.COM.BR Acesse nosso páteo e confira as melhores ofertas disponíveis para você!

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS
FABRICANTES

CHEVROLET
A MAIS NOVA DE BSB
S 10/23 Z71 R\$190mil 23 mil km Ipva 2025 pg. Whats: 61 99318-7858

FORD
AUTOCRED
RANGER 20/21 XLT 3.2 20V 4x4 CD diesel aut. 99288-9231

JEEP
AUTOCRED
RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

4
CASA & SERVIÇOS
4.1 Construção e Reforma
4.2 Moda, Vestuário e Beleza
4.3 Saúde
4.2 Comemorações, e Eventos
4.5 Serviços Profissionais
4.6 Som e Imagem
4.7 Diversos

4.3 SAÚDE
MASSAGEM TERAPÊUTICA

AQUELA SURPRESA BOA AO FINAL DO DIA
MASAZHMASSOTERAPIA, massagens Relaxantes, Tântrica e Nuru. Asa Sul. Whats: (61) 98443-2392.

PSICOLOGIA

PSICÓLOGO ONLINE
Dr. André Luiz. Terapia online. WhatsApp (73) 99973-6482

PSICÓLOGO ONLINE
Dr. André Luiz. Terapia online. WhatsApp (73) 99973-6482

CHAMA NO ZAP!!
Agora ficou mais fácil anunciar.
Mais rapidez e eficiência na comunicação com nossa equipe!

Escaneie o QR CODE ao lado e fale agora mesmo com um dos nossos atendentes!

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE

Parque dos Leilões
LEILÃO ONLINE
VEÍCULOS SEMINOVOS
LANCES ATÉ 19/SETEMBRO
Gian Braggio - Leiloeiro Público Oficial nº 51JUCISDF
EDITAL COM FOTOS E DETALHES EM: WWW.PARQUEDOSLEILOES.COM.BR

4.5 ADVOCACIA

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

ADVOCACIA

SOARES NETO

ASSESSORIA Jurídica em todo Brasil. E-mail: caetanojose1414@gmail.com (61) 99318-7858 (62) 99630-0702

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Infomática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS

VENDE-SE

TRATOR DE ESTEIRA marca Catepila mod D6D, excelente estado, e só pegar e trabalhar. Tr: (61) 99974-6248.

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

LORRANY ORGÁSMICA BRANQUINHA 20ª Faço oral até o fim!!! Asa Norte (61) 99852-9937

LUANA LINDA LOIRA ALTA E MAGRA Mass Anti-stress+Relax 1H Taguatinga 61 99230-2525

LUANA LINDA LOIRA ALTA E MAGRA Mass Anti-stress+Relax 1H Taguatinga 61 99230-2525

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens.com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

AS+TOPS DAS GALÁXIAS AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens.com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

5.7 MASSAGEM RELAX

MASSAGEM PROSTÁTICA INVERSAO DE papéis. Orgasmo duplo. 6133267752/992004541

MASSAGISTACONTRATA-SE Com ou sem experiência. 61 99428-4744

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

CASEIRO Que saiba tirar leite Tratar: 61 3367-0108

CASEIRO CASADO Somente com referências, todos serviços. Sítio no DF. R\$ 2.500 mais cesta. (61) 99221-3898

ÇASEIROCOMEXPERIÊNCIA para morar. Casal Tratar: 99903-0605.

DOMÉSTICA CONTRATAMOS Brasília (Lago Sul). Regime: Dormir no local de trabalho. Salário inicial: R\$ 2.800,00. Atividades: Limpeza e organização da casa, preparar refeições (trivial básico brasileiro). Requisitos: Experiência comprovada em carteira. Desejável experiência prévia com idosos. De segunda à quinta feira os dias a trabalhar. Interessadasentrarem contato: 61 9.8613-8049

MANICURE e Design sobrançelha profissional ZAP 99169-3879

MANICURE que saiba depilar. N. Bandeirante. 99225-0443 Whatsapp

ÓTIMOS GANHOS!! MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

INDÚSTRIA

CONTRATA OPEBADOR DE PRODUÇÃO (VagaPCD), Para início imediato Enviar currículo para: recrutamentowi2020@gmail.com

INDÚSTRIA

CONTRATA OPEBADOR DE PRODUÇÃO (VagaPCD), Para início imediato Enviar currículo para: recrutamentowi2020@gmail.com

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

6.1 NÍVEL BÁSICO

PEDREIRO DE ACABAMENTO para morar. Casal Tratar: 99903-0605.

TRABALHAR LANCHONETE Inicial R\$ 4.000 p/ mês à noite Sobradinho. Enviar CV para: lanchonetes@gmail.com

NÍVEL MÉDIO

CORRETORA SEGUROS

CONTRATA ASSISTENTE COMERCIAL e Administrativo de Seguros. Comissões acima da média. Benefícios: seguro saúde, vida e odontológico. Comissões e PLR. Enviar currículo: contato@universaltrust.com.br

ASSISTENTE DEPTO Pessoal contrata-se com experiência comprovada. ADE guas Claras. curriculos2828@gmail.com

VAGAS ABERTAS PARA: ATENDENTE E TELE-MARKETING. Para Farmácia de Manipulação. Enviar CV para farmacia@uol.com.br. Inicial R\$1.600 + VA + VT.

IMOBILIÁRIA Contrata c/ exper. comprovada e referência na área de locação. CLT. VT e VA. Trab. Lago Sul de segunda a sexta. Currículos: bsrecrutamento126@gmail.com

VAGA - COMUNICAÇÃO / ATENDIMENTO

BOA COMUNICAÇÃO e escrita, saber espanhol é um diferencial. Atendimento: e-mail, telefone e whatsapp. Vaga presencial. Local Asa Sul. Envie seu currículo processoseletivoeasy@gmail.com

RESTAURANTE

CONTRATA AUXILIAR DE SERVIÇOS Gerais. Favor enviar Currículo: Whats (61) 99674-0505

MANICURE PRECISA-SE Salário R\$ 2.000 + VT. Tr: 98139-6240

6.1 NÍVEL MÉDIO

PRECISA-SE MASSAGISTA Com ou Sem Experiência. Últimos ganhos Para Valparaíso (61) 99831-7059

PRECISA-SE MASSAGISTA com ou sem experiência, ótimos ganhos. Excel. localização. 61 99605-1317

RECEPCIONISTA CLÍNICA CETFISIO Que seja proativa, organizada, receber pacientes e horários de consultas, etc. Salário R\$ 1.518,00 + VA R\$ 25,00 por dia + VT R\$ 11,00 por dia. Segunda a sexta - horário comercial. Enviar CV: contatocef@gmail.com

VENDEDOR Salário mais comissão e bônus extra. Envie seu currículo: lucas@outts.com.br

VENDEDOR Salário mais comissão e bônus extra. Envie seu currículo: lucas@outts.com.br

PRECISA-SE MASSAGISTA Com ou Sem Experiência. Últimos ganhos Para Valparaíso (61) 99831-7059

NÍVEL SUPERIOR

ESTAGIÁRIO OU BACHAREL EM DIREITO

PRECISA-SE a partir 8 semestre. R\$2.000,00 + passagem. Escritório de Advocacia no Paranoá DF. (61) 99544-9520 valdetemiranda.adv@gmail.com

RENDA EXTRA GANHE DINHEIRO em casa R\$229,77 por dia Presencial ou online tempo parcial ou integral. Inf: Whatsapp (61) 99975-2030 Oscar Reis

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL MÉDIO

MOTORISTA PARTICULAR Mulher Ofereço-me, c/ exper/ refer (61) 99191-8299

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade Sigilo absoluto.

197



SENADO FEDERAL COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 90105/2025

OBJETO: Aquisição de itens de suporte às atividades do Senado Federal. ABERTURA: 02/10/2025, às 09h30, pelo sistema Compras.gov.br. EDITAL E INFORMAÇÕES: www.senado.leg.br (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), www.compras.gov.br ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

SUZANA MARTINS MENDES Pregoeira



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA
COMARCA DE CIDADE OCIDENTAL-GO
Márcio Silva Fernandes - Oficial Registrador
SQ 12, Quadra 11, Lote 56, Centro, Cidade Ocidental,
CEP 72880-520

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Márcio Silva Fernandes, Oficial Registrador do Cartório de Registro de Imóveis de Cidade Ocidental-GO, em 15/09/2025, segundo as atribuições conferidas pelo art. 26, § 4º, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro 1997, depois de frustrada a intimação do(a) devedor(a) fiduciário no endereço informado pelo credor, identifica a todos os que o virem que, pelo presente edital, FICA INTIMADO(A): ALDENIR SOARES DO NASCIMENTO GUEDES, portador(a) do CPF nº 022.554.791-09, casado, relativas a Escritura Pública de Venda e Compra de Terreno Urbano com Alienação Fiduciária, lavrada no Livro nº 5729-E, fls. 117/132, em 16/04/2024, no Cartório do 1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília-DF, que tem como objeto o imóvel situado na: Rua 07, Quadra 54, Lote 11, PARQUE DO DISTRITO, Cidade Ocidental-GO, registrado sob a matrícula nº 12.321, a comparecer a este Serviço de registro de Imóveis, situado na: SQ 12, Quadra 11, Lote 56, Edifício Santiago, Centro, Cidade Ocidental-GO, para satisfazer as prestações vencidas e as que vierem a vencer até a data do pagamento, juntamente com os juros conveniados e as custas de intimação. O comparecimento deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da última publicação do presente edital. Fica ainda identificada que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em face do(a) credor(a) - SWISS PARK BRASÍLIA INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.217.929/0001-19, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97. Ciente, ainda, que nos termos do § 2º do art. 26-A da mesma Lei (redação da Lei nº 14.711/2023), para financiamentos residenciais (exceto consórcios), é assegurado ao devedor fiduciante pagar as parcelas vencidas e despesas (inciso II, § 3º, art. 27) até a data da averbação da consolidação da propriedade, convalidando-se o contrato. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi publicado o presente edital, na forma da Lei. Selo nº: 00552509123846726950005. Consulte este selo em: <https://see.tjgo.jus.br>. Cidade Ocidental - GO, 16 de setembro de 2025

Márcio Silva Fernandes - Oficial Registrador



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA
COMARCA DE CIDADE OCIDENTAL-GO
Márcio Silva Fernandes - Oficial Registrador
SQ 12, Quadra 11, Lote 56, Centro, Cidade Ocidental,
CEP 72880-520

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Márcio Silva Fernandes, Oficial Registrador do Cartório de Registro de Imóveis de Cidade Ocidental-GO, em 15/09/2025, segundo as atribuições conferidas pelo art. 26, § 4º, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro 1997, depois de frustrada a intimação do(a) devedor(a) fiduciário no endereço informado pelo credor, identifica a todos os que o virem que, pelo presente edital, FICA INTIMADO(A): DAILSON GUEDES COSTA JUNIOR, portador(a) do CPF nº 864.432.081-53, casado, relativas a Escritura Pública de Venda e Compra de Terreno Urbano com Alienação Fiduciária, lavrada no Livro nº 5729-E, fls. 117/132, em 16/04/2024, no Cartório do 1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília-DF, que tem como objeto o imóvel situado na: Rua 07, Quadra 54, Lote 11, PARQUE DO DISTRITO, Cidade Ocidental-GO, registrado sob a matrícula nº 12.321, a comparecer a este Serviço de registro de Imóveis, situado na: SQ 12, Quadra 11, Lote 56, Edifício Santiago, Centro, Cidade Ocidental-GO, para satisfazer as prestações vencidas e as que vierem a vencer até a data do pagamento, juntamente com os juros conveniados e as custas de intimação. O comparecimento deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da última publicação do presente edital. Fica ainda identificada que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em face do(a) credor(a) SWISS PARK BRASÍLIA INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.217.929/0001-19, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97. Ciente, ainda, que nos termos do § 2º do art. 26-A da mesma Lei (redação da Lei nº 14.711/2023), para financiamentos residenciais (exceto consórcios), é assegurado ao devedor fiduciante pagar as parcelas vencidas e despesas (inciso II, § 3º, art. 27) até a data da averbação da consolidação da propriedade, convalidando-se o contrato. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi publicado o presente edital, na forma da Lei. Selo nº: 00552509123846726950006. Consulte este selo em: <https://see.tjgo.jus.br>. Cidade Ocidental - GO, 16 de setembro de 2025

Márcio Silva Fernandes - Oficial Registrador

A COOPERATIVA HABITACIONAL DAS FAMILIAS EVANGELICAS-COHAFAE-DF
CNPJ : 02.552.816/0001-53

Convoca para a assembleia extraordinária a realizar-se no dia 28 de setembro de 2025, na sede situada na QR 401 conjunto 12 casa 08- Samambaia Norte-Brasília-DF, com primeira chamada às 19h00, segunda chamada 19h30 e terceira chamada às 20h00, para a Mudança de Cooperativa para a Associação, alteração do estatuto, mudança de diretoria, conselho fiscal e assuntos gerais.



LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA HELDER PEREIRA DE CARVALHO DEMERVAL SILVA CAIXETA JUNIOR SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, a VERT COMPANHIA SECURITIZADORA, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelo requerimento de 16/06/2025, requereu a este Serviço Registral a intimação da LUANA CRISTINA COSTA CORTEZ LIMA, brasileira, solteira, economista, inscrita no CPF sob o nº 768.904.063-20, residente e domiciliada, no seguinte endereço: Apartamento nº L1-13, situado no 1º Pavimento, do Bloco "L1", da Rua "L", Quadra Condominial QC5 - Avenida Mangueiral, do SHMA; na qualidade de DEVEDORA FIDUCIANTE nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaça o pagamento da importância de R\$18.454,34 (dezoito mil e quatrocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), atualizada até o dia 13/10/2025, correspondente as prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária do instrumento particular com alienação fiduciária do Apartamento nº L1-13, situado no 1º Pavimento, do Bloco "L1", da Rua "L", Quadra Condominial QC 05, Avenida Mangueiral, do Setor Habitacional Mangueiral (SHMA), nesta cidade, registrada sob o nº R.10 e R.11, na matrícula nº 124.832. A Devedora Fiduciante não foi localizada nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com a certidão do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal. Desta forma, fica a DEVEDORA FIDUCIANTE, acima qualificada, CONSTITUÍDA EM MORA E INTIMADA, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCB - QUADRA 08 - BLOCO "B" nº 60 - SALA 140C - "VENÂNCIO SHOPPING" anteriormente denominado "Venâncio 2000", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Apartamento nº L1-13, situado no 1º Pavimento, do Bloco "L1", da Rua "L", Quadra Condominial QC 05, Avenida Mangueiral, do Setor Habitacional Mangueiral (SHMA), nesta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 04 (quatro) dia do mês de setembro de 2025. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL - OFICIAL.



EDITAL DE LEILÃO SWISS PARK

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, Mat. Jucesp 715, autorizada por Swiss Park Brasília Incorporadora Ltda. - CNPJ nº 13.217.929/0001-19, realizará nos dias 25/09/2025 e 29/09/2025, às 16h00, Leilão Público Extrajudicial, regido pela Lei 9.514/97, e posteriores alterações, dos imóveis:

- 1) Lote nº 10, Quadra nº 12, do loteamento Parque do Distrito, à Rua 31, Cidade Ocidental/GO. Área de 300,00m². Matrícula nº 2.124 do CRI de Cidade Ocidental/GO. CCI nº 970813 e inscrição nº 1.75.00012.00010.1. Consolidação da Propriedade em 14/08/2025. DESOCUPADO. LANCES INICIAIS: 1º LEILÃO: R\$ 209.000,03. 2º LEILÃO: R\$ 290.454,99. Devedora Fiduciante: Dina Alves de Sousa. CPF nº 032.426.711-80.
- 2) Lote nº 11, Quadra nº 17, do loteamento Parque do Distrito, à Rua 09, Cidade Ocidental/GO. Área do Terreno de 295,00m². Sobre o lote consta a construção de um sobrado em estado inacabado com Área Construída Aproximada de 250,00m², conforme o Laudo de Avaliação, datado de 04/09/2025, não averbada na matrícula do imóvel. Matrícula nº 2.216 do CRI de Cidade Ocidental/GO. CCI nº 751711 e inscrição nº 1.75.00017.00011.0. Consolidação da Propriedade em 01/09/2025. OCUPADO. LANCES INICIAIS: 1º LEILÃO: R\$ 580.000,00. 2º LEILÃO: R\$ 162.114,75. Devedor Fiduciante: Rogério Silva de Santana, CPF nº 018.747.921-60.
- 3) Lote nº 18, Quadra nº 57, do loteamento Parque do Distrito, à Avenida 15, Cidade Ocidental/GO. Área de 300,00m². Matrícula nº 12.380 do CRI de Cidade Ocidental/GO. CCI nº 755718 e inscrição nº 1.75.00057.00018.0. Consolidação da Propriedade em 15/08/2025. DESOCUPADO. LANCES INICIAIS: 1º LEILÃO: R\$ 149.795,96. 2º LEILÃO: R\$ 136.684,32. Devedora Fiduciante: Adriana Pegado Rolim Rodrigues Martins, CPF nº 886.799.771-87.

Os valores foram apurados de acordo com a legislação vigente e com o pactuado em cláusula contratual, podendo ser atualizados até as datas dos leilões. Encargos do Arrematante: i) pagamento à vista do arremate e 5% comissão; ii) custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; iii) despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; iv) na hipótese de arrematação do lote 01 no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de IPTU e condomínio vencidos antes dos leilões; v) custas e despesas para regularização de eventual construção/beneficência; vi) verificação dos imóveis e de eventuais ações judiciais em andamento; vii) observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; viii) desocupação, na hipótese de ocupado; ix) venda ad corpus, os imóveis serão entregues no estado em que se encontram. Os Leilões serão realizados na modalidade online. Ficam os fiduciários desde já intimados das datas dos leilões para todos os fins legais. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485, Fones: (19) 3794-2044 - (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.

ERRATA: Serve a presente errata para constar que a Devedora Fiduciante do Lote 01, Nivaldina Alves de Sousa, passou a se chamar Dina Alves de Sousa, e não como constou nos anúncios publicados neste jornal nos dias 13 e 16 de setembro de 2025. Esta publicação corrige as anteriores.

PUBLICIDADE LEGAL

Garanta a visibilidade que sua empresa precisa no jornal de maior circulação no Distrito Federal.

Balanços - Atas - Comunicados
Extravios - Convocações - Editais
Avisos - Regulamentos
Licitações - Leilões - Pregões

Impresso e digital com
certificação do ICP

ENTRE EM CONTATO:



(61) 98167-9999



(61) **3342-1000**

Escolha a opção 04

Horário de atendimento de segunda a sexta-feira de 9h às 18h e aos sábados de 8h às 12h - ***domingos e feriados fechados***

**CORREIO
BRAZILIENSE**

www.CORREIO BRAZILIENSE.com.br

